

# X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

9 a 11 de novembro de 2022

EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE



# Organização

## Comissão Organizadora (NUPEDOR - Uniara)

Antônio Wagner Pereira Lopes

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6927615740709535>

Cesar Augusto Feliciano

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6931450263933202>

Daniel Tadeu do Amaral

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7378501462450435>

Elisa Racy Carlini

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1355791069923396>

Flávia Cristina Sossae

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8245880046039472>

Flávio Aparecido Pontes

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7907514844842045>

Gabriela de Menezes Freitas

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0616928856596278>

Gislaine Cristina Pavini

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1696652380882905>

Henrique Carmona Duval

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1127516712972199>

Joelson Gonçalves de Carvalho

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0141039743607067>

José Maria Gusman Ferraz

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3851804858390996>

Joviro Adalberto Junior

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9298619425148417>

Larissa Sapiensa Galvão Leal

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4749553495442171>

Luiz Gustavo Ennes Pizzaia

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2765235005099252>

Oswaldo Aly Júnior

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9927342599524750>

Oriowaldo Queda

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2772558793021770>

Renata Egydio de Carvalho da Costa Manco

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1617020541147621>

Thauana Paiva de Souza Gomes

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0922307244574360>

Thatiany Mariano

[linkedin.com/in/thatiany-mariano-50372514a](https://www.linkedin.com/in/thatiany-mariano-50372514a)

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante (Coordenadora)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7454508605039228>

# Comissão Científica

Antônio Lázaro Sant'Ana (UNESP/Ilha Solteira)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2578970442440019>

Antônio Wagner Pereira Lopes (Uniará)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6927615740709535>

Flávia Cristina Sossae (Uniará)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8245880046039472>

Guilherme Rossi Giorni (Uniará)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/570955633376897>

Helena Carvalho De Lorenzo (Uniará)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0152644674173077>

Henrique Carmona Duval (UFSCar/Lagoa do Sino)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1127516712972199>

José Maria Gusman Ferraz (Uniará)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3851804858390996>

Joelson Gonçalves de Carvalho (Uniará)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0141039743607067>

Leonilde Servolo Medeiros (CPDA UFRJ)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6874717097891723>

Luís Antonio Barone (UNESP/Presidente Prudente)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7387083975795268>

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida (UFSCar/Lagoa do Sino)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5053214724598522>

Marcel Fantin (USP)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0466568768012496>

Maria Lúcia Ribeiro (Uniará)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4093825086696897>

Marilda Aparecida de Menezes (UFABC)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9822634790399791>

Newton Narciso Gomes Júnior (UNB)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5755545515133754>

Oswaldo Aly Júnior (Uniará)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9927342599524750>

Oriowaldo Queda (Uniará)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2772558793021770>

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (FEAGRI/Unicamp)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8863899187043019>

Thauana Paiva de Souza Gomes  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0922307244574360>

Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo (FEAGRI/Unicamp)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9535960068552016>

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante (Uniará)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7454508605039228>

# Gestão do Evento / Projeto Gráfico

Thatiany Mariano

[linkedin.com/in/thatiany-mariano-50372514a](https://www.linkedin.com/in/thatiany-mariano-50372514a)

## Contato

Para mais informações, fale conosco pelo e-mail: [simposioreformaagraria@uniara.edu.br](mailto:simposioreformaagraria@uniara.edu.br)

## COMO CITAR SEU RESUMO

ULTIMO NOME, Primeiro Nome do autor. Título do artigo. *In*: X Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais - Mudanças Climáticas, Mundo Rural e Precarização de Políticas Públicas, 2022, Araraquara – SP. p. 01-02. **Anais...** Araraquara, 2022. ISBN: 978-65-996167-2-3. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/eventos/x-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/#item-s-anais>. Acesso em: 14 dez. 2022.

### FICHA CATALOGRÁFICA

S621 Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais. (10:2022: Araraquara, SP)  
Anais do 10º Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões rurais: mudanças climáticas, mundo rural e precarização de políticas públicas. - Araraquara, SP, Brasil, 9 a 11 de nov., 2022. Araraquara, SP: UNIARA, 2022.  
133f.

Disponível em: <https://www.uniara.com.br/eventos/x-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/#item-s-anais>

**ISBN 978-65-996167-2-3**

1. Reforma agrária- Simpósio. I. Título.

**CDU 330.013.6**

**X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE

**9 a 11 de novembro de 2022**



## **SESSÃO 1 A - AGROECOLOGIA E ALTERNATIVAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

COORDENAÇÃO: CLAUDIA PILAR LIZARRAGA ARANIBAR;  
FERNANDO SILVEIRA FRANCO; JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ



## PRODUÇÃO DE MUDAS DE MANJERICÃO COM SUBSTRATOS ORGÂNICOS: FORMAS DE PRODUÇÃO E USO CULINÁRIO

Antonio Wagner Pereira Lopes<sup>1</sup>  
Fábio Beserra Santana<sup>1</sup>  
Gislaine Cristina Pavini<sup>1</sup>  
Vera Lucia Silveira Botta Ferrante<sup>1</sup>

**RESUMO:** O manjericão (*Ocimum basilicum* L.) (*Família Lamiaceae*), originário da Índia, é uma planta aromática. Em diversas regiões brasileiras, o manjericão é cultivado no intuito de comercializar principalmente suas folhas, que podem ser utilizadas in natura, frescas ou desidratadas, com a finalidade de condimento ou aromatizantes (BLANK et al., 2004; SILVA et al., 2020). O experimento foi instalado em casa de vegetação localizada na Fazenda Escola da Universidade de Araraquara (UNIARA). As mudas de manjericão foram plantadas em vasos de 1,0 litro, o solo utilizado foi coletado na mesma área, a irrigação se deu por meio do sistema de aspersão, após o plantio estes recipientes foram colocados em bancadas de madeira. Os tratamentos conduzidos no referido experimento foram caracterizados por cinco tipos de substratos, sendo os mesmos relacionados a diferentes proporções, totalizando 10 tratamentos, cada qual composto por 10 repetições. Dentre os diversos tipos de substratos disponíveis para a produção de mudas de espécies vegetais, as fontes de origem orgânica têm se mostrado como alternativas viáveis do ponto de vista agrícola, social e econômico, para o pequeno produtor rural, no âmbito da agricultura familiar. Estas fontes orgânicas podem estar disponíveis na propriedade, auxiliando o desenvolvimento da cultura, como forma de reduzir seu custo de produção e possibilitar um sistema mais sustentável (SALUCI et al., 2017). O melhor desenvolvimento de mudas de manjericão foi obtido a partir do uso do substrato à base de substrato comercial (40%) + solo (60%) e esterco bovino curtido (20%) + solo (80%). Efetivamente, com tal procedimento, baseado em alternativas sustentáveis, o manjericão tem lugar privilegiado como condimento da culinária e como elemento fitoterápico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Manjericão; produção orgânica; condimento; culinária.

\*Universidade de Araraquara - UNIARA.

## A VALORIZAÇÃO DO BIOMA CERRADO NA FEIRA INTERINSTITUCIONAL AGROECOLÓGICA DE GOIÂNIA, GO

Ariandeny Silva de Souza Furtado<sup>1</sup>

Tania Maria Sarmiento<sup>2</sup>

Bruno Andrade Martins<sup>3</sup>

Wagner Lins Lira<sup>4</sup>

Gabriela Tejerina<sup>5</sup>

**RESUMO:** O Cerrado está entre os maiores Biomas do Brasil. É o Berço das Águas e da sociobiodiversidade, sendo uma referência na oferta de alimentos ecológicos nativos, que apresentam valor nutricional e reafirma a identidade alimentar regional. Mesmo com toda a relevância para a Soberania e a Segurança Alimentar (SSAN), o Dossiê sobre o Cerrado desenvolvido pela Universidade Federal de Brasília em 2019, evidencia que aproximadamente 60% já sofreu devastação ou desmatamento na biodiversidade, em decorrências das práticas da Agricultura Convencional, com destaque para as monoculturas e a pecuária. E para reverter este contexto é fundamental potencializar as iniciativas de preservação dos ecossistemas nativos, das espécies exóticas e do solo pelas práticas ecológicas. Nesta perspectiva, as pessoas que fazem parte da Feira Interinstitucional Agroecológica, tem formado uma rede de reciprocidade e confiança “do campo ao ambiente institucional”, sendo estimuladas a valorizar o Bioma Cerrado como patrimônio e referência para a SSAN; além de ampliar o potencial produtivo e de consumo dos Frutos do Cerrado. Cabe ressaltar que a cagaita, o jatobá do cerrado, o pequi, o buriti e o baru são ofertados in natura e/ou utilizados como matéria prima para os alimentos processados como as geleias, as compotas, os doces, as polpas, as conservas, os sucos e os alimentos desidratados. Estes alimentos, são retirados dos agroecossistemas pelas técnicas de extrativismo. Em todos os Quintais Produtivos das(os) agricultoras(es) familiares prevalece a cagaita e o pequi.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cerrado; Sociobiodiversidade; Quintais Produtivos; Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional.

<sup>1</sup> Nutricionista - SIASS IF Goiano/IFG e Doutoranda do PPGADT/UFRPE.

<sup>2</sup> Docente – UFRPE e do PPGADT/UFRPE.

<sup>3</sup> Docente – IF Goiano e do PPGADT/UFRPE.

<sup>4</sup> Docente - UFRPE e PPGADT/UFRPE.

<sup>5</sup> Engenheira Florestal – Doutoranda da UFG.

## PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA DOS MÉTODOS AGROECOLÓGICOS: UM LEVANTAMENTO PATENTÁRIO DOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Fernanda Duarte dos Santos de Carvalho<sup>1</sup>

Marília Cavalcanti Torres<sup>1</sup>

Paloma Nierla da Silva Souza<sup>1</sup>

Evelyn Anne Rodrigues Lima<sup>1</sup>

Isabelly Dálete Ferreira Ribeiro<sup>2</sup>

**RESUMO:** Agroecologia está voltada a conhecimentos e métodos que viabilizam um modelo de agricultura de base ecológica, desenvolve processos no meio rural de modo sustentável e considera aspectos, como o desenvolvimento científico e o mapeamento tecnológico capazes de influenciar produtos, processos, métodos e demandas da sociedade. O mapeamento de fatores da agroecológicos através de prospecções de cunho científico elevam as contribuições para as comunidades. Objetivou-se realizar um rastreamento de patentes quanto às aplicações dos métodos agroecológicos. Realizou-se uma busca de pedidos de patentes nos bancos de dados do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI), European Patent Office (EPO) e World Intellectual Property Organization (WIPO), utilizando o descritor “agroecological methods” considerando os documentos depositados entre 2012 a 2022. O descritor usado apresentou um levantamento amplo. O EPO foi a base de dados com maior número de pedidos com 130 documentos encontrados, o WIPO com 78, e nenhum registro para o INPI. Do total obtido (n=208) é visto que 114 documentos são de origem Chinesa. Ao analisar os dados do WIPO, nota-se que 2018 foi o ano com maior número de depósitos. 52% dos pedidos do WIPO são relacionados a subseção de Produtos alimentícios. Para o EPO, o maior número de depósitos foi em 2021. Notou-se 53% dos pedidos estavam relacionados a seção de necessidade humana (alimentos) e 43% para química e metalurgia. Existe uma aplicabilidade quanto a métodos agroecológicos de diferentes naturezas, como dispositivos, métodos de cultivos e ferramentas biológicas, no entanto, pouco relacionadas ao desenvolvimento científico no cenário nacional. Uma vez que o Brasil explora de forma intuitiva o cenário agroecológico cabem mais abordagens patentárias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento rural; Agroecologia; Patentes.

<sup>1</sup> Graduanda em Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, PE, Brasil.

<sup>2</sup> Mestre em Ciência Animal pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, PE, Brasil.



## ESTUDO ETNOEDAFOLÓGICO COM MULHERES DO ASSENTAMENTO QUILOMBO CAMPO GRANDE (MG): PERCEPÇÕES SOBRE O CUIDADO COM A TERRA E SISTEMATIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE MANEJO AGROECOLÓGICO

Helena Lelli Riga<sup>1</sup>  
Ricardo Serra Borsatto<sup>2</sup>

**RESUMO:** Tendo em vista as problemáticas que envolvem a degradação dos solos, a pesquisa propõe um estudo etnoedafológico sobre as percepções das mulheres do assentamento Quilombo Campo Grande (MG) no que se refere ao cuidado com a terra. O principal objetivo deste trabalho consiste em desenvolver reflexões sobre como em um cotidiano de incertezas e transformações as mulheres rurais recriam práticas sociais que viabilizam o seu ser-no-mundo e seu ser-com-outros a partir do cuidado da terra – buscando também agregar referencial teórico para o desenvolvimento de estudos que abordem a conservação dos solos a partir de contextos sociais, culturais, étnicos e econômicos locais. A coleta e análise de dados foi dividida em: (1) revisão bibliográfica; (2) entrevistas semiestruturadas com 4 mulheres assentadas no Quilombo Campo Grande; (3) observação participante; (4) triangulação dos dados coletados; (5) sistematização de práticas de manejo que correspondem a práticas de cuidado. Desse modo, a pesquisa pretende colaborar com estudos que considerem o cuidado da terra e a agroecologia como caminhos para um desenvolvimento alternativo ao que o sistema agroalimentar hegemônico propõe. Os resultados obtidos sugerem que o cuidado da terra simboliza, para além de um manejo sustentável, um ato de resistência, de emancipação e de mudanças sociais consistentes no que diz respeito a conservação da natureza e a soberania alimentar. Assim, do ponto de vista político, para além do ontológico, o trabalho traz o cuidado como uma prática social, e discute brevemente a necessidade da socialização/desfeminilização do cuidado da terra como um dos caminhos para a construção social da agroecologia em nossos territórios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Etnoedafologia; Cuidado da Terra; Mulheres; Manejo Agroecológico; Conservação dos Solos.

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Biológicas na Universidade Federal de São Carlos campus Lagoa do Sino.

<sup>2</sup> Doutor pela linha de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável do programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UNICAMP.

## A CAPITAL NACIONAL DA AGRICULTURA NATURAL: DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL, ARTICULAÇÕES E CONTRADIÇÕES EM IPEÚNA-SP

Murilo Henrique Rodrigues De Oliveira<sup>1</sup>

Darlene Aparecida De Oliveira Ferreira<sup>1</sup>

**RESUMO:** As singularidades dos espaços gestam a discussão sobre a diferenciação socioespacial. Tal perspectiva apresenta a natureza intrínseca das dinâmicas do modo de produção capitalista ao organizar a produção a partir das anacronias espaciais e articular nexos econômicos e políticos, o que acentua, deste modo, o jogo do desenvolvimento desigual e combinado. A agricultura fica descrita, então, pela amplitude de seus horizontes socioprodutivos na constituição de heterogeneidades produtivas e estruturais. É neste marco teórico que localizamos o exame das dinâmicas socioprodutivas na organização do espaço agrário de Ipeúna-SP, transformada em Capital Nacional da Agricultura Natural em 2015. As similitudes e dissonâncias entre as propriedades rurais do município apresentam o contraste entre a produção de cana-de-açúcar na maioria das unidades produtivas agrícolas, com o polo de Agricultura Natural a partir das atividades de P&D da Korin Agropecuária – neste recorte, ainda, encontramos 38 lotes do Assentamento Rural Horto de Camaquã. Desse modo, objetivamos caracterizar e discutir as diferenciações socioespaciais do espaço agrário de Ipeúna-SP, a fim demonstrarmos as assimetrias socioprodutivas presentes no município a partir do não espraiamento da produção agrícola sob as bases da agricultura orgânica e/ou natural – ainda que haja conteúdos institucionais e técnicos para implantação de tal alternativa. Para tanto, utilizamos dados primários levantados em campo através da aplicação de formulário semi-estruturado. Em suma, a conferência titular de Capital Nacional da Agricultura Natural relata e registra uma intenção de desenvolvimento rural ao município, a qual antecipa um cenário cujas condições atuais não reservam viabilidade diante das relações cotidianas verificadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia Rural; Espaço rural; Diferenciação socioespacial; Agricultura Natural; Ipeúna-SP

<sup>1</sup>Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Unesp, Rio Claro-SP.

## REFORMA AGRÁRIA E AGROFLORESTAS DIANTE DOS DESAFIOS AMBIENTAIS E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Fernanda Aparecida Matheus<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo é resultado do esforço de reflexão e sistematização, na tentativa de estabelecer vínculos entre as práticas agroecológicas desenvolvidas em áreas de assentamentos, de modo especial a partir dos sistemas agroflorestais e as formas de uso e apropriação do solo, como fundamento da produção de alimentos saudáveis. Foi produzido a partir dos debates e trabalhos de campo realizados no âmbito do projeto Agroflorestar e do projeto de pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, no Programa de Pós-graduação em Geografia - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Tecnologia (PPGG-FCT/UNESP) e revisão bibliográfica. Os trabalhos de campo desenvolvidos através de visitas às áreas de assentamentos e entrevistas semiestruturadas com famílias assentadas e lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no estado de São Paulo - Brasil, possibilitaram a observação da inter-relação entre as iniciativas de circuitos curtos de comercialização e as experiências com as práticas agroecológicas, de modo particular os SAFs. Os SAFs têm recebido cada vez mais destaque, no país, na produção de alimentos e matérias-primas, como lenha, madeira para construções e outros produtos não madeiráveis. Tais práticas têm se difundido amplamente por diversas comunidades de pequenos agricultores, agricultores tradicionais e assentamentos de reforma agrária. No estado de São Paulo identificamos, em um levantamento preliminar, 34 iniciativas empreendidas em áreas de assentamentos, localizadas em 28 comunidades, distribuídas em 23 municípios, tendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST como um dos seus principais fomentadores, articulado com diversas instituições de pesquisa, ensino e extensão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamentos; Agroecologia; Relação Sociedade-Natureza; Recursos Naturais.

<sup>1</sup> Doutoranda FCT/UNESP. Engenheira Agrônoma, mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. Militante do MST.

## A METODOLOGIA DE ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL (IDR) COMO PROPOSTA PARA COMPREENSÃO DA DIVERSIDADE DO ESPAÇO RURAL

Matheus Sanaiotti Marconi<sup>1</sup>  
Murilo Henrique Rodrigues De Oliveira<sup>1</sup>  
Darlene Aparecida De Oliveira Ferreira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho busca apresentar e discutir as possibilidades teórico-metodológicas do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), (LEEA/UFPEL, 2018) nas análises da diversidade do espaço rural brasileiro. Neste sentido, o índice é constituído por quatro subíndices, sendo estes compostos por diferentes variáveis. O primeiro refere-se à dinâmica populacional, denominado Índice de População (IPOP); o segundo ocupa-se dos aspectos de escolarização e infraestrutura básica de moradia e saneamento, chamado de Índice de Bem-estar Social (IBES); o terceiro centraliza os dados sobre os rendimentos advindos da produção agrícola e não-agrícola, denominado Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE); por fim, o quarto subíndice prioriza as questões ambientais, avaliando formas alternativas de produção ambientalmente orientada, nomeado como Índice de Meio Ambiente (IMA). Para operacionalização do IDR em dado recorte espacial, são utilizados os seguintes bancos de dados do IBGE: Censo Demográfico (2010), utilizando o universo de dados e a base amostral, e o Censo Agropecuário (2016). Propriamente, o IDR é a média aritmética dos quatro subíndices cujas variáveis tiveram seus valores normalizados. Os resultados do Índice de Desenvolvimento Rural podem variar entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo do número 1, maior o nível de desenvolvimento – podendo, ainda, serem categorizados em quatro níveis (quartis): Muito Baixo, Baixo, Médio e Alto. Dessa forma, partindo de referenciais teóricos que trabalham com a temática do desenvolvimento rural e da construção de índices para medir esse desenvolvimento, aliado às análises geográficas, busca-se compreender a dinâmica do espaço rural a partir de sua pluralidade e multidimensionalidade, contemplando questões sociais, econômicas e ambientais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço Rural; Desenvolvimento Rural; Índice de Desenvolvimento Rural.

<sup>1</sup>Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Rio Claro/SP.

## ESCOLA DE AVICULTORES: UMA EXPERIENCIA NA DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO PARA AGRICULTURA FAMILIAR NA ERA DIGITAL

César Giordano Gêmero<sup>1</sup>  
Antonio Wagner Pereira Lopes<sup>1</sup>  
José Maria Gusman Ferraz<sup>1</sup>  
Oriowaldo Queda<sup>1</sup>  
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>1</sup>

**RESUMO:** Os processos sociais da transição agroecológica não se limitam à produção, mas abarcam o intercâmbio de conhecimentos entre os atores envolvidos. Nestes espaços o papel da Universidade nas atividades de pesquisa e extensão desempenha um importante papel. Este trabalho retrata as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – NUPEDOR, vinculado à Universidade de Araraquara UNIARA. O processo de extensão universitária na criação de aves nos assentamentos teve início no Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia. Através de um diagnóstico realizado com 27 famílias assentadas foi identificada a importância da criação das aves nas unidades familiares. Na sequência foi constituída uma unidade experimental de ensino, pesquisa e extensão no espaço dos assentados e estabelecida uma parceria com a cooperativa morada do sol, COOPERSOL de Araraquara/SP e com o poder público local. Resultou na conquista de um entreposto para beneficiamento dos ovos e a comercialização, permitindo a expansão do número de famílias e a inserção da produção nos mercados institucionais, Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE e o Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social, PMAIS. Com a necessidade de isolamento social, foi idealizado um curso utilizando plataformas digitais. Com o objetivo de democratização do conhecimento. Atualmente a plataforma conta com 86.000 inscritos, 4,0 milhões de visualizações, com média de 150 a 200 mil visualizações por mês. O curso on line conta com 1.063 alunos matriculados de todos os territórios do país e em mais de 12 países, demonstrando a importância da ferramenta digital para suprir a falta de assistência técnica e se incorporar definitivamente no processo de ensino e extensão universitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Pesquisa e Extensão; Plataforma Digital.

<sup>1</sup> Universidade de Araraquara - UNIARA - PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente

## ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA DA ASSOCIAÇÃO AROEIRA EM PIAÇABUÇU, ALAGOAS

Janayson Rodrigues dos Santos<sup>1</sup>

Henrique Carmona Durval<sup>2</sup>

José Maria Gusman Ferraz<sup>3</sup>

Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa<sup>4</sup>

**RESUMO:** A presente pesquisa tem como objetivo investigar as formas de organização da Associação Aroeira atentando-se para o desenvolvimento socioeconômico e sócio ambiental dos agricultores familiares associados. A Associação Aroeira está localizada no município de Piaçabuçu, que conta com 17.203 habitantes (IBGE – Censo 2010). A economia do município tem forte influência do setor turístico e da atividade pesqueira. No espaço rural do município tem-se como principal atividade agrícola o coco da baía e a cana de açúcar (Censo Agropecuário, 2017). Outro fator que também tem influência no município é a Área de Proteção Ambiental – APA, que foi criada em 1983 pelo Decreto no: 88.421. A atuação da Associação Aroeira, que conta com aproximadamente 93 associados, ganha ênfase quando se observa os dados socioeconômicos que caracterizam o município. Apresentando um IDH (2010) de 0,572, bem abaixo do IDH estadual e nacional que são 0,631 e 0,699 respectivamente. O PIB per capita do município, que é R\$ 17.458,15 (2019), é inferior a 50% do PIB per capita nacional, que é R\$ 35.161,70. A pesquisa se caracteriza como estudo de caso, com uma abordagem qualitativa, tendo como instrumento para coleta de dados a pesquisa de campo e aplicação de questionários semiestruturados com os agricultores familiares associados, diretores da associação e gestão pública municipal (secretaria de agricultura). Também será realizada uma ampla revisão bibliográfica sobre temáticas como: Agricultura Familiar; Associativismo; Desenvolvimento Local; Sustentabilidade; e Comercialização Solidária. Parte-se da hipótese que a ação organizada dos extrativistas através da Associação Aroeira fortalece as relações socioeconômica e socioambiental refletindo diretamente na melhoria e qualidade de vida dos associados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Associação Aroeira; Pimenta Rosa; Sustentabilidade; Desenvolvimento Sustentável.

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP.

<sup>2</sup> Docente do PPG Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Uniara).

<sup>3</sup> Docente do PPG Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Uniara).

<sup>4</sup> Docente da Universidade Federal de Alagoas, Unidade Santana do Ipanema - Campus Sertão.

**X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE**

**9 a 11 de novembro de 2022**



## **SESSÃO 1 B - AGROECOLOGIA E ALTERNATIVAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

**COORDENAÇÃO: INÊS CLAUDETE BURG; JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ**



## CERTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA EM UMA ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL?

Yuri Elias Rezende da Silva<sup>1</sup>

Henrique Carmona Duval<sup>2</sup>

**RESUMO:** Atualmente o Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos e insumos agroquímicos do mundo. Como forma alternativa para contornar esse problema, a Agroecologia propõe outros modelos de agricultura, utilizando o conceito de sustentabilidade e ecologia, o que torna mais harmônica a interação entre o homem e o ambiente, através de metodologias ecológicas e sustentáveis. Sendo assim, agricultura familiar pode representar o lócus ideal para a agricultura sustentável, pois envolve o conceito de manejar adequadamente os recursos naturais e evitar a degradação do ambiente, de maneira que permita as atividades humanas das atuais e futuras gerações. No entanto, a agricultura familiar e suas organizações, como as associações de produtores, recebem pouca atenção das instituições públicas de assistência técnica e de desenvolvimento e validação de tecnologias para a transição agroecológica, o que vem prejudicando esta que poderia ser uma estratégia de desenvolvimento rural para este tipo de agricultura. Desse modo, considerando as lacunas nas pesquisas científicas e informações relacionadas ao tema, o presente projeto é proposto com o intuito de contribuir com a pesquisa sobre os potenciais e desafios da agricultura orgânica/agroecológica, utilizando técnicas de pesquisa que envolvem a revisão bibliográfica de diversos livros e artigos para a construção do embasamento teórico sobre o assunto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Orgânica; Associação de Produtores; Sistemas de Produção; Comercialização.

<sup>1</sup>Discente em Engenharia Agrônoma em Universidade Federal de São Carlos Centro de Ciências da Natureza campus Lagoa do Sino – Buri/SP, Brasil.

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal de São Carlos Centro de Ciências da Natureza campus Lagoa do Sino – Buri/SP, Brasil.



## A SAZONALIDADE DA PRODUÇÃO DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR: PROPOSTA PRELIMINAR PARA UMA MUDANÇA DAS ESTRATÉGIAS TECNOPRODUTIVAS

Antonio Lázaro Sant'Ana<sup>1</sup>

Cristieli Fernanda Balancieri Souza<sup>2</sup>

Luís Pedro da Silva Santos<sup>3</sup>

Gabriela Tonini de Oliveira Andrade<sup>3</sup>

**RESUMO:** A análise do Censo Agropecuário de 2017 permite constatar que a bovinocultura de leite é uma das atividades com maior participação da agricultura familiar no total da produção. Na Região Geográfica Imediata (RGI) de Andradina-SP esta é a principal fonte de geração de renda monetária para os agricultores assentados. Este trabalho analisa as características da produção de leite dos fornecedores da Coapar, uma cooperativa que atua em vários municípios da referida RGI. Mediante solicitação, a Coapar disponibilizou seu banco de dados, do período de 2018 a 2021, que traz, entre outras informações, a quantidade de leite recebida mensalmente dos agricultores. Os dados foram analisados por meio de planilha Excel, especialmente a variação mensal da produção de leite, a partir de três estratos: média da produção do total dos fornecedores; média do grupo que comercializava mais de duas vezes a quantidade média do total; e média daqueles que produzem entre 20% menos até 20% mais do que a mediana do universo total. Os resultados obtidos, para todo o período, indicam uma forte sazonalidade da produção mensal média ao longo dos meses do ano em todos os estratos, embora um menos acentuada entre aqueles que produzem mais do que duas vezes a média do total dos fornecedores da referida Cooperativa. Entre junho e setembro a produção média atinge pouco menos do que a metade da média da produção de dezembro ou janeiro, quando se analisa o universo total de fornecedores; enquanto no grupo com produção média em torno da mediana, a produção chega a representar apenas 30 a 40% daquela obtida nos meses com maior produção. O estudo traz evidências de que é necessário rever as estratégias tecnoprodutivas, visando uma maior adaptação e convivência com as dificuldades inerentes ao período de seca.

**PALAVRAS-CHAVE:** Variação Mensal da Produção Leiteira; Alternativas tecnológicas; Convivência com a seca; Assentamentos Rurais; Região de Andradina-SP.

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Professor do Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio-Economia.

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Curso de Graduação em Zootecnia.

<sup>3</sup> Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Curso de Graduação em Engenharia



**DAS TERRAS LIVRES ÀS FRENTE DE EXPANSÃO NO ARAGUAIA PARAENSE  
(1890-1950)**

Francisco Batista Duraes Duraes<sup>1</sup>  
Joélson Gonçalves De Carvalho<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo pretende analisar o processo de ocupação da região do Araguaia paraense no período histórico de ocupação pastoril e da Ordem Religiosa Dominicana, de caráter extrativista na margem esquerda do rio, ocorrida no final do século XIX e que se estendeu até meados do século XX, quando ocorreram mudanças radicais reguladas no incentivo ao capital e nas relações de produção mercantis, proporcionando a entrada de grandes capitais nacionais e internacionais culminando no trágico processo de concentração da terra, de conflitos agrários e destruição ambiental, bem como a desestruturação das formas de organização das populações locais que sobreviviam do extrativismo, da pequena lavoura de subsistência e da criação extensiva de gado em campos livres de cerrado. Assim, este trabalho pretende suscitar reflexões e interpretações sobre o processo sócio-histórico de ocupação da região e suas relações com o bioma amazônico em uma região de cerrado. Este estudo se deu a partir de levantamento bibliográfico e análise da literatura regional. Por meio da investigação realizada é possível concluir que a ocupação das terras livres pela atividade pastoril desestruturou as formas de organizações sociais locais, gerou conflitos e contribuiu para a dizimação dos povos indígenas e, também, para a apropriação privada e concentração das terras livres nas mãos de latifundiários ligados à pecuária. As ações de caráter social e religiosa da Ordem Religiosa Dominicana não se concretizaram enquanto instrumentos eficientes na proteção dos povos indígenas, na permanência da agricultura camponesa e na sustentabilidade socioeconômica das populações locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Frente pastoril; Terras livres. Araguaia paraense; Capital mercantil.

<sup>1</sup> Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara/SP.

<sup>2</sup> Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, da Universidade de Araraquara.

**SISTEMAS AGROFLORESTAIS: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICAS  
EM REVISTAS NO PERÍODO DE 2012-2022**

Lazaro Velasques Borges<sup>1</sup>  
Renata Egydio De Carvalho<sup>1</sup>  
Jose Maria Gusman Ferraz<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esse trabalho teve o objetivo fazer um levantamento bibliográfico sobre Sistemas Agroflorestais (SAFs), aplicando técnicas de bibliometria. A análise foi realizada em revistas indexadas ao Scopus e Web of Science. O critério de seleção consistiu no recorte temporal de 2012 até 2022. As palavras-chave utilizadas para o processo de pesquisa foram: “sistemas agroflorestais”, “sistema agroflorestal”, “produção agroflorestal”, “agroflorestas”, “agroflorestal” e “agrossilvicultura” com aplicação do indexador OR. Os dados foram tabulados e analisados com a utilização do software R Studio através da biblioteca Bibliometrix e sua interface gráfica Biblioshiny, pois se trata de uma ferramenta gratuita e com uma completa gama de instrumentos de análise bibliométrica. O levantamento de dados resultou numa amostra de 251 artigos, de 11 fontes diferentes e foi analisado que tivemos um pico acadêmico no ano de 2018, mas que vem caindo paulatinamente e que a produção mundial sobre SAF nesse período encontra-se espalhada pelo mundo, porém concentrada na América Latina, tendo o Brasil como principal produtor de conhecimento na temática ao longo do tempo

**PALAVRAS-CHAVE:** Sistemas agrícolas sustentáveis; Agrofloresta; Produção científica.

<sup>1</sup> Universidade De Araraquara - Uniara, Araraquara/SP.

## AVALIAÇÃO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS NO SUDOESTE PAULISTA: BURI E ITABERÁ

Vinícius José de Oliveira Garcia<sup>1</sup>

Yuri Elias Rezende da Silva<sup>2</sup>

Henrique Carmona Duval<sup>3</sup>

**RESUMO:** Os sistemas agroflorestais vêm apresentando grande interesse de pesquisa ao redor do Brasil e do mundo como uma opção de agricultura contrária às monoculturas e que prioriza a conservação da biodiversidade e do solo, além de apresentar poder produtivo e de desenvolvimento social e ecológico. Porém, existem alguns entraves que dificultam a ampla adesão a este modelo, principalmente nos diferentes contextos da agricultura familiar, destacadamente pela ausência de políticas públicas de financiamento e de assistência técnica especializada. Consequentemente, a gestão desses sistemas torna-se uma tarefa complexa aos agricultores, uma vez que este é um sistema multidimensional e que correlaciona as esferas social, econômica e ambiental. O presente trabalho utiliza da caracterização participativa com o uso de indicadores junto a dois agricultores familiares que detêm sistemas agroflorestais implantados nos anos de 2018 e 2019, como parte de um projeto de extensão universitário ligado ao campus Lagoa do Sino da UFSCar, nos municípios de Itaberá – SP e Buri – SP. Foi realizada uma avaliação da multidimensionalidade de forma a investigar os benefícios e entraves internos e externos ao sistema, a partir da literatura e de relatos dos agricultores, sistematizando conhecimentos para uma melhor gestão e apropriação deste sistema de agricultura sustentável.

**PALAVRAS CHAVES:** Agricultura familiar, Agroecossistemas, Indicadores, Sistemas Agroflorestais.

<sup>1</sup> Graduado em Engenharia Agrônoma, Universidade Federal de São Carlos, Campus Lagoa do Sino.

<sup>2</sup> Graduando em Engenharia Agrônoma, Universidade Federal de São Carlos, Campus Lagoa do Sino.

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP.

## A FEIRA LIVRE DE ILHA SOLTEIRA-SP: CONHECENDO OS AGRICULTORES E AS CARACTERÍSTICAS DE SUA PRODUÇÃO

Rodrigo Castilho Freitas<sup>1</sup>

Antonio Lázaro Sant'Ana<sup>2</sup>

**RESUMO:** As feiras livres, enquanto forma de comercialização, são importantes para a agricultura familiar. O objetivo deste trabalho é analisar a comercialização e identificar aspectos da diversidade de produção e o perfil socioeconômico dos agricultores que comercializam na Feira Livre de Ilha Solteira-SP. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um formulário que levantou dados sobre o perfil socioeconômico dos agricultores feirantes, aspectos gerais do estabelecimento em que se dá a produção, tipo e diversidade da produção, outras formas de comercialização utilizadas pelos pesquisados e o percentual de renda obtido com a produção e a comercialização na Feira Livre. Evidenciou-se que os produtores se enquadram como agricultores familiares, predominando sujeitos com baixa escolaridade, faixa etária de mais de 60 anos, sendo que pouco mais da metade são mulheres. A produção é desenvolvida predominantemente em assentamentos rurais do próprio município, 82,8% dos agricultores residem nos estabelecimentos rurais e produzem há menos de 20 anos, enquanto a maioria participa da Feira há menos de dez anos. A principal forma de comercialização ocorre em circuitos curtos por meio da venda direta ao consumidor. Mais da metade dos produtores comercializa unicamente nesta Feira e quase dois terços obtém por meio desse canal mais de 80% do total da renda bruta agropecuária. A ampla diversidade da produção local é relevante para a qualidade da alimentação da população do município, sendo imprescindível que políticas públicas sejam aplicadas e fortalecidas para que a população em geral tenha cada vez mais acesso a alimentos saudáveis e os agricultores, por sua vez, melhor renda e qualidade de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura familiar; Agroecologia; Circuitos curtos de comercialização; Extensão rural, Pequeno produtor.

<sup>1</sup>Discente Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp, Curso de Graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado).

<sup>2</sup>Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Professor do Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio-Economia.

## CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO SANTA HELENA – SÃO CARLOS – SP

Terezinha Pinto de Arruda<sup>1</sup>

Henrique Carmona Duval<sup>2</sup>

José Maria Gusman Ferraz<sup>3</sup>

Maria Lúcia Ribeiro<sup>4</sup>

**RESUMO:** Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é uma modalidade de assentamento rural de interesse socio-econômico-ambiental criado através da Portaria n. 477/1999, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) regulamentado pela Portaria/INCRA n. 1032/2000 se destina a populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental. No entanto, entre o planejado e a vida no assentamento existem muitos descompassos. Este trabalho terá como objetivo central identificar e avaliar os conflitos atuais do PDS Assentamento Santa Helena, localizado em São Carlos/SP. A investigação se dará por meio de análise documental, questionários semi-estruturados aplicados às famílias do assentamento, anotações em diários de campo e documentação visual (imagens). Pretende-se avaliar as normativas do PDS e as relações entre as famílias em torno de projetos agroecológicos, bem como os conflitos com uma usina vizinha ao assentamento que realiza pulverização aérea em seus canaviais, afetando as famílias assentadas. Este estudo de caso dá continuidade aos estudos da autora que em seu mestrado objetivou os aspectos socioeconômicos e, agora, o foco será conflitos socioambientais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma agrária; Projeto de Desenvolvimento Sustentável; Conflitos; Práticas agroecológicas.

<sup>1</sup>Analista da Embrapa Instrumentação e Doutoranda do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – DTMA, Universidade de Araraquara – UNIARA .

<sup>2</sup> Docente, Doutor e Orientador do DSc. DTMA/UNIARA.

<sup>3</sup> Docenter, Doutor e Co-orientador do DSc. DTMA/UNIARA

<sup>4</sup> Docente, Doutora do Curso DTMA/UNIARA.

## O CONHECIMENTO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE SANTANA DO IPANEMA-AL SOBRE O USO DE JABUTI NA DIETA ALIMENTAR E SUA FORMA DE TRANSMISSÃO CULTURAL

Ida Vanderlei Tenório<sup>1</sup>  
Lidvânia Silva Abreu<sup>2</sup>  
Taciélma da Silva Leite<sup>2</sup>  
José Maria Gusman Ferraz<sup>3</sup>

**RESUMO:** Entre as diferentes estratégias adaptativas humanas para a sobrevivência destacam-se aquelas associadas a alimentação e o uso de animais é uma das principais práticas permanentes. Ao longo do tempo as predileções alimentares adotadas foram transformadas em hábitos alimentares sendo mantidas ao longo das gerações. O uso de quelônios das espécies *Chelonoidis denticulata* e *carbonaria*, na alimentação humana, é comum na região amazônica, como também na cidade de Santana do Ipanema-AL, onde o consumo está associado a práticas culturais que estão sendo esquecidas ao longo do tempo. Com o objetivo de levantar o conhecimento da população universitária de Santana do Ipanema sobre o uso do jabuti na dieta alimentar bem como o modo de transmissão dessa informação a pesquisa foi realizada entre os estudantes universitário através de um formulário disponibilizado na plataforma Google. Responderam ao formulário 108 alunos, sendo 65,74% do sexo feminino e 34,36 do sexo masculino, em relação ao conhecimento sobre o uso do jabuti na dieta alimentar, 63% responderam conhecer esse hábito e tendo adquirido essa informação através de avós, pais e tios (36,76%), em relação a já ter consumido o jabuti, apenas 8,33% já haviam consumido. Sobre a continuidade desse hábito alimentar sendo passado para as novas gerações, 67,60% responderam que não, porém apenas 19,81% tiveram como motivo a preservação da espécie. Dos estudantes que responderam sim, 28,57% concordam com esse hábito pela diversificação alimentar, 37,15% por fazer parte da cultura e 9,71% responderam pela preservação da espécie. Conclui-se que a transmissão do conhecimento se deu pela forma vertical e que o hábito de consumo é baixo entre a população entrevistada, são necessárias ações de esclarecimento sobre este hábito alimentar e sobre a importância da espécie envolvida.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Chelonoidis*; Cultura; Hábito Alimentar; Preservação.

<sup>1</sup>Docente da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

<sup>2</sup>Graduanda do curso de Ciência Biológicas da Universidade Estadual de Alagoas Campus II Santana do Ipanema, Alagoas.

<sup>3</sup>Docente e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

## VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS CITRÍCOLAS DE ASSENTAMENTOS NA PURIFICAÇÃO DO GLICEROL BRUTO

Rufino Mirian Babosa Da Silva<sup>1</sup>

Sandra Imaculada Maintinguer<sup>1</sup>

**RESUMO:** Os assentamentos rurais possuem uma diversidade muito grande de culturas agrícolas que geram rendas às famílias assentadas. Porém algumas culturas, como as citrícolas, enfrentam dificuldades para acessar o mercado, mesmo com a intermediação de programas específicos da agricultura familiar. Além disso, a qualidade dos produtos produzidos pelas famílias assentadas não é padronizada para o mercado consumidor, principalmente as frutas cítricas. O limão cravo é uma fruta perene de fácil cultivo, por isso é encontrado com facilidade nos assentamentos rurais. Com isso, muitos frutos não são colhidos, permanecendo no campo. Além disso, e boa parte dos resíduos citrícolas como frutos, cascas e folhas também são dispostos no ambiente, sem tratamento prévio ou reaproveitamento, permanecendo no campo até a sua deterioração gradual. O biodiesel é o segundo biocombustível mais produzido no Brasil. Sua produção é regida, por leis governamentais com porcentagens crescentes deste biocombustível à matriz energética brasileira, visando substituir gradativamente o óleo diesel de origem fóssil. O glicerol é o principal resíduo gerado na produção do biodiesel, que contém muitos contaminantes como água, sais inorgânicos, álcoois, sabões e ácidos graxos livres, exigindo purificação para ser utilizado em diversos setores comerciais e industriais. Além disso, a cada 100 kg de biodiesel produzidos são gerados 10 kg desse resíduo, que permanece estocada nas próprias usinas, sem destinação adequada. Os grandes desafios das refinarias é obter um glicerol de maior pureza, com baixo custo. Desse modo, alternativas sustentáveis poderiam ser praticadas no reaproveitamento dos resíduos orgânicos citrícolas para a formação de resinas cítricas e assim serem aplicadas na purificação do glicerol bruto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Biocombustível; Resíduos Orgânicos; Resinas Adsorptivas.

<sup>1</sup>Uniará - Universidade de Araraquara

<sup>2</sup>Profa. Dra do IPBEN – Unesp – Rio Claro e do Programa de PG.



X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE

9 a 11 de novembro de 2022

## 2 B - A QUESTÃO DA ÁGUA NO MUNDO RURAL NA ATUALIDADE NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

COORDENAÇÃO: MARIA TERESA VILELA ABDO; OSVALDO ALY JUNIOR



## CONFLITO HÍDRICO NO NORDESTE: IMPACTOS PRELIMINARES DA EXPERIÊNCIA DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NA PARAÍBA

Henrique Silva Duarte Gregório<sup>1</sup>

**RESUMO:** O trabalho ora apresentado se propõe a apontar e discutir os impactos preliminares da experiência da transposição do rio São Francisco no estado da Paraíba. Considerando a temática como dado relevante no espectro político, econômico e social do país, nossa proposta de apresentação compõe parte do trabalho de dissertação, ainda em andamento, do autor, intitulado: Conflitos, Hegemonias e Blocos no poder: A atuação das elites políticas nordestinas e suas configurações na sociedade civil a partir da transposição do rio São Francisco (2003-2008). O elemento que nos trouxe a este objeto de estudo é, em parte, constituída de dois aspectos: A atualidade do debate sobre as oligarquias e os grupos políticos dominantes no nordeste e as suas relações com as estruturas agrárias e fundiárias. Pensar a proposta da transposição e seus impactos contemporaneamente, em nosso entendimento, perpassa a utilização de três categorias centrais na tradição do pensamento social: conflitos, hegemonias e blocos no poder. Nesse sentido, temos como questão norteadora, a seguinte indagação: Em que medida a obra da transposição do rio São Francisco pôs fim, reconfigurou e/ou acentuou o conflito da água no nordeste? Outra questão fundamental em nossa problemática, é: Como é possível relacionar a hegemonia nas estruturas agrárias nordestinas e a obra da transposição? Houve quebra de hegemonia? Houve alteração nos blocos no poder? Ancorados metodologicamente e epistemologicamente na noção do conflito social, vinculado a tradição marxiana, nos propomos a discutir as categorias citadas acima a partir da experiência da obra da transposição.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conflito Hidrico; Transposição; Hegemonia.

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos.

## ENTRE O RIO E O CÉU: HISTÓRIAS DE CONVIVÊNCIA E CONFLITO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CABREÚVA

Paulo Roberto Franchi<sup>1</sup> Dutra<sup>1</sup>

José Maria Guzman Ferraz<sup>2</sup>

Henrique Carmona Durval<sup>3</sup>

**RESUMO:** Na tradição dos povos originários, as histórias podem adiar o fim do mundo, evitando que o céu caia sobre nossas cabeças. Seus costumes e práticas ensinam uma forma de “manejo do mundo”, e assim, de geração em geração, aprendem a habitar, cuidar e conviver no ambiente multidiverso. De modo semelhante, camponeses aprendem a observar os ciclos naturais, organizando suas atividades agrícolas de acordo com os períodos mais propícios, protegendo o solo e a água. Por outro lado, na sociedade industrializada, a Natureza é compreendida como recurso, para reposição e prestação de serviços e sua Conservação está atrelada a um conjunto de leis que criam áreas protegidas, onde o convívio é ensinado em programas de Educação Ambiental, que contam histórias de Desenvolvimento Sustentável. Essas histórias, no entanto, parecem pouco eficazes, na medida em que o Antropoceno avança e o céu despenca sobre nós, com o agravamento da crise climática. Novas histórias precisam ser contadas para adiar o trágico desfecho. Que histórias são essas? Como identificar e difundir esses conteúdos? A Educação Ambiental dará conta disso? Este artigo tem como recorte territorial a comunidade Pedreira, uma ocupação irregular localizada às margens do rio Piraí, no bairro rural do Pedregulho, em Itu-SP, onde estão sobrepostas duas Unidades de Conservação, a Área de Preservação Ambiental (APA) Cabreúva (estadual) e a APA Municipal Pedregulho. Neste território, um projeto socioambiental atua na formação de leitores e na organização comunitária, contando e ouvindo histórias. São narrativas de trabalho, família, filhos, migração, raízes rurais, esperança, abandono e conflito. Histórias que talvez possam nos trazer a chave sobre a possibilidade de vida e convivência multidiversa, nas ruínas do capitalismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Água; Natureza; Área de Proteção Ambiental; Educação Ambiental.

<sup>1</sup>Mestrando PPG Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara- SP.

<sup>2</sup> Professor do PPG Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara-SP.

<sup>3</sup>Professor do PPG Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara - UNIARA, 3 Araraquara-SP.



## O MOVIMENTO PELO DIREITO À ÁGUA EM BREVES-MARAJÓ

Luce Mara Lobato Dos Santos<sup>1</sup>  
Christiane Pimentel E Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** Quando se pensa nas lutas sociais pelo direito humano fundamental à água potável, provavelmente, associa-se com as lutas no semiárido brasileiro, sendo mais difícil relacionar essa luta com a maior ilha costeira fluvio-marinha do planeta: o Arquipélago do Marajó/PA no estado do Pará, que é composto por 16 municípios. No entanto, o objetivo desse trabalho é apresentar a luta e resistência do Movimento pelo Direito ao Uso da Água (MDUA), em uma das cidades do Marajó: Breves. É preciso ressaltar que a luta pelo direito à água se relaciona diretamente com a prestação pública dos serviços de saneamento. Por isso a aparente contradição de uma população que cotidianamente utiliza os rios como via de transporte, como meio de trabalho, como balneário mas não tem acesso à água potável, é explicada pela imensa desigualdade social da região mediante o papel que cumpre na acumulação de capital, como produtora de commodities extrativistas e pelo descaso dos governantes. O relato da experiência vivenciada no MDUA é feito pelo olhar de pesquisadoras e também de integrantes/militantes do mesmo, em momentos distintos, sendo um dos objetivos do trabalho, discorrer sobre a participação da população nos movimentos sociais no referido município. Nesse sentido, torna-se necessário relevar a importância do tema para a área do Serviço Social, considerando a intervenção dos profissionais, destacando a importância da participação do profissional do Serviço Social e suas estratégias de mobilização nos movimentos sociais, principalmente aqueles em que há intensa desigualdade social, como é o caso do município de Breves.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento Pelo Direito ao Uso da Água; Movimentos Sociais; Participação Popular; Serviço Social.

<sup>1</sup> Faculdade de Serviço Social. Campus Universitário do Marajó-Breves. Universidade Federal do Pará.

## INSERÇÃO DOS DIREITOS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA AGENDA DO DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE HIDRELÉTRICAS NO BRASIL

Antonio Marcos Campoi<sup>1</sup>; Vera Lucia Silveira Botta Ferrante<sup>2</sup>;  
Oswaldo Aly Junior<sup>3</sup>

**RESUMO:** A implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos vem acompanhados de uma série de programas ambientais objetivando a prevenção, mitigação e compensação de seus impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais na região de abrangência. Especificamente com relação a necessidade de atendimento ao remanejamento compulsório das famílias ocupantes das áreas de interesse destes empreendimentos, na ótica dos empreendedores este processo acarreta somente perdas materiais passíveis de serem indenizadas. Para as populações ribeirinhas a perda é do espaço onde os indivíduos travam suas relações pessoais e familiares, é o espaço de seu nascimento, de sua moradia, de sua reprodução social e cultural, é o local que exercem suas atividades produtivas temporárias em simbiose com o meio ambiente circundante, fatos estes que invariavelmente, não são considerados nos processos mitigatórios e compensatórios previstos nos programas ambientais. Este artigo visa analisar em um empreendimento hidrelétrico – UHE Peixe Angical no estado do Tocantins, os efeitos e resultados de uma iniciativa pioneira da criação de um espaço permanente de diálogo (“Foro de Negociação”) entre população atingida, órgãos licenciadores e fiscalizadores, empreendedor e poder público local. O objetivo é propor uma forma alternativa de licenciamento ambiental destes projetos, que venham possibilitar a tomada de decisões de forma mais célere, discutindo ações, corrigindo rumos, adequando situações imprevistas, sempre amparadas nos interesses de todos os atores envolvidos direta e indiretamente na implantação do empreendimento, buscando reduzir ou minimizar os impactos causados as populações atingidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hidrelétrica; Licenciamento Ambiental; Remanejamento; Foro de Negociação.

<sup>1</sup>Doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente/2021 – UNIARA - Araraquara/SP.

<sup>2</sup>Professora, Doutora, Coordenadora do Programa de Pós-graduação Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA - Araraquara/SP.

<sup>3</sup>Professor, Doutor do Programa de Pós-graduação Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA - Araraquara/SP.

**X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE**

**9 a 11 de novembro de 2022**

## **SESSÃO 3 A - ALTERNATIVAS DE EXTENSÃO RURAL E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**COORDENAÇÃO: ANTONIO LÁZARO SANT'ANA; ORIOWALDO  
QUEDA; RENATO DE CARVALHO; VIVIEN DIESEL**



## ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO RURAL NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE SANTA FÉ DO SUL NA PERSPECTIVA DA PNATER

Mairê Butzer Viñales<sup>1</sup>  
Antonio Lázaro Sant'ana<sup>1</sup>  
Isabela Oliveira Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) tem entre suas finalidades fortalecer a agricultura familiar e apoiar o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. O objetivo deste artigo é investigar as características de um trabalho em extensão rural pública, apontado entre as melhores experiências, em questão de qualidade, na Região Geográfica Imediata (RGI) de Santa Fé do Sul (SP), tendo como referência, para a análise, a maior ou menor proximidade com as orientações da PNATER. Além da revisão bibliográfica, também foi realizada a caracterização dos estabelecimentos rurais e dos agricultores da referida RGI, a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017. Em seguida, com base em um roteiro semiestruturado, realizou-se a entrevista gravada com a extensionista, cujo trabalho foi indicado entre os melhores, por representantes de instituições ligadas à extensão rural e de organizações de agricultores familiares. Após transcrita, a entrevista foi examinada com a utilização da metodologia de análise de conteúdo do tipo temática. Observou-se a relevância da agricultura familiar nos segmentos produtivos da Região, apesar do baixo acesso destes agricultores à orientação técnica pública. Quanto à experiência de extensão rural constatou-se um forte alinhamento das ações da Extensionista com os princípios e objetivos da PNATER, tanto aqueles ligados às questões ambientais e ao incentivo à agricultura de base ecológica, como outros referentes à adoção de metodologias participativas, apoio à organização dos agricultores, à segurança alimentar e nutricional, e à participação das mulheres em atividades de geração de renda. Na próxima fase pretende-se pesquisar os agricultores familiares envolvidos no referido trabalho de extensão rural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Princípios e objetivos da Lei de ATER; Políticas Públicas; Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural Sustentável.

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira.

## A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA-SP: INFORMAÇÃO COMO BASE DO CONHECIMENTO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Darlene Aparecida De Oliveira Ferreira<sup>1</sup>

Sérgio Luis Antonello<sup>2</sup>

Murilo Henrique Rodrigues De Oliveira<sup>3</sup>

Matheus Sanaiotti Marconi<sup>3</sup>

**RESUMO:** Com o objetivo de reconhecer o potencial das propriedades rurais para planejar e implementar o desenvolvimento municipal, quer pela ação individual ou comunitária, quer como objeto de políticas públicas que propusemos o projeto de extensão universitária, tendo a área rural do município de Ipeúna- SP como foco e desenvolvido por três anos através de Convênio firmado entre a UNESP e a Prefeitura Municipal de Ipeúna-SP, com a finalidade de auxiliar na formulação de um plano de gestão do território, buscando o enfrentamento e solução de questões de ordem econômica, ambiental e de segurança pública. Realizaram-se reuniões, no formato de audiências públicas, com a população rural e urbana, gestores públicos e empresários para definição das ações prioritárias; mapeamento das Propriedades Rurais com georreferenciamento; levantamento documental, bem como diagnosticar o potencial do turismo rural no município através da elaboração, teste e aplicação de formulários junto aos produtores rurais tendo como parâmetro os elementos fundiários, físicos, demográficos/sociais e econômicos das propriedades; elaboração de mapa digital com as estradas rurais do município, identificando as principais rotas de deslocamento para contribuir com ações turísticas e de segurança pública. Ao final o município recebeu um banco de dados com informações levantadas sobre o sistema agropecuário e turismo, proporcionando mudança qualitativa no quadro dos gestores públicos e na vida social e econômica, permitindo ao poder público elaborar novos e aprimorar programas já existentes com maior eficiência e precisão em relação às ações na área do turismo rural, da segurança alimentar e da segurança pública, além da divulgação e visibilidade do trabalho desenvolvido pela Universidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas; Extensão Universitária; Desenvolvimento Rural; Espaço Agrário.

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Geografia - IGCE - UNESP/Rio Claro.

<sup>2</sup> Analista de Informática/CEAPLA- IGCE-UNESP/Rio Claro.

<sup>3</sup> PPG em Geografia/IGCE-Unesp Rio Claro.

<sup>4</sup> PPG em Geografia/IGCE-Unesp Rio Claro.



## EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO RURAL E A PNATER: A CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Flávia Cristina Moura<sup>1</sup>  
Isabela Oliveira Santos<sup>1</sup>  
Antonio Lázaro Sant'ana<sup>1</sup>

**RESUMO:** A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER é composta de princípios e objetivos, que além de exigir uma mudança relevante na metodologia de extensão rural, prioriza a agricultura familiar e uma atuação que assegure o desenvolvimento rural sustentável. Este trabalho vincula-se a uma pesquisa de maior amplitude, cujo objetivo é analisar as experiências de extensão rural mais relevantes de quatro Regiões Geográficas Imediatas (RGI) do noroeste paulista, tendo como referência as diretrizes da PNATER. Neste artigo busca-se analisar a contribuição de três dessas experiências, da RGI de Jales, em relação à segurança e à soberania alimentar, o que inclui também o princípio relativo ao incentivo à agricultura de base ecológica. As experiências foram selecionadas a partir de indicações de representantes de instituições ligadas à extensão rural e organizações de agricultores familiares da referida Região. Além da revisão bibliográfica sobre temas da pesquisa, foram realizadas entrevistas gravadas, com roteiro semiestruturado, com a extensionista que atua na Casa da Agricultura (C. A.) de Palmeira D' Oeste e com os extensionistas da C. A. de Mesópolis e C. A. de Pontalinda, considerados como três dos trabalhos de extensão rural mais relevantes da referida Região. Nessas experiências são relatadas várias iniciativas relacionadas à ampliação da segurança e soberania alimentar dos próprios agricultores e dos consumidores e algumas de incentivo à agricultura orgânica e à transição agroecológica. No entanto, observa-se que a maioria dessas iniciativas ocorreu vinculada a determinadas políticas públicas tiveram cortes drásticos de recursos ou foram desativadas, o que tem comprometido o atendimento dos agricultores familiares e da população mais vulnerável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho extensionista; Políticas públicas; Agricultura de base ecológica; Agricultura familiar; Região de Jales-SP.

<sup>1</sup> Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Feis-Unesp, Ilha Solteira/SP.

**PROJETO DE EXTENSÃO: FACILITAÇÃO AOS MERCADOS LOCAIS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL E REGIONAL**

Flávio Aparecido Pontes<sup>1</sup>  
Jair Manoel Casquel Junior<sup>1</sup>  
Eline Gomes de Oliveira Zioli<sup>1</sup>

**RESUMO:** A comercialização para a agricultura familiar é constantemente apontada como um dos principais desafios. Neste contexto o Projeto de Extensão: Facilitação aos mercados locais para comercialização de produtos da agricultura familiar local e regional, visa apoiar em âmbito regional agricultores familiares a acessarem novos mercados e ou facilitar sua permanência em mercados dos quais já participam. Mercados na lógica deste projeto são os circuitos curtos de comercialização que permitem a venda direta de produtos aos consumidores finais, evitando atravessadores, garantindo maior rentabilidade ao produtor e acesso a produtos de qualidade por preços justos pelos consumidores finais. Este projeto consiste em um conjunto de ações para que possamos analisar, gerar soluções e contribuir para a criação de uma rede colaborativa nos sistemas de produção, industrialização e comercialização da agricultura de base familiar nos municípios do entorno do campus Boituva do IFSP. Visando o estímulo para estruturação e fortalecimento de grupos de agricultores familiares e cooperados da Cooperativa dos pequenos produtores de Boituva e região em ações de apoio da comercialização de produtos agrícolas e pecuários. No fomento e apoio tecnológico para o beneficiamento da produção, a venda na entressafra e a busca de oportunidades de vendas diferenciadas, novos mercados e principalmente por mercados curtos de comercialização. Contribuindo na capacitação nos processos de produção, agroindustrialização (processamento), gestão e comercialização em circuitos curtos, a execução do projeto se dá pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas Aplicadas ao Desenvolvimento Sustentável – NEADS com fomento da Pró reitoria de extensão do IFSP.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Comercialização; Gestão; Organização Social.

<sup>1</sup> IFSP - Campus Boituva - NEADS.

## ANÁLISE DOS TRABALHOS DE QUATRO EXTENSIONISTAS DA REGIÃO DE JALES, COM BASE NOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA PNATER

Isabela Oliveira Santos<sup>1</sup>

Mairê Butzer Viñales<sup>1</sup>

Flavia Cristina Moura<sup>1</sup>

Antonio Lázaro Sant'ana<sup>1</sup>

**RESUMO:** A elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) representou importante avanço para fortalecer a agricultura familiar e contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Este artigo objetivou analisar as experiências de quatro trabalhos de extensão rural, considerados entre os melhores da Região Geográfica Imediata (RGI) de Jales, tendo como referência os princípios e objetivos da PNATER. As experiências de extensão rural consideradas mais relevantes, em termos de qualidade, foram escolhidas a partir de indicações de representantes de instituições que possuem interfaces com a extensão rural e de organizações dos agricultores familiares. Além da revisão bibliográfica e de um levantamento sobre as características da agricultura familiar da referida RGI, a metodologia constou da realização de entrevistas gravadas, com base em roteiro semiestruturado, com os quatro extensionistas responsáveis pelas experiências mais indicadas. Todos os trabalhos de extensão são de âmbito municipal, realizados pelos engenheiros agrônomos que atuam nas Casas da Agricultura de Mesópolis, Pontalinda, e São Francisco e pela engenheira agrônoma da Casa da Agricultura de Palmeira D' Oeste. A análise dos resultados das entrevistas com os extensionistas evidenciou que os trabalhos de extensão rural desenvolvidos estavam em consonância com vários princípios e objetivos da PNATER, mas com algumas lacunas (relações de gênero) e contradições (participação no diagnóstico, mas não nas proposições de solução do problema). Também constatou-se a importância da extensão rural como mediadora de outras políticas públicas, dirigidas aos agricultores familiares, para que estes possam permanecer no campo com oportunidades e uma vida digna.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Diretrizes da Lei de ATER; Políticas Públicas; RGI de Jales.

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Ilha Solteira-SP.

## EXTENSÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO SERTÃO DO ARARIPE

Luis Antônio da Silva Soares<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste texto é descrever a minha experiência enquanto agente de campo no Projeto Monitora (UnB/ MAPA). Mais especificamente, a visita de campo que ocorreu em fevereiro de 2020, na unidade da agricultura familiar gerida pelo agricultor Francisco Gomes Soares, mais conhecido como Chico Peba. Esta propriedade rural é uma unidade de referência do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) II e fica localizada na comunidade Água Branca, na cidade de Santa Cruz, no Sertão do Araripe, estado de Pernambuco. O trabalho tem uma abordagem qualitativa e foi realizado através de uma entrevista narrativa. Com isso, verificamos que a experiência exitosa do agricultor Francisco Gomes Soares (Chico Pega), assistida por serviços de Ater do PDHC, vêm desenvolvendo um conjunto de conhecimentos e práticas na convivência com o semiárido. Dessa forma, conseguindo uma diversificação na produção agropecuária e inserção em mercados locais e globais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Assistência Técnica e Extensão Rural; Convivência com o Semiárido.

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Sociologia (UFPE).

## OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA GESTÃO DO CONHECIMENTO NO TRABALHO DE EXTENSÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL

Luiz Egidio Costa Cunha<sup>1</sup> ; Robert Dias Ximenes<sup>1</sup> ; Pontes, Flávio Aparecido<sup>1</sup>

**RESUMO:** O problema da gestão do conhecimento vem se tornando, com o passar do tempo, um problema que exige planejamento e organização, principalmente em organizações que lidam no seu fazer cotidiano com uma grande gama de dados e conhecimentos oriundo de várias fontes de conhecimento. A extensão rural no Brasil, apesar de sofrer com poucos recursos e tecnologias para o desenvolvimento de seu trabalho, ainda lida com a necessidade da guarda e compartilhamento dos conhecimentos gerados nos estudos e nas interações com os produtores rurais ao longo de seu trabalho. Este artigo apresenta sugestões de soluções tecnológicas que podem mitigar o problema da gestão do conhecimento a partir de elementos fundamentais de planejamento e organização, assim como de ferramentas tecnológicas que viabilizem a geração, a guarda e o compartilhamento de informações por extensionistas e produtores. Especial atenção foi dada à necessidade de viabilizar o acesso tecnológico, visto que os recursos comumente disponíveis exigem recursos de hardware e software que nem sempre são acessíveis aos produtores rurais e aos extensionistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão do Conhecimento no Campo; Sistemas de Informação Rural; Tecnologias para o Campo.

<sup>1</sup> Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

**X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE**

**9 a 11 de novembro de 2022**

## **SESSÃO 4 A - DILEMAS SOBRE A TITULAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DOS ASSENTAMENTOS**

**COORDENAÇÃO: DELWEK MATHEUS; LUÍS ANTONIO  
BARONE; MARCELO GOULART**



## REVISITANDO UMA ANÁLISE: A AGENDA POLÍTICA DA TERRA NO GOVERNO BOLSONARO

Acacio Zuniga Leite<sup>1</sup>; Sérgio Sauer<sup>1</sup>; Nilton Luís Godoy Tubino<sup>2</sup>

**RESUMO:** A eleição de Bolsonaro em 2018 afirmou a continuidade de uma agenda conservadora e reacionária no Brasil, inaugurada com o golpe de 2016. Essa inflexão política teve consequências na agenda da terra. Ainda que a literatura apresente caracterizações e críticas sobre as ações governamentais empreendidas durante o Governo Bolsonaro, resta uma lacuna na análise orgânica do conjunto de medidas propostas e implementadas. Analisamos a literatura recente sobre o tema e o conjunto das principais iniciativas executivas e legislativas em âmbito federal entre 2019 e 2022. Apesar do retrocesso ocorrido, constatamos que algumas das principais agendas da agricultura industrial não tiveram êxito na tramitação no Congresso Nacional. Por outro lado, medidas infralegais e a descaracterização institucional possibilitaram o avanço da agenda neoliberal da terra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma Agrária; Regularização Fundiária; Congresso Nacional; Agronegócio.

<sup>1</sup>Universidade de Brasília (UnB).

<sup>2</sup>Câmara dos Deputados.

## A SUBMISSÃO IRRESTRITA DO PRODUTOR RURAL ASSENTADO AOS DITAMES DA FUNDAÇÃO ITESP

Reginaldo Barbosa de Almeida<sup>1</sup>; Vera Lúcia Silveira Botta Ferrnre<sup>2</sup>

**RESUMO:** Para a análise dos aspectos que envolveram as parcerias nos projetos de assentamento de reforma agrária do Estado de São Paulo, será tomado como referência a história do assentamento Monte Alegre, localizado nos municípios de Araraquara, Matão e Motuca no estado de São Paulo, pois busca-se compreender propriamente as consequências provenientes da última parceria com o agronegócio canavieiro e o poder de escolha do assentado nesses projetos. Por se tratarem dos mais novos dos projetos desenvolvidos na fazenda Monte Alegre, o assentamento VI e o Horto de Bueno, vivenciou uma experiência de exploração agrícola junto a terceiros. Seja o agronegócio, produção na criação de frangos para frigoríficos, ou terceiros que mantêm relação de parceria com o produtor rural assentado, permanecendo oculto por ocasião das proibições do órgão gestor. Os indícios de uma incoerência constante que marca entre o que se espera, e o de fato acontece no dia a dia num projeto de assentamento. Entre os fatos narrados, e a história vivida no assentamento do Horto de Bueno de Andrade, fica de maneira cada vez mais clara que o produtor rural assentado, não tem poder de ingerência sobre a terra, e menos ainda para contratar uma parceria destinada à exploração da terra de maneira a gerar um ativo econômico. O que se observa, é que o órgão gestor das políticas públicas para o desenvolvimento dos projetos de assentamento se apresenta como o sujeito competente para ingerir o desenvolvimento da produção agrícola, adequação do solo e a preservação ambiental, bem como a vida das pessoas que ali residem.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

<sup>1</sup>Aluno de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara-SP (Uniara).

<sup>2</sup>Coordenadora do Programa de Pós Graduação, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Desde julho de 2016 foi designada a exercer a função de Pró-Reitora de Pós-Graduação Stricto Sensu e Pesquisa da Universidade de Araraquara. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A. Foi Vice-Presidente e Presidente da ALASRU (Associação Latinoamericana de Sociologia Rural (2010-2014).



## TITULAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO: DESENVOLVIMENTO OU A FALÊNCIA PELA FALTA DE INVESTIMENTO

Rubens de Oliveira Eliziário<sup>1</sup>; Vera Lucia Silveira Botta Ferrante<sup>2</sup>; Osvaldo Aly Junior<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo a analisar a influência e os efeitos da concessão de título de domínio para os assentados no Estado de São Paulo. Com a aprovação do Projeto de Lei (PL) no 410/2021, que permite a emissão do título de domínio está prevista no Decreto nº 66.986 de 21/07/2022, o qual foi regulamentado os artigos 12-A a 12-F da Lei no 4.957, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários. Que transfere, em definitivo, terras pertencentes ao Estado para produtores rurais assentados que fazem o uso do espaço há, pelo menos, dez anos ou que tenham a sua concessão há cinco anos. O que se percebe através da pesquisa é que o Estado não investiu e preparou para a emancipação/titulação destes assentamentos. Esta simplesmente oferecendo algo que é desejado pelos assentados. As famílias assentadas estão descapitalizadas. Existe grandes possibilidades de haver um retrocesso e estas terras voltarem para o agronegócio. A forma de titulação proposta por esta Lei vai reacender o mercado de terras em torno dos assentamentos rurais e favorecer as empresas do agronegócio. Em especial as Usinas de produção de açúcar e álcool. A pesquisa tem o recorte das análises preliminares realizadas nos assentamentos: Córrego Rico de Jaboticabal/SP e Horto de Ibitiúva de Pitangueiras/SP.

**PALAVRAS-CHAVE:** Titulação; Assentamentos Rurais; Lei no 410/2021; Reforma Agrária e Fundação Itesp.

<sup>1</sup>ITESP e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara-SP (Uniar).

<sup>2</sup> Prof. Dr. na Universidade de Araraquara-UNIARA/SP e Coordenadora do Doutorado.

<sup>3</sup> Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

## ESPACIALIDADE E MATERIALIDADE DA LUTA PELA TERRA: ESTUDO DE ACAMPAMENTOS DE SEM-TERRA

Yasmim Ramos Teixeira<sup>1</sup>; Luis Antonio Barone<sup>1</sup>

**RESUMO:** Desde a década de 1980, a demanda dos sem-terra por reforma agrária tem sido feita junto ao Estado sobretudo por meio de ocupações, áreas com montagem de acampamentos de barracas de lona preta e outros materiais. Desse modo, instalar-se debaixo de uma barraca de lona significa, para o acampado, a sua morada por tempo indeterminado, símbolo do sofrimento e merecimento da terra. O acampamento, como um momento e um espaço de luta é dotado de elementos simbólicos que estabelecem funções para além das de habitat, assim como estratégias de resistência. Esta investigação buscará assimilar as variações tipológicas desses espaços concretos e sua dinâmica interna enquanto coletivo social, introduzindo uma perspectiva espacial e material. Também discutirá suas especificidades políticas, sempre em diálogo com os agentes sociais envolvidos e o entorno institucional e geográfico no qual se inserem. Para isso, foram utilizadas técnicas metodológicas das ciências sociais e próprias da arquitetura e urbanismo. Portanto, além da revisão bibliográfica de obras pertinentes à pesquisa, foram propostos trabalhos de campo em acampamentos de sem-terra para o estudo e caracterização da espacialidade e materialidade local, bem como a coleta de dados empíricos para análise, identificação e estudo dos materiais e técnicas construtivas, observação participante e coleta de depoimentos sobre a temática “viver no acampamento” com militantes e acampados. Assim, dentre os elementos tangíveis e simbólicos presentes nas diferentes ocupações e movimentos, verifica-se o papel da arquitetura e urbanismo como agentes ativos na luta pela terra, tal como instrumentos de resistência e de transformação social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acampamentos de sem-terra; Reforma agrária; Assentamentos rurais.

<sup>1</sup>Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, Presidente Prudente/SP.

## A COMPLEXIDADE DAS OCUPAÇÕES NA AMAZÔNIA LEGAL: UM OLHAR SOBRE AS INFORMAÇÕES FUNDIÁRIAS E AMBIENTAIS ESPECIALIZADAS DA REGIÃO

Ygor Oliveira Sarmiento Rodrigues<sup>1</sup>; Leandro Ricarto Ferreirade Souza<sup>1</sup>;  
Marcelo Mateus Trevisan<sup>1</sup>; Fagner Vasconcelos<sup>1</sup>; Mário Lúcio Ávila<sup>1</sup>

**RESUMO:** A região denominada Amazônia Legal, é conhecida por sua complexidade de ocupações, especialmente nos aspectos fundiários e ambientais. Este artigo visa apresentar o levantamento de imóveis por categoria fundiária, suas respectivas áreas sobre os estados, e problematizar os prováveis impactos das sobreposições existentes com terras públicas na Amazônia Legal. As análises são executadas a partir das informações fundiárias de dados espaciais disponibilizadas pelo INCRA, na plataforma Acervo Fundiário. Tal base concentra os dados vetoriais das Unidades de Conservação, das Terras Indígenas, dos Territórios Quilombolas, das Glebas Públicas Federais, dos imóveis objeto de titulação por programas de regularização fundiária, dos Projetos de Assentamento e dos Imóveis Certificados públicos e privados. Para caracterizar as ocupações dentro das áreas protegidas, assim como em Glebas Públicas Federais, foram realizadas apreciações junto ao CAR, considerando o número de cadastros e suas respectivas áreas e localização. O exame do cadastro ambiental sob terras públicas apresentou um número significativo de cadastros em áreas protegidas, chamando a atenção para as Terras Indígenas dos estados do Mato Grosso e Maranhão, onde a sobreposição ultrapassa 10% de suas áreas, assim como expõe a falta de informações especializadas em Glebas Públicas Federais, sendo as dos estados do Amazonas, Para e Rondônia com as maiores. Em um contexto onde informações sobre grilagem de terras, ocupações irregulares e desmatamento em terras públicas são recorrentes, o diagnóstico, a partir dos dados georreferenciados dos imóveis públicos e privados, localizados na Amazônia Legal, mostrou-se capaz de expressar as debilidades existentes, seus impactos e consequências na governança de terras na região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia Legal; Acervo Fundiário; Cadastro Ambiental Rural; Governança de Terras.

<sup>1</sup>Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI/UnB.

## NOTAS SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIOAMBIENTAL: O DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL E A CONCRETIZAÇÃO DA DIGNIDADE

Juliano Gil Alves Pereira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O problema da habitação urbana levanta questões relevantes quanto ao meio ambiente. A regularização fundiária é uma das ações componentes da política de formalização das moradias urbanas, devendo se atrelar à perspectiva de sustentabilidade e promover a proteção ao direito fundamental ao meio ambiente equilibrado, especialmente nos locais que foram convertidos em áreas de preservação permanente. A moradia é pressuposto essencial para a dignidade da pessoa humana. A partir daí, nasce um direito fundamental à cidade sustentável. O objetivo da pesquisa é estudar as possibilidades de estabelecimento de uma regularização fundiária urbana de interesse socioambiental. Propõe-se uma abordagem qualitativa. Como método primário, utiliza-se o dedutivo, pela necessidade da utilização encadeada de vários conceitos técnico-jurídicos. Quanto ao último objetivo, entretanto, será utilizado o indutivo. Quanto às técnicas, serão utilizadas a coleta bibliográfica e a análise documental de diplomas legislativos, administrativos e técnicos correlatos, para estabelecer os procedimentos e resultados que deles se esperam quanto à regularização fundiária, especialmente quanto à sustentabilidade. Justifica-se a pesquisa pela necessidade de concretização dos direitos fundamentais consagrados pela Constituição de 1988 em paralelo à sustentabilidade do crescimento urbano. O estudo é viável, em decorrência da farta bibliografia e do fato de que a ocupação irregular não se encontra restrita aos grandes centros urbanos. A relevância da temática evidencia-se pela necessidade de concretização dos direitos fundamentais consagrados pela Constituição de 1988, em prol da sustentabilidade do crescimento urbano, que deve ser livre de irregularidades urbanísticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Habitação Urbana; Regularização Fundiária; Interesse Socioambiental.

<sup>1</sup> UNIARA - Programa de Pós-Graduação Strito Sensu - Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE

9 a 11 de novembro de 2022

## SESSÃO 5 A1 - SEGURANÇA ALIMENTAR, FOME E SAÚDE / TRANSGÊNICOS E AGROTÓXICOS

COORDENAÇÃO: LUIZ MANOEL DE ALMEIDA; MARCELO  
MAZETA LUCAS



## DIAGNÓSTICO DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM TEMPOS DE PANDEMIA

Ronaldo Wilson Godoi<sup>1</sup>; Wanda Aparecida Machado Hoffmann<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente projeto parte de uma proposta de realizar um diagnóstico da efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em tempos de pandemia, em dois municípios situados na região sudoeste do estado de São Paulo, sendo eles Itapeva-SP e Angatuba-SP. Visa obter uma análise como um todo da organização e execução deste programa nos municípios, e os reflexos que esta política pública pode trazer aos seus beneficiários, alunos de escolas públicas. Pensando nisso, a pesquisa terá o propósito de identificar os impactos do PNAE antes da pandemia, durante a pandemia e depois da retomada gradativa das aulas. A pesquisa buscará investigar se o PNAE continuou sendo efetivo durante a pandemia, e se os atores envolvidos nesta política pública utilizaram estratégias para que os alunos continuassem acessando os alimentos através do programa, para que isso não afetasse suas condições de segurança alimentar e hábitos alimentares. Também buscará levantar a origem e os beneficiários das compras públicas de alimentos destinados ao PNAE, se são advindos da agricultura familiar, de agricultores assentados, e se podem ser considerados produtos nutricionalmente saudáveis ou até mesmo orgânicos. No decorrer da pesquisa será necessário realizar coletas de informações com os gestores do programa de cada município, nutricionistas, e se possível os beneficiários do PNAE, os alunos das unidades de ensino, além de organização de agricultores familiares que participaram das chamadas públicas. Os resultados obtidos serão tabulados e analisados para compreender a efetividade ou não do programa nos dois municípios da região sudoeste paulista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diagnóstico; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Segurança Alimentar Nutricional; Pandemia.

<sup>1</sup>Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, PPGCTS, UFSCar, São Carlos/SP.

<sup>2</sup>Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos/SP.

## CONSELHOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM ESTUDO EM DUAS REGIÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Helena Carvalho De Lorenzo<sup>1</sup> ; Alessandra Santos Nascimento<sup>1</sup> ; Daiane Roncato  
Cardozo<sup>2</sup> ; Ana Carolina Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** A criação de um Conselho público que prime pela participação popular pode significar a garantia de um espaço para atuação de grupos e setores tradicionalmente excluídos dos debates e decisões sobre a efetivação dos direitos sociais, a exemplo do direito à alimentação. Nesse contexto, a criação de um Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional pode se apresentar como um instrumento para facilitar a realização de um diagnóstico mais claro e permanente das necessidades, conflitos, recursos disponíveis e redes já existentes para assegurar tal direito. O presente estudo visa identificar e analisar a presença e atuação de conselhos de segurança alimentar e nutricional em municípios de duas regiões do estado de São Paulo: Sudoeste e Central Paulista. A investigação parte da hipótese de que mecanismos institucionais desenvolvidos a partir de políticas públicas sociais podem promover o desenvolvimento territorial com efeitos em elementos de segurança alimentar e com possibilidades de inclusão e interação social para a agricultura familiar. Além disso, a pesquisa poderá apontar em qual medida as ações e políticas públicas de recorte local ou microrregional têm potencial de geração de efeitos sinérgicos para o desenvolvimento territorial. Os objetivos descritos anteriormente serão alcançados por meio de uma pesquisa exploratória, qualitativa e delineados como estudos de casos múltiplos, descritivos no caráter e se valendo da pesquisa documental e de campo como instrumentos fundamentais de coleta de dados. Enquanto proposta de natureza interdisciplinar, o estudo envolve aspectos de investigação em políticas públicas, bem como o olhar histórico e sociocultural. Espera-se também aplicar um recente instrumento criado para a avaliação da gestão de políticas públicas de SAN.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Alimentar e Nutricional; Conselho de Segurança Alimentar; Políticas Públicas de Segurança Alimentar.

<sup>1</sup> Universidade de Araraquara

<sup>1</sup> Universidade de Araraquara

<sup>2</sup> Fatec Tatui

<sup>1</sup> Universidade de Araraquara

## AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ECOLÓGICA: UMA ANÁLISE DE PRÁTICAS E POTENCIALIDADES PRODUTIVAS ALIMENTARES NA REGIÃO DE PARELHEIROS - SÃO PAULO

Ana Beatriz França Siqueira; Leandro De Lima Santos<sup>1</sup>; Henrique Carmona Duval<sup>2</sup>;

**RESUMO:** O objetivo geral do trabalho compreendeu uma análise de possibilidades de processamento agroindustrial ecológico em atendimento a preceitos fundamentais para a promoção de segurança alimentar, baseadas na experiência e recursos disponíveis dos agricultores familiares da região de Parelheiros, especificamente dos agricultores da Cooperapas - Cooperativa Agroecológica dos Produtores e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo. O conceito de segurança alimentar é norteado por cinco eixos instituídos a partir da Cúpula Mundial da Alimentação (ONU, 1996), que instruem a produção e consumo de alimentos para além do abastecimento, são eles: saúde, higiene, autenticidade, meio ambiente e solidariedade, os quais envolvem a preservação de recursos naturais, a valorização da economia regional e da cultura das comunidades rurais, e que atreladas às vertentes do cultivo orgânico, visam ofertar produtos saudáveis, nutritivos, sem uso de defensivos agrícolas, que prezam pela natureza, acarretando assim um desdobramento da segurança alimentar ao mesmo passo que proporciona alimentos mais seguros à população e gera renda aos produtores rurais familiares. Nesse sentido, realizou-se um diagnóstico das formas e possibilidades de processamento agroindustrial ecológico, sendo apontada a significância da agroindústria familiar ecológica para os agricultores na intenção de valorização de seus produtos e preservação de suas características ambientais e culturais, em atendimento à promoção da segurança alimentar a partir de seus eixos norteadores. Para tanto, o estudo fundamentou-se em categorias de análise que instruíram a coleta de dados junto aos agricultores por intermédio de entrevistas orientadas por questionários semiestruturados com questões de caráter quantitativo e qualitativo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança alimentar; Agroindústria Familiar; Produção Agroecológica.

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, campus Lagoa do Sino).

<sup>3</sup> Universidade de Araraquara (Uniarara) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).



## CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E BEM-ESTAR DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO BASEADOS EM HÁBITOS ALIMENTARES E ATIVIDADE FÍSICA

Cristiane de Cassia Paneli<sup>1</sup>; José Maria Gusman Ferraz<sup>2</sup>; Zildo Gallo<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivo investigar se existe diferença nos cursos de Análises de Sistemas (ADS), Engenharia Civil, Enfermagem, Odontologia, Direito e Administração (ADM) quanto a percepção dos alunos sobre qualidade de vida, alimentação, meio ambiente e atividade física, em função da diferença de formação e estrutura curricular. Trata-se de um estudo exploratório com abordagem qualiquantitativa. Espera-se com esse trabalho propor ações que possibilitem o debate sobre sustentabilidade, alimentação saudável, qualidade de vida, atividade física e meio ambiente de modo a proporcionar melhor compreensão da realidade, para uma atuação mais crítica e relevante quanto a preocupação com a segurança alimentar e nutricional, demonstrando a necessidade de provocar uma tomada de consciência por meio da educação que sejam coerentes à Constituição brasileira e aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e ainda analisar, discutir e propor uma alteração curricular mínima que propicie uma melhor interação homem natureza, frente as mudanças climáticas, independente da área de formação, para que sejam de fato enfrentados os desafios do antropoceno através da formação de profissionais conscientes e atuantes em suas atividades profissionais.

**PALAVRAS- CHAVE:** Sustentabilidade; Alteração curricular; ODS; Antropoceno.

<sup>1</sup>Doutoranda no Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio ambiente na UNIARA- Araraquara.

<sup>2</sup>Docente Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio ambiente na UNIARA- Araraquara.

**X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE**

**9 a 11 de novembro de 2022**

## **SESSÃO 5 A2 - SEGURANÇA ALIMENTAR, FOME E SAÚDE / TRANSGÊNICOS E AGROTÓXICOS**

**COORDENAÇÃO: FERNANDO GAIGER SILVEIRA; MARIA LÚCIA  
RIBEIRO; RENATO SÉRGIO JAMIL MALUF**



## O PROTOCOLO PARA A PREVENÇÃO, O CONTROLE E A MITIGAÇÃO DO CONTÁGIO DO COVID-19 NA FEIRA INTERINSTITUCIONAL AGROECOLÓGICA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR EM GOIÂNIA/GO

Ariandeny Silva de Souza Furtado<sup>1</sup>; Raíssa Picasso<sup>2</sup>; Tania Maria Sarmiento<sup>3</sup>; Renata David de Moraes<sup>4</sup>;  
Marília Bohnen de Barros<sup>5</sup>; Denise Cândido Gonçalves<sup>6</sup>; Thaísa Anders Carvalho e Souza<sup>7</sup>  
Paula Christina de Abrantes Figueiredo<sup>8</sup>

**RESUMO:** O Protocolo para a Prevenção, o Controle e a Mitigação do COVID-19 na Feira Interinstitucional Agroecológica Virtual (FIAV), foi implementado nas etapas da “colheita a distribuição” dos alimentos em âmbito da operacionalização da FIAV, nos “territórios rurais até os ambientes institucionais” das reitorias do Instituto Federal de Goiás (IFG), Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e na Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás (FANUT/UFG). As medidas higiênicas sanitárias preconizadas pela legislação, foram redobradas, reforçando as Boas Práticas de Fabricação e Manipulação de Alimentos. Foi necessário atentar para as alterações nas condutas de higiene e limpeza, no uso de luvas e máscaras, no preparo e distribuição de alimentos; que corroboraram para as medidas de prevenção e controle do contágio direto e indireto do COVID-19; bem como as adaptações necessárias aos espaços institucionais na entrega dos alimentos. Nessa perspectiva, o protocolo foi dividido em quatro tópicos: I) Operacionalização da Feira Interinstitucional Agroecológica no formato virtual e/ou híbrido. II) Condutas de Boas Práticas para Serviços de Alimentação nos territórios rurais. III) Medidas de prevenção do contágio da COVID-19 e de controle de saúde para as(os) agricultoras(es) familiares. IV) Medidas de prevenção e controle do contágio da COVID-19 nos espaços de distribuição de alimentos durante a Feira Interinstitucional Agroecológica. O protocolo foi seguido pelas(os) agricultoras(es) familiares, a comunidade institucional, as Equipes de Organização Descentralizadas (EOD), o Grupo de Referência Interinstitucional de Execução da Feira Agroecológica (GRIEFA) e as(os) consumidoras(es), oportunizando a prevenção, o controle e a mitigação do contágio do COVID-19 na FIAV.

**PALAVRAS-CHAVE:** COVID-19; Boas Práticas; Vigilância Sanitária.

<sup>1</sup>Nutricionista - SIASS IF Goiano/IFG e doutoranda do PPGADT/UFRPE.

<sup>2</sup>Técnica em Assuntos Educacionais – UFG.

<sup>3</sup>Docente – UFRPE e do PPGADT/UFRPE.

<sup>4</sup>Nutricionista – IFG.

<sup>5</sup>CECANE/UFG.

<sup>6</sup>Nutricionista – IFG.

<sup>7</sup>Docente - Faculdade de Nutrição/UFG.

<sup>8</sup>Médica - SIASS IF Goiano/IFG.

## SOBERANIA ALIMENTAR: UM COMPONENTE DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NO BRASIL

Edivan Oliveira dos Reis<sup>1</sup>; Carlos Magno Soeiro Mendonça<sup>2</sup>; Kátia Gomes de  
Sousa Di Teodoro<sup>3</sup>

**RESUMO:** Ao longo dos tempos, a soberania alimentar tem sido uma necessidade constante entre os povos, tornando-se uma luta permanente na busca de diversidades, no que diz respeito ao acesso a uma alimentação saudável em seus territórios, a fim de promover bem-estar e direito no desenvolvimento da alimentação. As lutas para o alcance desse desenvolvimento não pararam até os dias de hoje, sendo necessário muitas etapas para que esta soberania seja alcançada, porém no decorrer da história, as lutas se intensificaram e os problemas dos produtos agricultáveis aumentaram, tanto com o crescimento da concentração da terra e agora pela má qualidade dos alimentos. Na produção, a modificação de semente, monocultura e envenenamento por meios de agrotóxicos. Neste sentido, a soberania alimentar, os povos com mais experiências de luta e produção, oferecem opções alimentares com maior qualidade e quantidade com agressão bem menor ao meio ambiente. Todavia a soberania alimentar é fruto dos sistemas agroecológicos, da cooperação, do planejamento do trabalho em consonância com o meio ambiente, em defesa da biodiversidade e do desenvolvimento local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Soberania alimentar; Reforma agrária popular; Sementes.

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Maranhão, Núcleo de Tecnologia para Educação.

<sup>2</sup>Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Universidade Estadual Paulista – UNESP – Presidente Prudente – SP.

<sup>3</sup>Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade Estadual Paulista – UNESP – Presidente Prudente – SP.



## “A QUESTÃO CEREALÍFERA EM PORTUGAL, REFORMAS OU ALIMENTO DA DEPENDÊNCIA?”

José Pedro Reis<sup>1</sup>

**RESUMO:** Portugal desde épocas remotas da sua história se tem deparado com várias crises relacionadas com a falta de cereais em virtude de vários fatores, desde a falta de condições do seu solo para a produção desse tipo de alimentos, como também maus anos agrícolas, falta de inovação nos processos de produção, atraso na introdução de maquinário, entre outros. As tentativas de inverter esse cenário foram várias até porque, não podemos ignorar que os cereais são a base da alimentação. Uma preocupação transversal a diversos tipos de regime, desde a monarquia até à república, voltando a estar na ordem do dia na atualidade por causa da guerra da Ucrânia que mais uma vez revelou as enormes dificuldades da economia nacional. As várias tentativas de reforma agrária em Portugal sempre tiveram o setor cerealífero como um dos setores fundamentais para a sua concretização, não ignorando esse último projeto reformista com especial importância na região do Alentejo, região por excelência dos latifúndios e de cultivo dos cereais que forte impacto social e económico iria causar. Urge perceber se devemos continuar a alimentar uma economia de subsistência, onde a sua produção é reduzida, evitando o desperdício de recursos, ou então, em contrapartida investir de forma profunda neste setor para evitar este débil cenário, como também interpretar as várias reformas agrárias que foram ocorrendo e os impactos que foram tendo neste setor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cereais, Portugal; Reformas Agrárias; dependência externa.

<sup>1</sup>Mestrado em relações internacionais e dinâmicas globais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e também o doutoramento em Estudos Contemporâneos na Universidade de Coimbra, onde estuda a reforma agrária do Estado Novo português.

## PNAE COMO UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO PARA UMA REDE PRODUTIVA DE FRUTAS NATIVAS DO VALE DO PARAÍBA-SP

Oscarina Teodora Prado Santos Silva<sup>1</sup>; Guilherme Souza da Silva<sup>2</sup>; Ana Paula Dal'Asta<sup>3</sup>

**RESUMO:** Os municípios do Vale do Paraíba contam com a verba do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), Lei Federal 11.947/2009, determina que 30% do recurso deve ser usado na aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar. A aquisição das frutas nativas pelos municípios tem grande potencial de incentivar a interação e integração dos produtores locais com a política pública vigente, fomentando a restauração florestal produtiva, via pomares nativos, e a cadeia econômica local existente. Dessa forma o presente trabalho tem como objetivo descrever o PNAE como uma proposta de desenvolvimento para uma rede produtiva de Frutas Nativas do Vale do Paraíba-SP. O poder de compra do Estado deve funcionar como um indutor de transformação econômica, a partir das aquisições de produtos da agricultura familiar, estimulado pelo PNAE, para a alimentação escolar dos municípios do Vale do Paraíba, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades e alavancar a cadeia produtiva local e regional das frutas nativas da Mata Atlântica (Araçá, Grumixama, Juçara, Pitanga, Uvaia e o Cambuci). O incentivo da inclusão das frutas nativas no cardápio da alimentação infantil de alimentos provenientes do bioma no qual o município está inserido, proporciona ciclos curtos de comercialização, busca-se a melhoria da política pública aos municípios, assegura o aumento da qualidade dos alimentos fornecidos na alimentação escolar, amplia o paladar das crianças e jovens e promove a abertura de um novo mercado para os produtores de frutas nativas locais. Dessa forma valorizando a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivando hábitos alimentares saudáveis e estimulando o cooperativismo e o associativismo, fundamentais para o processo de desenvolvimento de ambientes sustentáveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Alimentação escolar; Cadeia produtiva; Cambuci; Mata Atlântica.

<sup>1</sup>Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – Universidade do Vale do Paraíba.

<sup>2</sup>Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Biologia Vegetal na Universidade Estadual de Campinas.

<sup>3</sup>Doutora em Sensoriamento Remoto no Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais.

## VIVÊNCIAS EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM UMA FEIRA INTERINSTITUCIONAL AGROECOLÓGICA VIRTUAL EM GOIÂNIA, GO

Ariandeny Silva de Souza Furtado<sup>1</sup>; Wagner Lins Lira<sup>2</sup>; Tania Maria Sarmiento<sup>3</sup>; Marília Bohnen de Barros<sup>4</sup>; Thaísa Anders Carvalho e Souza<sup>5</sup>; Marcos Vinicius Alves dos Santos<sup>6</sup>; Paula Christina de Abrantes Figueiredo<sup>7</sup>

**RESUMO:** A Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) apresenta-se como o Direito Humano pró implantação, implementação e acompanhamento das políticas públicas e estratégias que contemplam todas as etapas “da produção ao consumo dos alimentos”, reafirmando o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e o acesso regular e permanente da alimentação saudável a toda a população. Nesta perspectiva, para a consecução da pesquisa optou-se pela metodologia da revisão narrativa de literatura, com o objetivo de compreender as intersecções da Feira Interinstitucional Agroecológica Virtual (FIAV) com a SSAN. A FIAV apresenta como a referência de abastecimento os alimentos produzidos pelas(os) agricultoras(es) familiares em consonância com a intersetorialidade e a corresponsabilidade da Gestão Pública, no estímulo à promoção da alimentação saudável. Foram realizadas 10 edições da FIAV no IFG, IF Goiano e UFG no município de Goiânia – GO em 2021. O que figurou na prática um dos caminhos possíveis para o cumprimento do compromisso com a transformação social sob o viés da interação, interlocução, intercâmbio, experiências e vivências “com o campo e a cidade” diante a educação crítica e os saberes-fazeres com as(os) agricultoras(es) familiares, transcendendo o econômico-mercantil. Toda a magnitude da SSAN condiz com o campo prático, científico e sistêmico da Agroecologia. A FIAV teceu vivências pela SSAN.

**PALAVRAS-CHAVE:** Soberania Alimentar; Segurança Alimentar e Nutricional; Agricultura Familiar; Agroecologia; Alimentação Saudável.

<sup>1</sup>Nutricionista - SIASS IF Goiano/IFG e doutoranda do PPGADT/UFRPE.

<sup>2</sup>Docente – UFRPE e do PPGADT/UFRPE.

<sup>3</sup>Docente – UFRPE e do PPGADT/UFRPE.

<sup>4</sup>CECANE/UFG.

<sup>5</sup>Médica - SIASS IF Goiano/IFG.

<sup>6</sup>Nutricionista – SMS/Bela Vista.

X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE

9 a 11 de novembro de 2022

## SESSÃO 6 A - EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

COORDENAÇÃO: FLÁVIA CRISTINA SOSSAE; GISLAINE  
CRISTINA PAVINI; REGINALDO TEIXEIRA; MÔNICA CASTAGNA  
MOLINA;





## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESCOLAS DO CAMPO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA LITERATURA

Gislaine Cristina Pavini<sup>1</sup>; Maria Lucia Ribeiro<sup>1</sup>; Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>1</sup>;  
Antonio Wagner Pereira Lopes<sup>1</sup>

**RESUMO:** Retomar análises sobre diferentes dilemas existentes entre Educação Rural e Escola Urbana e aprofundar ainda a discussão da vivência nos assentamentos, a ser incorporada ao processo de ensino-aprendizagem, dando continuidade à discussão da relação assentamentos, desenvolvimento rural e políticas públicas é um tema que ainda tem merecido interesse e preocupação da bibliografia da área. Neste aspecto este artigo tem por objetivo analisar e sintetizar a revisão da literatura sobre Escolas do Campo (EC). Nosso procedimento metodológico buscou embasamento teórico na literatura da área, disponibilizado nas bases de dados científicos e pautado em estudos ancorados na produção do conhecimento sobre a Escola do Campo, os quais foram pesquisados em bases de dados da Capes, Scielo, Scopus e Google Acadêmico. Optamos por essa discussão da literatura com o intuito de facilitar a interpretação dos trabalhos levantados que são de grande relevância no contexto das Escolas do Campo e retoma a discussão da relação assentamentos rurais e políticas públicas para o campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do Campo; Assentamentos Rurais; Escola do Campo.

<sup>1</sup> Universidade de Araraquara - UNIARA.

EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS  
NECESSÁRIOS

Valéria Vasconcelos<sup>1</sup>; Dulce Whitaker<sup>2</sup>

**RESUMO:** Existe uma intrínseca relação entre a Educação Popular (EP), a Agroecologia (AGEA) e a Educação do Campo (EC). Enquanto a EC e a AGEA remetem às lutas do campesinato, a EP está encharcada por esforços de organizações populares - do campo e da cidade - travados no decurso da História. Os alicerces que cimentam suas práticas estão fincados no compromisso ético pela conquista de direitos, recorrentemente negados às pessoas oprimidas. Conforme Brandão (2020, p.60), nessas práxis os saberes são construídos em “formas livres, familiares, vicinais, comunitárias de trocas de conhecimentos imersas em outras práticas sociais, como as que vão do trabalho na lavoura aos ofícios”. A realidade social é substrato para as ações populares sob esta égide, não se limitando ao espaço geográfico, mas circunscritas, principalmente, nos elementos socioculturais que desenham os modos de vida comunitária. O amálgama que as une se pauta em três dimensões – pedagógica, política e comunicativa – cujo caráter transgressor e revolucionário se contrapõe a toda e qualquer forma de pensamento hierarquizante, segregador, dicotômico e opressor (ARROYO, 2012). De acordo com Silva (2021, p. 63), “A vinculação da Educação do Campo com o projeto societário da agricultura familiar/camponesa, com a agroecologia, com a soberania alimentar, com a defesa das águas e sementes e contra o patriarcado e o racismo” coaduna com os princípios da EP de emancipação e transformação, configurando a educação e a escola como ferramentas de luta para a classe trabalhadora do campo. Sob essa perspectiva, buscamos nesse trabalho desvelar processos que permitam apreender as vinculações entre essas práxis e denunciar os mecanismos hegemônicos que obstaculizam a eterna busca humana por Ser Mais (FREIRE, 1987).

**PALAVRAS-CHAVE:** Campesinato; Direito à educação; Modos de vida comunitária.

<sup>1</sup>Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

<sup>2</sup>Universidade de Araraquara (UNIARA).

## GUATAPARÁ E O AGRONEGÓCIO NA ESCOLA: DESENVOLVENDO O SENSO DE PERTENCIMENTO EM UM MUNICÍPIO ESSENCIALMENTE RURAL

Denise Cristina Rosario Vieira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Trata-se de uma vivência com estudantes do Ensino Fundamental II do município de Guatapará/SP que tinham como missão participarem de um concurso da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto – ABAG/RP com o tema “Agronegócio na Escola”. Para a devida participação dos alunos e professores se fez necessário conhecer melhor o município e sua história, a ideia central do projeto era: “Todo município tem a sua origem em uma fazenda”. O município tem a sua formação a partir da Fazenda Guatapará, fundada em 1885 por Martinico Prado, uma das primeiras propriedades rurais nos moldes empresariais. A base econômica municipal está na atividade agrícola principalmente com as atividades do núcleo colonial Mombuca, colônia de imigrantes japoneses fundada em 1962, com granjas avícolas, cultivo de alho, lichia, macadâmia, raiz de lótus e plantas ornamentais. A vivência teve como objetivo apresentar para os estudantes do ensino fundamental II, muitos deles moradores do Assentamento Horto Guarani, Colônia Mombuca e diversas fazendas do município a história da origem do município, demonstrando a importância da atividade rural como base econômica do município, aproveitando para mostrar os impactos negativos da monocultura da cana-de-açúcar traz e as diversas possibilidades de economia e desenvolvimento há no solo guataparaense. A metodologia utilizada foi a visita às ruínas da Fazenda Guatapará, um piquenique à beira do açude no córrego Guatapará, em seguida visita à várzea irrigada da colônia Mombuca e a plantação de raiz de lótus. O resultado alcançado foi além da participação no concurso, as crianças puderam se sentir pertencentes às comunidades de origem, diminuindo a “vergonha” de serem chamadas pelas crianças da cidade de “pés-vermelhos”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pertencimento; Educação rural; Agronegócio.

<sup>1</sup>Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara/SP.

**X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE**

**9 a 11 de novembro de 2022**

## **SESSÃO 7A1 - COMERCIALIZAÇÃO, MERCADOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**COORDENAÇÃO: DANIEL TADEU AMARAL; HELENA  
CARVALHO DE LORENZO**





## ALIMENTAR-SE É UM ATO POLÍTICO: CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E OS CONSUMIDORES DO ARMAZÉM DO CAMPO

Mayara Fernanda Francisco<sup>1</sup>;  
Andreia Cristina Matheus<sup>1</sup>;  
Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo<sup>1</sup>

**RESUMO:** O modelo agrícola convencional, baseado na simplificação extrema dos agroecossistemas e na homogeneização do conhecimento e das práticas produtivas, tem ocasionado uma crescente contradição entre a produção de alimentos e as necessidades básicas da população, favorecendo um modo de produzir cada vez mais artificializado e uma padronização alimentar. Uma crescente demanda por consumo consciente, com base nos princípios da agroecologia, por meio dos circuitos curtos de comercialização, tem ganhado relevância. Os circuitos curtos de comercialização constituem-se como possibilidade de inclusão socioeconômica e produtiva de agricultores que são historicamente marginalizados ou excluídos pelo sistema agroalimentar globalizado e corporativo. Este artigo teve como objetivo analisar as motivações que levam os consumidores a frequentarem o Armazém do Campo, localizado na cidade de São Paulo. Como instrumento de coleta de dados foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a aplicação de questionários aos consumidores. Concluímos que os consumidores do Armazém do Campo se mostram a favor da reforma agrária e conscientes quanto aos hábitos de consumo ao privilegiarem produtos agroecológicos, originários de acampamentos e assentamentos rurais

**PALAVRAS CHAVE:** Reforma Agrária; Agroecologia; Alimentação Saudável.

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP.



## CESTAS AGROECOLÓGICAS DO MST E O ACESSO À ALIMENTOS SAUDÁVEIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19

Andreia Cristina Matheus<sup>1</sup>; Vanilde Esquerdo<sup>1</sup>; Joice Aparecida Lopes<sup>2</sup>

**RESUMO:** O domínio das grandes corporações sobre o sistema agroalimentar através do controle da produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos conduz a humanidade a uma crise alimentar sem precedentes que se intensifica com a pandemia Covid-19. O reordenamento dos sistemas agroalimentares vem sendo proposto para o mundo, durante e pós-pandemia da Covid-19, a partir do conceito de soberania alimentar, que orientado pelos princípios da agroecologia propõe a produção de alimentos centrada na agricultura camponesa e na dinâmica de produção e de consumo local. Este artigo objetiva analisar as ações de distribuição e comercialização de alimentos, realizadas pelo MST, por meio da entrega de cestas agroecológicas durante a pandemia Covid-19. Para isso, analisamos relatórios e publicações do site oficial do MST sobre as ações de distribuição e comercialização de alimentos realizadas pelo movimento no período de março de 2020 a junho de 2022. Demonstramos, por meio das análises realizadas, que movimentos de camponeses organizados, como o MST, garantem acesso à alimentos saudáveis para o campo-cidade no contexto local. Neste sentido, é urgente uma política de reforma agrária, com base nos princípios da agroecologia, como mecanismo fundamental para a garantia sistema locais de produção de alimentos saudáveis e acessíveis a toda a população.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sistemas Agroalimentares Locais; Soberania Alimentar; Reforma Agrária.

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Campinas - Unicamp/Faculdade de Engenharia Agrícola - Feagri.

<sup>2</sup> Cooperativa Dos Produtores Campesinos - CÔPROCAM.

## COMPRAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR À LUZ DA BUROCRACIA DE NÍVEL DE RUA

Wolney Felipe Antunes Junior<sup>1</sup>; Luisa Mafra Juliano Barros<sup>1</sup>;  
Vanilde Ferreira De Souza-Esquerdo<sup>1</sup>;  
Ricardo Serra Borsatto<sup>2</sup>

**RESUMO:** Em um contexto de desmonte de políticas públicas para a agricultura familiar, o PNAE - ainda que pese os efeitos da pandemia de Covid-19 e o congelamento do aumento de repasses orçamentários desde 2010 - é o programa que melhor esboça uma resistência. O PNAE segue, no entanto, atravessado por desafios que impactam diretamente na sua implementação e na consecução de seus objetivos ao nível local. Argumentamos que há uma lacuna em estudos que analisam o papel dos agentes implementadores deste programa, também identificados como burocratas de nível de rua. Deste modo, o nosso objetivo é indicar a abordagem da burocracia de nível de rua como um importante caminho teórico-analítico de análise da implementação do PNAE. Para alcançar nosso objetivo, utilizamos de consultas em documentos relacionados ao arcabouço institucional do PNAE, bem como de revisão bibliográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alimentação Escolar; Nutricionista; Implementação; Mercados Institucionais; Trabalhadores de linha de frente.

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Campinas - Unicamp/Faculdade de Engenharia Agrícola - Feagri.

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências da Natureza, Campus Lagoa do Sino.

## O MARKETING VERDE E O PODER PÚBLICO NA CONSTRUÇÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO: CASO DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Clayrmen Candido Peron<sup>1</sup>; Janaína Florinda Ferri Cintrão<sup>1</sup>; Zildo Gallo<sup>1</sup>

**RESUMO:** O Marketing Verde se configura com uma importante ferramenta de conscientização sobre os benefícios da reciclagem e mudança de comportamento da sociedade na busca pelo desenvolvimento sustentável. O objetivo geral será analisar a importância do Marketing Verde inserido em uma política pública pelo DAEP (Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis/SP), com a finalidade de desenvolver a percepção ambiental da sociedade e provocar mudanças de comportamento e atitudes ambientalmente corretas de uma parcela significativa da população, considerando os benefícios proporcionados pela reciclagem no município com a implantação da CORPE (Cooperativa dos Recicladores de Penápolis/SP). Quanto à metodologia, optou-se pelo método de estudo de caso que foi realizado no DAEP, pelo método estatístico e pela pesquisa quanti-qualitativa, realizada por meio de questionário aplicado à população de Penápolis/SP com perguntas abertas e fechadas, considerando uma amostra de 130 pessoas. Também se optou pela pesquisa bibliográfica e pela pesquisa documental. Dentre os resultados obtidos, observou-se que 87% dos participantes da pesquisa realizam a coleta seletiva no município de Penápolis/SP. Além disso, identificou-se que, para 27% dos participantes, as campanhas realizadas pelo DAEP por meio de panfletos, rádios, jornais e redes sociais despertou-lhes a percepção ambiental e mudança de comportamento quanto à necessidade de realizar a coleta seletiva para reciclar os resíduos e que 52% informam-se sobre a forma correta de realizar a coleta seletiva por meio dessas campanhas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Marketing Verde; Percepção Ambiental; Política Pública; Reciclagem.

<sup>1</sup>Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara/SP.



X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE

9 a 11 de novembro de 2022

## SESSÃO 7A2-COMERCIALIZAÇÃO, MERCADOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

COORDENAÇÃO: FLÁVIO AP. PONTES; PEDRO IVAN  
CHRISTOFFOLI





## A POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA EM 2022 SOB A PERSPECTIVA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Regina Maria de Souza<sup>1</sup>; Ana Paula dos Santos Prado<sup>1</sup>;  
Mario Acácio Borges M.O. Oliveira<sup>2</sup>; Olga Maria Assunção P. Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** O Brasil registrou entre os anos de 2021 e 2022, os piores índices de desmatamento de mata nativa na Amazônia na última década, o que se agrava em função de que grande porcentagem desta destruição se efetivou em florestas públicas federais, negligenciadas pela diminuição de recursos financeiros e da oferta de recursos humanos e equipamentos suficientes para a realização de um processo fiscalizador eficiente. Tal conjuntura afeta não só a população amazônica, mas abarca a devastação do patrimônio ambiental brasileiro. Quanto ao Pantanal, este foi atingido em 2020 por um ciclo de incêndios que destruiu 26% do bioma e que afetou 4,6 bilhões de animais, sendo que cerca de 10 milhões morreram. Há que se acrescentar o empobrecimento das populações ribeirinhas em função da destruição dos recursos naturais, sua fonte de alimentação e renda. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é discutir a percepção de universitários matriculados em um centro universitário do Noroeste Paulista/SP sobre o impacto da atual política ambiental para o meio ambiente brasileiro. Os dados foram obtidos por meio de entrevista semiestruturada aplicada aos universitários dos cursos das áreas de saúde, ciências humanas e exatas, sendo realidade uma avaliação qualitativa e quantitativa dos dados. Os resultados obtidos mostram que existe uma compreensão restrita da dimensão da devastação a que tem sido submetido o meio ambiente brasileiro. Além disso, os universitários não costumam buscar informações referentes ao tema na internet e meios impressos, acreditam que o agronegócio é o meio fundamental de obtenção de alimentos e desconhecem a ausência de estrutura para fiscalização dos biomas brasileiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meio ambiente; Destruição; Universitários; Política ambiental.

<sup>1</sup> Centro Universitário De Santa Fé Do Sul/UNIFUNEC.

<sup>2</sup> Politécnic de Leiria/Portugal.



## A BR-364 EM RONDÔNIA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Beatriz Santos Buffon<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho analisa o processo de produção do espaço geográfico e a territorialização do capital no estado de Rondônia. Lança-se como um ensaio que busca compreender como a construção do eixo da BR-364 que percorre o território rondoniense, altera o modo de vida das populações. Busca-se identificar a contribuição dessa rodovia na interiorização da lógica de extração capitalista nessa região e o aumento elevado do preço das terras e o papel do Estado, bem como ressaltar a resistência existente nesse território, lugar de conflitos e profundas transformações nas relações sociais, econômicas e políticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** BR-364; Espaço; Territorialização; Resistência.

<sup>1</sup>Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe-UNESP.

## A ATUAL SITUAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM UBERABA (MG)

Diego Antonio Xavier Silva<sup>1</sup>; Janaina Francisca de Souza Campos Vinha<sup>1</sup>

**RESUMO:** Num país em que a fome se configura como uma problemática histórica e estrutural, ainda no Brasil há poucos programas governamentais que possuem como enfoque o intuito de direcionar recursos para alavancar a produção de alimentos. Dessa maneira, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de origem nos anos 1955, oferecem apoio à agricultura camponesa e são essenciais para a propagação e permanência de uma soberania alimentar nacional. Com os dados obtidos a partir da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e da Prefeitura Municipal de Uberaba, o presente trabalho revela a evolução dos valores aplicados no PAA em Uberaba (MG) e no Brasil no período de 2016 a 2020. O município não recebe recursos desde 2020, e os valores vêm diminuindo, justamente na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, em que a economia e os territórios do agronegócio são extremamente fortes. Já o PNAE, política que destina recursos à alimentação escolar, apresentou aumento no município, elemento que impulsiona a segurança e a soberania alimentar de parte da população. Com isso, o aumento de recursos para esses programas apoia e valoriza a agricultura camponesa, beneficiando a população uberabense com alimentos mais saudáveis e nutritivos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Soberania Alimentar; PAA; PNAE; Agricultura Camponesa.

<sup>1</sup>Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, Uberaba/MG.



## GESTÃO DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE MATÃO: BREVE RELATO DA ATUAL SITUAÇÃO

Ana Carolina Gandini Panegossi<sup>1</sup>; Marcus Cesar Avezum Alves de Castro<sup>2</sup>

**RESUMO:** O setor da construção civil, além de ser um dos que mais consomem os recursos naturais, é um dos que mais geram resíduos. No entanto, é responsável por apresentar reflexos positivos na economia nacional; sendo substancial ao desenvolvimento dos municípios, por gerar empregos e reduzir o déficit habitacional e de infraestrutura. Os resíduos da construção civil (RCC), provenientes de construções, reformas, reparos e demolições da construção civil, vêm apresentando um aumento considerável, sendo a região Sudeste responsável por metade do volume. Já o gerenciamento de RCCs se trata das ações exercidas nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação/disposição final dos RCCs. Por isto o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) tem realizado nos municípios paulistas atividades para vistoriar como o dinheiro público está sendo usado no tratamento dos Resíduos Sólidos (RS); verificar os serviços de coleta e existência de lixões; e fiscalizar a execução de políticas públicas. Essas fiscalizações também conferem a presença do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) e aterro para esse fim. O município de Matão-SP vem acompanhando o crescimento do Estado à mesma medida que a gestão dos RCCs vem se constituindo um desafio à cidade. Isto posto, o objetivo desta pesquisa é trazer os dados dos relatórios das fiscalizações do TCESP realizadas em 2016, 2017 e 2022, relativos à gestão dos RCCs em Matão-SP; assim como dados referentes à gestão de RCCs na cidade contidos em sites oficiais, matérias e reportagens da imprensa, disponíveis online. Como resultado aponta que, embora o município tenha um PGRCC, ainda precisa encontrar alternativas para o enfrentamento da gestão desses resíduos, como um aterro específico para tal finalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Resíduos da Construção Civil; Fiscalização; Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, Aterro.

<sup>1</sup> IFSP Matão.

<sup>2</sup> UNESP Rio Claro.

## A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PROCESSO PARA ARREFECER A INSEGURANÇA ALIMENTAR E REDUZIR A VULNERABILIDADE SOCIAL NO ESTADO DE ALAGOAS

Alcides José de Omena Neto<sup>1</sup>

**RESUMO:** A economia solidária como processo para arrefecer a insegurança alimentar e reduzir a vulnerabilidade social no Estado de Alagoas. O paradoxal conflito entre atraso econômico, social e ambiental e a geração e distribuição patrimonial – terra e capital - no Estado de Alagoas. A concentração de terra e riqueza o conflito agrário secular, uma análise socioeconômica do processo de produção e reprodução, revisto pela ótica da economia solidária como instrumento teórico e científico para a busca do desenvolvimento sustentável local. Análise dos índices socioeconômicos os quais colocam o Estado ao último lugar dentre os entes federados. A insegurança alimentar em alto nível causando a vulnerabilidade social. O baixo índice de adesão aos programas desenvolvimento e fomento para os pequenos produtores, a resistência aos sistemas associativistas e cooperativistas. Buscar o entendimento do secular atraso do Estado de Alagoas, a opção baseada na Teoria Capitalista, modelada pelo estágio da financeirização das políticas de estado, onde visa-se atender o capital em detrimento do social. Implementar a crítica ao sistema vigente baseado nas correntes sociológicas, econômicas, jurídicas, contábeis e administrativas, analisando o estado social visto por Marx, como também em correntes de pensamento atuais da economia política e nas teorias do desenvolvimento socioeconômico e ambiental, analisando a construção histórica da exploração da riqueza natural e forma de povoamento e apropriação da terra, da colonização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Solidária; Insegurança alimentar; Vulnerabilidade Social; Desenvolvimento Sustentado.

<sup>1</sup>Universidade de Araraquara - UNIARA.

**X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE**

**9 a 11 de novembro de 2022**



## **SESSÃO 8 A - GÊNERO E GERAÇÃO NO MEIO**

COORDENAÇÃO: ALEXANDRA FILIPAK; LARISSA SAPIENSA  
GALVÃO LEAL; SÔNIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO;  
THAUANA PAIVA DE SOUZA GOMES



## PRÁTICAS ETNOBOTÂNICAS FEMININAS NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: O CASO DE UM COLETIVO DE MULHERES ASSENTADAS

Maria Emilia Gomes De Sá<sup>1</sup>; Ricardo Serra Borsatto<sup>2</sup>

**RESUMO:** A etnobotânica possui importante papel dentro das relações de gênero como ferramenta fomentadora na manutenção e transmissão dos conhecimentos tradicionais etnobotânicos femininos e, conseqüentemente, na conservação ambiental. Deste modo, a pesquisa estudou o caso da Cooperativa de Plantas Mediciniais (Cooplantas), formada por 30 mulheres que cultivam e processam plantas medicinais. O objetivo deste trabalho foi identificar e compreender como os conhecimentos e práticas etnobotânicas femininas de assentadas impactam na conservação da biodiversidade. A metodologia aplicada baseou-se em entrevistas semiestruturadas aplicadas às mulheres pesquisadas de forma online. E, para as análises de conteúdo e discurso, utilizou-se o software ATLAS.ti para dividir os conteúdos das entrevistas por categoria analítica. As entrevistas permitiram compreender que a organização da cooperativa é baseada em princípios de sustentabilidade advindos de uma fusão entre saberes ancestrais e saberes científicos ensinados pelo movimento, resultando em práticas de respeito e conservação dos recursos naturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Etnobotânica; Mulheres rurais; Cooplantas; Ecofeminismo.

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos - Ufscar - Campus Lagoa do Sino.

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Carlos - Ufscar - CCN, PPGADR E PPGSGA



## CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS DESAFIOS EM RELAÇÃO AO PAPEL DA MULHER NO AMBIENTE AGRÁRIO: UM LEVANTAMENTO DOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Fernanda Duarte dos Santos de Carvalho<sup>1</sup>; Marília Cavalcanti Torres<sup>1</sup>;  
Paloma Nierla da Silva Souza<sup>1</sup>; Evelyn Anne Rodrigues Lima<sup>1</sup>; Isabelly Dálete Ferreira Ribeiro<sup>2</sup>

**RESUMO:** Nos contextos da socialização histórica é destacada uma complexidade diante a relação da mulher frente à inúmeros cenários, apesar de que atualmente essa relação pareça ser cômoda de exercer e a inserção da mulher em diversos tipos de mercado de trabalho e o ganho de espaços tenha se tornado comum, ainda existem dificuldades enfrentadas pelo gênero, principalmente em ambientes agrários. Objetivou-se caracterizar os principais desafios enfrentados por mulheres em ambientes rurais através de dados bibliográficos publicados nos últimos cinco anos. Foi realizada uma busca por artigos que contemplassem o objeto de estudo através das plataformas Portal Capes de Periódicos, Google acadêmico e SciELO. Como suporte de busca utilizou-se o descritor “Mulheres or Woman and agricultura or agriculture and desafios or challenges”. O critério de inclusão foi artigos completos publicados entre 2018 a 2022. Para o Portal Capes de Periódicos e SciELO foi encontrado apenas um artigo e em duplicidade para as bases. No Google acadêmico 207 resultados foram obtidos, porém, boa parte não contemplavam a temática. Nesse sentido foram obtidos apenas 7 artigos cabíveis ao objetivo. Dentre as diversas temáticas viu-se que, na maioria dos estudos os desafios estão relacionados ao reconhecimento do trabalho da mulher no meio rural devido ao seu trabalho ser visto como extensão do trabalho doméstico, além disso, fatores como a necessidade de oportunidades de estudo, capacitações para trabalhos agrícolas, situações econômicas e a necessidade de protagonismo, bem como a valorização se mostram entraves pontuais. Apesar de serem estudos recentes, é necessária a exploração de trabalhos que contemplem uma gama maior de desafios e que possam propor pontos para elevar o protagonismo feminino no meio agrário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura; Mulheres; Dificuldades; Base de dados.

<sup>1</sup>Graduanda em Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, PE, Brasil.

<sup>2</sup>Mestre em Ciência Animal pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, PE, Brasil.

**RELAÇÕES DE GÊNERO, ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO  
RURAL: CASO DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO - LARANJEIRAS DO SUL/PR**

Francieli do Rocio de Campos<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo analisar a participação da mulher e do homem no espaço do Assentamento rural 8 de Junho, localizado em Laranjeiras do Sul – PR. Numa proposta reflexiva sobre o empoderamento da mulher no espaço produtivo e no espaço reprodutivo das famílias, observado as relações de gênero, divisão sexual do trabalho, estrutura familiar, organização social e política do assentamento. Partindo do embasamento teórico acerca dos movimentos sociais, buscando inserir essas nuances na dinâmica territorial e diversificação produtiva para entender os fatores que se estendem ao desenvolvimento rural do Assentamento 8 de Junho. Ao examinar tal processo os resultados apontaram incipiente empoderamento da mulher em consequência do desempoderamento masculino, decorrente dos processos sociais vividos por grande parte das famílias no período do acampamento e da sua inserção nas atividades extra-propriedade. As mulheres de modo ínfimo têm assumido o poder na propriedade ou dividindo-o com o parceiro e filhos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Rural; Relações de Gênero; Capital Social; Empoderamento.

<sup>1</sup>Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Docente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão-PR.



## A RELAÇÃO DA LUTA DO MST A PARTIR DA CENTRALIDADE DA LUTA PELA TERRA COM ENFOQUE NOS COLETIVOS (SETORES) LGBTQIA+, GÊNERO E RACIAL

Willian de Souza Pereira<sup>1</sup>

**RESUMO:** A luta pela terra no Brasil continua sem solução, como evidenciam a ineficaz política agrária, agrária e a crise agrícola que continua a assolar o campo brasileiro. Temporariamente, nota-se que a organização dos movimentos de luta está (re)estruturando e incorporando demandas levantadas por aqueles que se opõem a esse processo. Na luta entre as forças políticas, novos e velhos sujeitos incorporaram novos conteúdos e novas estratégias em suas lutas. O caráter heteronormativo também se estende ao meio rural, que, segundo alguns autores, é o de maior cristalização de valores e costumes, cenário que se reproduz e se fortalece ao considerar a divisão sexual do trabalho como um dos pilares da agricultura familiar. O objetivo deste estudo será analisar e compreender as representações do MST sobre questões e luta de diversidade sexual, racial e de gênero. O presente trabalho se baseia em uma revisão bibliográfica, de metodologia qualitativa e quantitativa, embasado no caráter subjetivo da bibliografia analisada, por uma pesquisa literária e também pesquisa de campo em assentamentos: Mario Lago, na cidade de Ribeirão Preto e Sepé Tiaraju, na cidade de Serrana, ambas situadas no interior do estado de São Paulo e o acampamento Marielle Vive! situado em Valinhos, área metropolitana de Campinas – São Paulo. A busca na literatura será realizada através das palavras-chave: “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, “MST”, “pautas sociais”, “racismo”, “machismo”, “homofobia”, “defesa dos direitos humanos e sociais”, nos bancos de dados do SCIELO, Scopus, Biblioteca Virtual da USP e periódicos CAPES.

**PALAVRAS-CHAVE:** MST; Luta pela Terra; Direitos Sociais.

<sup>1</sup>Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA.

**X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE**

**9 a 11 de novembro de 2022**

## **SESSÃO 1B - AGROECOLOGIA E ALTERNATIVAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

**COORDENAÇÃO: INÊS CLAUDETE BURG; JOSÉ MARIA GUSMAN  
FERRAZ**



## CERTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA EM UMA ASSOCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL?

Yuri Elias Rezende da Silva<sup>1</sup>; Henrique Carmona Duval<sup>2</sup>

**RESUMO:** Atualmente o Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos e insumos agroquímicos do mundo. Como forma alternativa para contornar esse problema, a Agroecologia propõe outros modelos de agricultura, utilizando o conceito de sustentabilidade e ecologia, o que torna mais harmônica a interação entre o homem e o ambiente, através de metodologias ecológicas e sustentáveis. Sendo assim, agricultura familiar pode representar o locus ideal para a agricultura sustentável, pois envolve o conceito de manejar adequadamente os recursos naturais e evitar a degradação do ambiente, de maneira que permita as atividades humanas das atuais e futuras gerações. No entanto, a agricultura familiar e suas organizações, como as associações de produtores, recebem pouca atenção das instituições públicas de assistência técnica e de desenvolvimento e validação de tecnologias para a transição agroecológica, o que vem prejudicando esta que poderia ser uma estratégia de desenvolvimento rural para este tipo de agricultura. Desse modo, considerando as lacunas nas pesquisas científicas e informações relacionadas ao tema, o presente projeto é proposto com o intuito de contribuir com a pesquisa sobre os potenciais e desafios da agricultura orgânica/agroecológica, utilizando técnicas de pesquisa que envolvem a revisão bibliográfica de diversos livros e artigos para a construção do embasamento teórico sobre o assunto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Orgânica; Associação de Produtores; Sistemas de Produção; Comercialização.

<sup>1</sup>Discente em Engenharia Agrônoma em Universidade Federal de São Carlos Centro de Ciências da Natureza campus Lagoa do Sino – Buri/SP, Brasil.

<sup>2</sup>Docente da Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências da Natureza campus Lagoa do Sino – Buri/SP, Brasil.

## A SAZONALIDADE DA PRODUÇÃO DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR: PROPOSTA PRELIMINAR PARA UMA MUDANÇA DAS ESTRATÉGIAS TECNOPRODUTIVAS

Antonio Lázaro Sant'ana<sup>1</sup>; Cristieli Fernanda Balancieri Souza<sup>2</sup>;  
Luís Pedro da Silva Santos<sup>3</sup>; Gabriela Tonini de Oliveira Andrade<sup>3</sup>

**RESUMO:** A análise do Censo Agropecuário de 2017 permite constatar que a bovinocultura de leite é uma das atividades com maior participação da agricultura familiar no total da produção. Na Região Geográfica Imediata (RGI) de Andradina-SP esta é a principal fonte de geração de renda monetária para os agricultores assentados. Este trabalho analisa as características da produção de leite dos fornecedores da Coapar, uma cooperativa que atua em vários municípios da referida RGI. Mediante solicitação, a Coapar disponibilizou seu banco de dados, do período de 2018 a 2021, que traz, entre outras informações, a quantidade de leite recebida mensalmente dos agricultores. Os dados foram analisados por meio de planilha Excel, especialmente a variação mensal da produção de leite, a partir de três estratos: média da produção do total dos fornecedores; média do grupo que comercializava mais de duas vezes a quantidade média do total; e média daqueles que produzem entre 20% menos até 20% mais do que a mediana do universo total. Os resultados obtidos, para todo o período, indicam uma forte sazonalidade da produção mensal média ao longo dos meses do ano em todos os estratos, embora um menos acentuada entre aqueles que produzem mais do que duas vezes a média do total dos fornecedores da referida Cooperativa. Entre junho e setembro a produção média atinge pouco menos do que a metade da média da produção de dezembro ou janeiro, quando se analisa o universo total de fornecedores; enquanto no grupo com produção média em torno da mediana, a produção chega a representar apenas 30 a 40% daquela obtida nos meses com maior produção. O estudo traz evidências de que é necessário rever as estratégias tecnoprodutivas, visando uma maior adaptação e convivência com as dificuldades inerentes ao período de seca.

**PALAVRAS-CHAVE:** Variação Mensal da Produção Leiteira; Alternativas tecnológicas; Convivência com a seca; Assentamentos Rurais; Região de Andradina-SP.

<sup>1</sup>Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Professor do Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio-Economia, Av. Brasil Sul, 56 - Centro, Ilha Solteira - SP.

<sup>2</sup>Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Curso de Graduação em Zootecnia, Av. Brasil Sul, 56-Centro, Ilha Solteira - SP.

<sup>3</sup>Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Curso de Graduação em Engenharia Agrônoma, Av. Brasil Sul, 56-Centro, Ilha Solteira - SP.



## DAS TERRAS LIVRES ÀS FRENTE DE EXPANSÃO NO ARAGUAIA PARAENSE (1890-1950)

Francisco Batista Duraes Duraes<sup>1</sup>; Joélson Gonçalves de Carvalho<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo pretende analisar o processo de ocupação da região do Araguaia paraense no período histórico de ocupação pastoril e da Ordem Religiosa Dominicana, de caráter extrativista na margem esquerda do rio, ocorrida no final do século XIX e que se estendeu até meados do século XX, quando ocorreram mudanças radicais reguladas no incentivo ao capital e nas relações de produção mercantis, proporcionando a entrada de grandes capitais nacionais e internacionais culminando no trágico processo de concentração da terra, de conflitos agrários e destruição ambiental, bem como a desestruturação das formas de organização das populações locais que sobreviviam do extrativismo, da pequena lavoura de subsistência e da criação extensiva de gado em campos livres de cerrado. Assim, este trabalho pretende suscitar reflexões e interpretações sobre o processo sócio-histórico de ocupação da região e suas relações com o bioma amazônico em uma região de cerrado. Este estudo se deu a partir de levantamento bibliográfico e análise da literatura regional. Por meio da investigação realizada é possível concluir que a ocupação das terras livres pela atividade pastoril desestruturou as formas de organizações sociais locais, gerou conflitos e contribuiu para a dizimação dos povos indígenas e, também, para a apropriação privada e concentração das terras livres nas mãos de latifundiários ligados à pecuária. As ações de caráter social e religiosa da Ordem Religiosa Dominicana não se concretizaram enquanto instrumentos eficientes na proteção dos povos indígenas, na permanência da agricultura camponesa e na sustentabilidade socioeconômica das populações locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Frente pastoril; Terras livres; Araguaia paraense; Capital mercantil.

<sup>1</sup>Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara/SP.

<sup>2</sup>Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, da Universidade de Araraquara - UNIARA.

## SISTEMAS AGROFLORESTAIS: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICAS EM REVISTAS NO PERÍODO DE 2012-2022

Lazaro Velasques Borges<sup>1</sup>; Renata Egydio De Carvalho<sup>1</sup>; Jose Maria Gusman Ferraz<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esse trabalho teve o objetivo de fazer um levantamento bibliográfico sobre Sistemas Agroflorestais (SAFs), aplicando técnicas de bibliometria. A análise foi realizada em revistas indexadas ao Scopus e Web of Science. O critério de seleção consistiu no recorte temporal de 2012 até 2022. As palavras-chave utilizadas para o processo de pesquisa foram: “sistemas agroflorestais”, “sistema agroflorestal”, “produção agroflorestal”, “agroflorestas”, “agroflorestal” e “agrossilvicultura” com aplicação do indexador OR. Os dados foram tabulados e analisados com a utilização do software R Studio através da biblioteca Bibliometrix e sua interface gráfica Biblioshiny, pois se trata de uma ferramenta gratuita e com uma completa gama de instrumentos de análise bibliométrica. O levantamento de dados resultou numa amostra de 251 artigos, de 11 fontes diferentes e foi analisado que tivemos um pico acadêmico no ano de 2018, mas que vem caindo paulatinamente e que a produção mundial sobre SAF nesse período encontra-se espalhada pelo mundo, porém concentrada na América Latina, tendo o Brasil como principal produtor de conhecimento na temática ao longo do tempo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sistemas agrícolas sustentáveis; Agrofloresta; Produção científica.

<sup>1</sup>Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP.





## AVALIAÇÃO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS NO SUDOESTE PAULISTA: BURI E ITABERÁ

Vinícius José de Oliveira Garcia<sup>1</sup>; Yuri Elias Rezende da Silva<sup>2</sup>; Henrique Carmona Duval<sup>3</sup>

**RESUMO:** Os sistemas agroflorestais vêm apresentando grande interesse de pesquisa ao redor do Brasil e do mundo como uma opção de agricultura contrária às monoculturas e que prioriza a conservação da biodiversidade e do solo, além de apresentar poder produtivo e de desenvolvimento social e ecológico. Porém, existem alguns entraves que dificultam a ampla adesão a este modelo, principalmente nos diferentes contextos da agricultura familiar, destacadamente pela ausência de políticas públicas de financiamento e de assistência técnica especializada. Conseqüentemente, a gestão desses sistemas torna-se uma tarefa complexa aos agricultores, uma vez que este é um sistema multidimensional e que correlaciona as esferas social, econômica e ambiental. O presente trabalho utiliza da caracterização participativa com o uso de indicadores junto a dois agricultores familiares que detêm sistemas agroflorestais implantados nos anos de 2018 e 2019, como parte de um projeto de extensão universitário ligado ao campus Lagoa do Sino da UFSCar, nos municípios de Itaberá – SP e Buri – SP. Foi realizada uma avaliação da multidimensionalidade de forma a investigar os benefícios e entraves internos e externos ao sistema, a partir da literatura e de relatos dos agricultores, sistematizando conhecimentos para uma melhor gestão e apropriação deste sistema de agricultura sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura familiar; Agroecossistemas; Indicadores; Sistemas Agroflorestais.

<sup>1</sup>Graduado em Engenharia Agrônoma, Universidade Federal de São Carlos, Campus Lagoa do Sino.

<sup>2</sup>Graduando em Engenharia Agrônoma, Universidade Federal de São Carlos, Campus Lagoa do Sino.

<sup>3</sup>Docente do Centro de Ciências da Natureza (CCN/UFSCar) campus Lagoa do Sino e do PPG em Desenvolvimento Territorial (Uniara).



## A FEIRA LIVRE DE ILHA SOLTEIRA-SP: CONHECENDO OS AGRICULTORES E AS CARACTERÍSTICAS DE SUA PRODUÇÃO

Rodrigo Castilho Freitas<sup>1</sup>; Antonio Lázaro Sant'ana<sup>2</sup>

**RESUMO:** As feiras livres, enquanto forma de comercialização, são importantes para a agricultura familiar. O objetivo deste trabalho é analisar a comercialização e identificar aspectos da diversidade de produção e o perfil socioeconômico dos agricultores que comercializam na Feira Livre de Ilha Solteira-SP. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um formulário que levantou dados sobre o perfil socioeconômico dos agricultores feirantes, aspectos gerais do estabelecimento em que se dá a produção, tipo e diversidade da produção, outras formas de comercialização utilizadas pelos pesquisados e o percentual de renda obtido com a produção e a comercialização na Feira Livre. Evidenciou-se que os produtores se enquadram como agricultores familiares, predominando sujeitos com baixa escolaridade, faixa etária de mais de 60 anos, sendo que pouco mais da metade são mulheres. A produção é desenvolvida predominantemente em assentamentos rurais do próprio município, 82,8% dos agricultores residem nos estabelecimentos rurais e produzem há menos de 20 anos, enquanto a maioria participa da Feira há menos de dez anos. A principal forma de comercialização ocorre em circuitos curtos por meio da venda direta ao consumidor. Mais da metade dos produtores comercializa unicamente nesta Feira e quase dois terços obtém por meio desse canal mais de 80% do total da renda bruta agropecuária. A ampla diversidade da produção local é relevante para a qualidade da alimentação da população do município, sendo imprescindível que políticas públicas sejam aplicadas e fortalecidas para que a população em geral tenha cada vez mais acesso a alimentos saudáveis e os agricultores, por sua vez, melhor renda e qualidade de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura familiar; Agroecologia; Circuitos curtos de comercialização; Extensão rural; pequeno produtor.

<sup>1</sup>Discente Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp, Curso de Graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado), Av. Brasil Sul, 56-Centro, Ilha Solteira - SP, 15385-000.

<sup>2</sup>Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Professor do Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio-Economia, Av. Brasil Sul, 56 - Centro, Ilha Solteira - SP, 15385-000.

## CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO SANTA HELENA – SÃO CARLOS – SP

Terezinha Pinto de Arruda<sup>1</sup>; Henrique Carmona Duval<sup>2</sup>; José Maria Gusman Ferraz<sup>3</sup>; Maria Lúcia Ribeiro<sup>4</sup>

**RESUMO:** Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é uma modalidade de assentamento rural de interesse socio-econômico-ambiental criado através da Portaria n. 477/1999, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) regulamentado pela Portaria/INCRA n. 1032/2000 se destina a populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental. No entanto, entre o planejado e a vida no assentamento existem muitos descompassos. Este trabalho terá como objetivo central identificar e avaliar os conflitos atuais do PDS Assentamento Santa Helena, localizado em São Carlos/SP. A investigação se dará por meio de análise documental, questionários semi-estruturados aplicados às famílias do assentamento, anotações em diários de campo e documentação visual (imagens). Pretende-se avaliar as normativas do PDS e as relações entre as famílias em torno de projetos agroecológicos, bem como os conflitos com uma usina vizinha ao assentamento que realiza pulverização aérea em seus canaviais, afetando as famílias assentadas. Este estudo de caso dá continuidade aos estudos da autora que em seu mestrado objetivou os aspectos socioeconômicos e, agora, o foco será conflitos socioambientais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma agrária; Projeto de Desenvolvimento Sustentável; Conflitos; Práticas agroecológicas.

<sup>1</sup>Analista da Embrapa Instrumentação e Doutoranda do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – DTMA, Universidade de Araraquara – UNIARA.

<sup>2</sup> Docente, Doutor e Orientador do DSc. DTMA/UNIARA.

<sup>3</sup> Docenter, Doutor e Co-orientador do DSc. DTMAUNIARA.

<sup>4</sup> Docente, Doutora do Curso DTMA, da UNIARA.



## O CONHECIMENTO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE SANTANA DO IPANEMA -AL SOBRE O USO DE JABUTI NA DIETA ALIMENTAR E SUA FORMA DE TRANSMISSÃO CULTURAL

Ida Vanderlei Tenório<sup>1</sup>; idvânia Silva Abreu<sup>2</sup>; Taciema da Silva Leite<sup>2</sup>; José Maria Gusman Ferraz<sup>3</sup>

**RESUMO:** Entre as diferentes estratégias adaptativas humanas para a sobrevivência destacam-se aquelas associadas a alimentação e o uso de animais é uma das principais práticas permanentes. Ao longo do tempo as predileções alimentares adotadas foram transformadas em hábitos alimentares sendo mantidas ao longo das gerações. O uso de quelônios das espécies *Chelonoidis denticulata* e *carbonaria*, na alimentação humana, é comum na região amazônica, como também na cidade de Santana do Ipanema-AL, onde o consumo está associado a práticas culturais que estão sendo esquecidas ao longo do tempo. Com o objetivo de levantar o conhecimento da população universitária de Santana do Ipanema sobre o uso do jabuti na dieta alimentar bem como o modo de transmissão dessa informação a pesquisa foi realizada entre os estudantes universitário através de um formulário disponibilizado na plataforma Google. Responderam ao formulário 108 alunos, sendo 65,74% do sexo feminino e 34,36 do sexo masculino, em relação ao conhecimento sobre o uso do jabuti na dieta alimentar, 63% responderam conhecer esse hábito e tendo adquirido essa informação através de avós, pais e tios (36,76%), em relação a já ter consumido o jabuti, apenas 8,33% já haviam consumido. Sobre a continuidade desse hábito alimentar sendo passado para as novas gerações, 67,60% responderam que não, porém apenas 19,81% tiveram como motivo a preservação da espécie. Dos estudantes que responderam sim, 28,57% concordam com esse hábito pela diversificação alimentar, 37,15% por fazer parte da cultura e 9,71% responderam pela preservação da espécie. Conclui-se que a transmissão do conhecimento se deu pela forma vertical e que o hábito de consumo é baixo entre a população entrevistada, são necessárias ações de esclarecimento sobre este hábito alimentar e sobre a importância da espécie envolvida.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Chelonoidis*; Cultura; Hábito Alimentar; Preservação.

<sup>1</sup>Docente da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Ciência Biológicas da Universidade Estadual de Alagoas Campus II Santana do Ipanema, Alagoas.

<sup>3</sup>Docente e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA) Araraquara, São Paulo, Brasil.

## VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS CITRÍCOLAS DE ASSENTAMENTOS NA PURIFICAÇÃO DO GLICEROL BRUTO

Mirian Babosa da Silva Rufino<sup>1</sup> ; Sandra Imaculada Maintinguer<sup>2</sup>;

**RESUMO:** Os assentamentos rurais possuem uma diversidade muito grande de culturas agrícolas que geram rendas às famílias assentadas. Porém algumas culturas, como as citrícolas, enfrentam dificuldades para acessar o mercado, mesmo com a intermediação de programas específicos da agricultura familiar. Além disso, a qualidade dos produtos produzidos pelas famílias assentadas não é padronizada para o mercado consumidor, principalmente as frutas cítricas. O limão cravo é uma fruta perene de fácil cultivo, por isso é encontrado com facilidade nos assentamentos rurais. Com isso, muitos frutos não são colhidos, permanecendo no campo. Além disso, e boa parte dos resíduos citrícolas como frutos, cascas e folhas também são dispostos no ambiente, sem tratamento prévio ou reaproveitamento, permanecendo no campo até a sua deterioração gradual. O biodiesel é o segundo biocombustível mais produzido no Brasil. Sua produção é regida, por leis governamentais com porcentagens crescentes deste biocombustível à matriz energética brasileira, visando substituir gradativamente o óleo diesel de origem fóssil. O glicerol é o principal resíduo gerado na produção do biodiesel, que contém muitos contaminantes como água, sais inorgânicos, álcoois, sabões e ácidos graxos livres, exigindo purificação para ser utilizado em diversos setores comerciais e industriais. Além disso, a cada 100 kg de biodiesel produzidos são gerados 10 kg desse resíduo, que permanece estocada nas próprias usinas, sem destinação adequada. Os grandes desafios das refinarias é obter um glicerol de maior pureza, com baixo custo. Desse modo, alternativas sustentáveis poderiam ser praticadas no reaproveitamento dos resíduos orgânicos citrícolas para a formação de resinas cítricas e assim serem aplicadas na purificação do glicerol bruto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Biocombustível; Resíduos Orgânicos; Resinas Adsorptivas.

<sup>1</sup>Universidade de Araraquara - UNIARA.

<sup>2</sup>Profa. Dra do IPBEN – Unesp – Rio Claro e do Programa de PG.

**X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE**

**9 a 11 de novembro de 2022**

## **SESSÃO 2 B - A QUESTÃO DA ÁGUA NO MUNDO RURAL NA ATUALIDADE NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA**

**COORDENAÇÃO: MARIA TERESA VILELA ABDO; OSVALDO  
ALY JUNIOR**



## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SEGURANÇA HÍDRICA NO MEIO RURAL: A EXPERIÊNCIA DE SOCORRO (SP)

Oswaldo Aly Junior<sup>1</sup>; Raimundo Palmeira Junior<sup>2</sup>; Rafael Terada<sup>3</sup>; Daniela Osório Barbat<sup>4</sup>

**RESUMO:** O artigo o resultado da aplicação da metodologia de diagnóstico participativo no meio rural do município de Socorro, SP, cuja finalidade foi promover a boa gestão da água. Foi realizado um diagnóstico com informações secundárias, foram realizadas entrevistas qualitativas com agricultores e com atores e organizações que possuem relação com o desenvolvimento do meio rural, foi elaborada uma cartilha, contendo informações levantadas no diagnóstico e alertando para ações que contribuem para a melhoria da disponibilidade de água no meio rural. Essa cartilha foi distribuída durante as quinze reuniões realizadas nos bairros rural e serviu como meio para animação dessas reuniões. Tendo como referência o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), foram identificadas diferentes situações relacionadas com a conservação do solo, proteção de nascentes, consumo indiscriminado de água que comprometem a segurança hídrica do meio rural. Ao final foram apresentadas algumas considerações sobre ações que o poder público local pode lançar mão na perspectiva de construir uma governança adaptativa aos processos de mudanças climáticas em curso e que contribuam para a implantação do PNSR, promovendo o direito humano à água, o desenvolvimento rural e o fortalecimento da cidadania através da gestão comunitária da água.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Hídrica; Mudanças Climáticas; Desenvolvimento Rural; Programa Nacional De Saneamento Rural; Socorro (SP).

<sup>1</sup>Engenheiro Agrônomo, MSc em Ciência Ambiental (PROCAM/IEE-USP), Dr. em Geociências (IGc-USP), Professor do PPGDT-MA-UNIARA, pesquisador Centro de Pesquisa de Águas Subterrâneas (CEPAS-USP) e diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, MSc em Engenharia Agrícola (Unicamp), associado da AMATER, Consultor do SEBRAE/SP.

<sup>3</sup>Hidrogeocímico, Dr. em Geociências (IGc-USP), Pesquisador Associado do CEPAS-USP.

<sup>4</sup>Geocientista e Educadora Ambiental, MSc em Hidrogeologia (IGc/USP), Doutoranda em Recursos Hídricos (IGc/USP).

## O PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL (PNSR) E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A SEGURANÇA HÍDRICA NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM SÃO PAULO

Ligia Cristina Taver<sup>1</sup>; Adriele Hortencia de Macedo Fonseca<sup>2</sup>; Marcel Fantin; Osvaldo Aly Junior<sup>3</sup>

**RESUMO:** Os processos de mudanças climáticas em curso tornam mais frequentes os eventos extremos, como as secas e chuvas torrenciais, e se tornam um desafio ainda maior na oferta de segurança hídrica, em assentamentos da reforma agrária no Estado de São Paulo. Nesta perspectiva o PNSR joga um papel importante, pois visa alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, garantir o direito humano à água, promover o desenvolvimento social e econômico, a preservação ambiental, respeitando o modo de vida das populações rurais. Ademais, esse Programa propõe uma ação multiescalar, envolvendo as esferas federal, estadual, municipal, local e domiciliar; ademais oferecer suporte técnico, informacional e financeiro adequados para às comunidades e domicílios rurais. Desta forma, garantir as necessidades de água e os interesses das atuais e futuras gerações. Para poder garantir esses objetivos é necessário um maior entendimento quantitativo e qualitativo dos recursos ambientais, sociais e econômicos existentes nestes territórios. Este artigo traz uma abordagem a partir de dois estudos de caso realizado pelos autores e situados no município de São Carlos, os assentamentos PA Nova São Carlos e PDS Santa Helena. Para contribuir na identificação da disponibilidade e carência atual de água nestes dois assentamentos foi realizada uma abordagem multidisciplinar com foco nas infraestruturas hídricas, os tipos de manejos agropecuários e as relações hidrossociais, por meio dos Índice de Insegurança Hídrica (IIH) para o Estado de São Paulo. A partir da construção do Índice de Valoração e Quantificação Hídrica baseado no Programa Um Milhão de Cisternas, foram identificados critérios que contribuem para a adaptação e enfrentamento ao atual cenário de mudanças climáticas. De acordo com os dados obtidos foram apresentadas proposições para a atuação dos diferentes níveis institucionais escalares de acordo com o PNSR para os assentamentos da reforma agrária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa Nacional de Saneamento Rural; Mudanças Climáticas Globais; Segurança Hídrica, Assentamentos; Reforma Agrária Em São Paulo.

<sup>1</sup>Graduada em Engenharia Ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos (EESC/USP). Fez parte do Grupo de Estudos e Intervenções Socioambientais (GEISA). Técnica em Construção Civil pelo Colégio Técnico de Limeira (COTIL/UNICAMP).

<sup>2</sup>Graduada em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de São Carlos (EESC/USP). Uma das idealizadoras e fundadoras dos grupos de extensão Iniciativas Mercado e Nação USP Empreendedora na USP de São Carlos, e da organização sem fins lucrativos Associação Gestora de Fundo Patrimonial Chronos.

<sup>3</sup>Professor Dr. no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) e no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-IAU) na USP-São Carlos.

<sup>4</sup>Professor Dr. no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (PPGDTMA) da UNIARA, Pós-Doutorando no IGc-USP.



## ÁGUA EM ASSENTAMENTO NO SEMIÁRIADO NORDESTINO DO CEARÁ, BRASIL A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO?

Laudemira Silva Rabelo<sup>1</sup>; Lucas Oliveira de Amorim<sup>1</sup>;  
Daniela Michelle Henriquez Encamilla<sup>2</sup>; Veronica Mitroi<sup>3</sup>

**RESUMO:** O município de Quixadá localizado no Sertão Central do Ceará, insere-se como um território de lutas pela terra. Os assentamentos apresentam-se como uma oportunidade para desenvolver novos meios de vida, ao mesmo tempo que torna o agricultor, antes um sem-terra, um cidadão, com direitos. Essa transformação perpassa pela associação (Barreira; Alencar, 2007), entidade intermediadora na relação entre os assentados e o governo. A associação torna-se fundamental e o recurso água inclui-se dentro de sua responsabilidade. Essa pesquisa analisa a gestão comunitária dos recursos hídricos em assentamentos localizados em áreas semiáridas. Em termos metodológicos, foi realizada uma revisão de literatura, a aplicação de entrevistas com atores sociais locais e visitas a oito assentamentos do INCRA, no município de Quixadá. No quadro geral sobre as relações hidros-sociais nos assentamentos foi possível identificar a importância dos açudes comunitários não monitorados pelo poder público. Assim, as normas de gestão refletem os interesses do coletivo. Dentre os principais resultados, é possível olhar as trajetórias da gestão das águas e as dinâmicas entre as fontes disponíveis e a introdução de tecnologias sociais. Todos os assentamentos visitados continham pelo menos um açude, cuja função, inicialmente, era para múltiplos usos, inclusive para consumo humano, mas na medida que a cisterna adentra no espaço rural, e ganha destaque no armazenamento para consumo humano, a comunidade deixa de ter normas tão restritivas quanto a gestão do açude. O açude revela-se como principal acesso coletivo e suas normas, fortes ou fracas, influenciam os diferentes acessos a água, ao mesmo tempo que essa gestão influencia as dinâmicas sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Recursos Hídricos; Assentamentos; Gestão; Bens Comuns; Associação.

<sup>1</sup>FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, Brasil.

<sup>2</sup>Escola Doctoral GAIA. Institut Agro Montpellier, France.

<sup>3</sup>CIRAD - La Recherche Agronomique Pour le Developpement, France.

**X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE**

**9 a 11 de novembro de 2022**

## **SESSÃO 3 B - ALTERNATIVAS DE EXTENSÃO RURAL E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**COORDENAÇÃO: ADEMIR DE LUCAS; ANTONIO LÁZARO  
SANT'ANA; ORIOWALDO QUEDA**



## A ELICITAÇÃO DE REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA PRODUÇÃO RURAL SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA ATOR-REDE

Luiz Egidio Costa Cunha<sup>1</sup>; Flavio Aparecido Pontes<sup>2</sup>; Marcelo Figueiredo Polido<sup>3</sup>

**RESUMO:** A elicitação de requisitos é uma etapa fundamental não apenas no ciclo de vida dos sistemas de informação como em todos os processos a eles relacionados. Apesar da existência de vários modelos que contribuem para a otimização do desenvolvimento de artefatos computacionais, que sejam, de fato, coerentes com as necessidades dos usuários, as características organizacionais, sociais e técnicas precisam ser consideradas no processo de levantamento e conhecimento dos requisitos necessários. A maioria das técnicas utilizadas para a elicitação de requisitos não proveem recursos para que alguns aspectos possam ser corretamente entendidos e considerados para o desenvolvimento dos planos, objetivos e metas presentes no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação. Este trabalho desenvolve um estudo específico para a melhor investigação dos aspectos sociais presentes nos ambientes rurais e que são relevantes para o processo de planejamento na área de produção rural. Para tanto, foi usada a perspectiva da Teoria Ator-rede proposta pelo sociólogo Bruno Latour com o propósito de conhecer os atores humanos e não-humanos que participam dos processos relevantes no trabalho rural. Ao final do trabalho, após a proposição de uma rede, algumas assertivas que não são habitualmente detectadas nas técnicas de elicitação de requisitos clássicas são apresentadas. São assertivas que apontam para situações presentes no fazer rural que são relevantes para o processo de construção não só dos artefatos computacionais necessários, bem como são fundamentais para o planejamento e organização de todos os recursos computacionais necessários para os processos rurais diários presentes na vida de produtores e extensionistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento de TI; TAR; Planejamento rural.

<sup>1</sup>Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Mestrando em Ciência, Tecnologia e Sociedade - UFSCar. Especialista em Análise de Sistemas - FUBAE.

<sup>2</sup>Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio ambiente - UNIARA, Assessor de Inclusão produtiva para o Pontal do Paranapanema no projeto "Rede de Apoio aos Territórios da Cidadania de São Paulo: extensão e pesquisa universitária para o desenvolvimento territorial rural" (Encomenda CNPq/COSAE-MDA 2013 - APQ/Processo 408501/2013-8).

<sup>3</sup>Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Doutor em Engenharia Mecânica - USP. Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

## A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA SOCIAL COMO ALIADA NA EXTENSÃO RURAL

Ana Paula Gomes da Silva<sup>1</sup>; Luciano Pires de Andrade<sup>2</sup>; Horasa Maria Lima da S. Andrade<sup>3</sup>

**RESUMO:** A cartilha, uma tecnologia social, é uma ferramenta pedagógica que viabiliza o compartilhamento de informações. A necessidade da criação de uma coleção de cartilhas para publicação de temas voltados para a extensão rural no Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) que é um órgão estadual, responsável pela extensão rural no estado, se deu a partir da ausência de um espaço específico para que os extensionistas do IPA pudessem compartilhar seus conhecimentos com outros extensionistas da instituição, com o público de trabalho e demais pessoas interessadas pelo tema. Até agora, quatro cartilhas com ISSN e ficha catalográfica foram produzidas e disponibilizadas em formato digital e ou formato impresso, e elas abordam os seguintes temas: Manual de Metodologia de Extensão Rural; Planejando e Executando o Dia de Campo; Sistematização de Experiências e Metodologia para Formação de Bancos Comunitários de Sementes. A versão digital das cartilhas está disponibilizada de maneira gratuita no site da instituição: [www.ipa.br](http://www.ipa.br).

**PALAVRAS-CHAVE:** Cartilha; Coleção Extensão Rural; Educação; Tecnologia Social.

<sup>1</sup>Mestre em Nutrição (UFPE), Graduada em Economia Doméstica (UFRPE); Doutoranda do Programa de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPADT UFRPE) - Instituto Agrônomo de Pernambuco.

<sup>2</sup>Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza (UFRPE), Mestre em Administração Rural e Comunicação (UFRPE), Universidade Federal do Agreste (UFAPE).

<sup>3</sup>Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza (UFRPE); Mestra em Ciências (UFRPE); Graduada em Agronomia (UFRPE); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Recife, PE.

**ANÁLISE DO PROCESSO DE ADOÇÃO OU CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS PELOS  
AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO BANCO DA TERRA, NOVA  
XAVANTINA (MT)**

Murilo Didonet de Moraes<sup>1</sup>; Antonio Lázaro Sant`Ana<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho visa analisar como ocorre o processo de adoção ou construção de conhecimentos pelos agricultores familiares do Assentamento Banco da Terra, Nova Xavantina (MT). Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou a observação de campo e entrevistas semiestruturada com os produtores e extensionistas rurais que atuam (ou atuaram) na assistência técnica ao Assentamento. Os resultados indicaram que os técnicos utilizam uma ação extensionista alinhada ao modelo difusionista-inovador, o que pode ser um limitador ao processo adoção ou construção de novos conhecimentos. Quanto aos agricultores, todos orientam suas decisões com base racionalidade substantiva, sendo que não cabe hierarquizá-los a partir de um perfil ideal e sim respeitar suas características específicas em termos culturais e psicossociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Assentamento Rural; Extensão Rural.

<sup>1</sup>Professor do curso de Engenharia Agrônoma, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade de Ituiutaba.

<sup>2</sup>Programa de Pós-Graduação em Agronomia (Sistemas de Produção), Faculdade de Engenharia, Unesp, Ilha Solteira/SP.

## MONITORAMENTO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA: CONFERINDO SIGNIFICADO PARA AS ANOTAÇÕES DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA

Aloisia Rodrigues Hirata<sup>1</sup>; Luiz Carlos Dias Rocha<sup>2</sup>;  
Sueli Gomes Fernandes<sup>3</sup>; Tayrine Parreira Brito<sup>4</sup>;  
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco<sup>5</sup>

**RESUMO:** O processo de avaliação da conformidade orgânica realizado pelos Sistemas Participativos de Garantia no Brasil, também conhecido como certificação participativa, exige que os agricultores adotem o diário de campo, ou seja, um caderno ou ficha onde são registradas informações para controle e rastreabilidade da produção, como: plantio, colheita, manejo do solo e de plantas, entradas e saídas da unidade de produção. Esta atividade tem sido apresentada pelos agricultores e técnicos como um grande desafio, sobretudo para a agricultura familiar que, além da quantidade de atividades diárias desenvolvidas, apresenta um elevado percentual de pessoas com dificuldades de escrita, dificultando a realização das anotações. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a experiência do SPG Orgânicos Jequitinhonha, composto exclusivamente por agricultores familiares, na realização dos registros de controle e rastreabilidade. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que utilizou a entrevista, grupo focal, questionários e análise documental como instrumentos de coleta de dados. As análises foram realizadas a partir da literatura sobre a Extensão Rural Agroecológica. Encontramos duas percepções sobre as anotações, uma dos colaboradores que associou as dificuldades à baixa escolaridade, e a outra dos agricultores que associou a dificuldade das anotações com a alta exigência pelos órgãos de controle. A colaboração do CAV, no papel de tradutores no SPG Orgânicos Jequitinhonha, tem contribuído na superação das dificuldades dos agricultores em relação aos registros, assim como as dificuldades com a parte técnica de produção orgânica. Por fim, concluímos que a dificuldade dos registros exigidos no processo de avaliação da conformidade orgânica é minimizada quando os agricultores passam a ver sentido ou utilidade nas informações registradas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Certificação Participativa; Agricultura Familiar; Agricultura Orgânica.

<sup>1</sup>Doutora em Engenharia Agrícola, Técnica em Assuntos Educacionais, IFSULDEMINAS.

<sup>2</sup>D.Sc. em Entomologia, Prof. Agroecologia e Entomologia do IFSULDEMINAS-Campus Inconfidentes.

<sup>3</sup>M.Sc. em Ciências Agrárias/Agroecologia, Ass. Téc. Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica.

<sup>4</sup>Doutoranda FEAGRI/UNICAMP.

<sup>5</sup>Professora Doutora FEAGRI/UNICAMP.



## ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E A PROBLEMÁTICA DA SELEÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS

Juliano Vitória Domingues<sup>1</sup>; Oscar José Rover<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um serviço que promove as atividades agropecuárias e não agropecuárias com o principal objetivo do desenvolvimento. Entretanto, supõe-se seu acesso restrito por uma seletividade de unidades produtivas, situando o objetivo como potencial. Questiona-se: o que caracteriza a seletividade do acesso à Ater no Brasil? Com o intuito de analisar o acesso à Ater para identificar o que caracteriza a sua seletividade, elaborou-se uma revisão bibliográfica e coleta de dados do Censo Agropecuário. No Brasil, registra-se a taxa de acesso à Ater de 20,2%, isto é, 1 milhão de unidade de produção acessam a Ater, contra mais de 5 milhões existentes. Algumas características indicam a seleção, como a atividade agropecuária, a quantidade de terras, o maior valor de produção agrícola e um perfil social da família branca e masculina. Na característica da quantidade de terras, a tendência é que unidades com mais terra têm mais acesso à Ater. Unidades até 100 ha têm 20% de acesso à Ater, enquanto unidades entre 100 e 2.500 ha e maior que 2.500 ha correspondem a 38 e 69%, respectivamente. Há um limite: minifúndios, menos de 5 ha, o número de acesso diminui consideravelmente. Este fenômeno é comum no Brasil, no Perú e na União Europeia. Dos dados, infere-se que a Ater brasileira é seletiva a depender da produção agrícola que cada unidade produtiva desenvolve dado o dinamismo econômico de seu território. Isto gera alguns limites. Um deles é que atividades agropecuárias com menor dinamismo econômico em territórios tendem a não se desenvolverem com orientação técnica, levando a maiores dificuldades no enfrentamento dos seus objetivos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acesso; Desenvolvimento; Território.

<sup>1</sup>Doutorando em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Engenheiro Agrônomo do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA/SC) da Coordenadoria de Chapecó, Santa Catarina.

<sup>2</sup>Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, líder do grupo de pesquisa em "Agroecologia e Circuitos de Comercialização de Alimentos" e coordenador do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF) da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina.



## CAPITALISMO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL À LUZ DO MÍNIMO EXISTENCIAL AMBIENTAL

Ademilson Pereira Ribeiro<sup>1</sup>; Oriowaldo Queda<sup>2</sup>

**RESUMO:** Tendo a compreensão de que a sociedade atual está pautada em um modelo econômico marcado por padrões insustentáveis de produção e consumo, provocando inúmeros impactos negativos, ameaçando a manutenção do equilíbrio ecossistêmico, os limites de recomposição do planeta e a própria capacidade de sobrevivência do ser humano. Torna-se imprescindível uma nova compreensão holística da realidade, orientada para a assimilação do universo em forma de rede e com seus elementos integrados. Acresça-se a isso o fato de que o atual paradigma de desenvolvimento industrial e econômico foi amplamente questionado por seu forte impacto ambiental e social. Seus graves efeitos no equilíbrio ecológico, na estabilidade social e nos processos produtivos da maioria das indústrias se globalizaram. Isto forçou em princípio às empresas, os governos e toda a sociedade dos países mais desenvolvidos e em consequência àquelas dos países em via de desenvolvimento a discutir novas formas de enfrentar os desafios da conservação ambiental dos sistemas ecológicos, do desenvolvimento social, econômico e sua vinculação com a qualidade de vida de toda a população mediante a aplicação dos conceitos de desenvolvimento sustentável. Portanto, tais premissas instigam a pesquisar quais as relações entre o desenvolvimento sustentável e o Direito Ambiental à luz de um mínimo existencial ambiental. Isto posto, o objetivo central se pauta em compreender como é discutida a dimensão ambiental nessa perspectiva teórica. Para tanto, foi desenvolvida uma revisão bibliográfica, juntamente, com a análise de leis e repositórios oficiais de jurisprudências e a coleta desses dados. Desta forma, leis, jurisprudências e artigos foram mapeados, agrupados e expostos de forma descritiva e reflexiva, possibilitando a compreensão da importância da dimensão ambiental na construção de um mínimo existencial, buscando comparar e analisar os resultados alcançados, juntamente, com a intenção de colaborar para o avanço de novos questionamentos, apontamentos e pesquisas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo; Direito Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Mínimo Existencial Ambiental.

<sup>1</sup>Aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.



**X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE**

**9 a 11 de novembro de 2022**



## **SESSÃO 4 B - DILEMAS SOBRE A TITULAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DOS ASSENTAMENTOS**

**COORDENAÇÃO: DELWEK MATHEUS; LUÍS ANTONIO BARONE;  
MARCELO GOULART**



## OS MOVIMENTOS DE TITULAÇÃO DE TERRAS NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Reginaldo Barbosa de Almeida<sup>1</sup>; Vera Lúcia Silveira Botta Ferrnre<sup>2</sup>

**RESUMO:** O discurso sobre titularidade surge inicialmente pelo governo federal, com apoio na lei 9311/2018, dando início a uma narrativa política sobre a necessidade de garantir a propriedade das terras aos trabalhadores e produtores rurais nos projetos de assentamentos de reforma agrária. Esse movimento se intensifica após o ano de 2020 com a entrega de documentos de títulos a diversos assentamentos espalhados pelo país. É sob essa perspectiva que o governo do estado de São Paulo, através da Secretaria de Desenvolvimento e Cidadania, junto a Fundação ITESP, elaboram o projeto de Lei 410/2021, aprovado pela ALESP, e promulgada pelo governador do estado de São Paulo em Lei com número 17.517/2022. Entretanto, entre a apresentação do PL 410/2021 a aprovação e promulgação da lei 17.517/2022, ocorreram diversas discussões, reuniões e debates sobre a titulação das terras nos assentamentos administrados pela Fundação ITESP, é sobre esses movimentos, organizações, associações e cooperativas, bem como o trabalhador e produtor rural que fizeram parte na construção do discurso sobre a titulação das terras nos assentamentos que se constrói a ideia de que a titulação das terras em assentamentos surge como argumento contra ideológico criando divergências políticas dentro da estrutura dos movimentos sociais inseridos nos assentamentos observados.

**PALABRAS-CHAVE:** Assentamentos de Reforma Agrária; ITESP; Legislação.

<sup>1</sup>Aluno de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara-SP (Uniara).

<sup>2</sup> Coordenadora do Programa de Pós Graduação, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Desde julho de 2016 foi designada a exercer a função de Pró-Reitora de Pós- Graduação Stricto Sensu e Pesquisa da Universidade de Araraquara.

## GESTÃO COMPARTILHADA FRENTE AOS CONFLITOS AMBIENTAIS DO TERRITÓRIO DE PESCA, REALIDADE OU UTOPIA? UM ESTUDO NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE NZETO-ANGOLA

Henrique Bernadeth Gonçalves<sup>1</sup>; Maria Lúcia Ribeiro<sup>1</sup>

**RESUMO:** No continente africano, países marítimos retiram maior parte de sua proteína animal do peixe, perpetuando a tradição e a promessa de alimentos e simbolismos históricos do seu espaço; a pesca artesanal na África fornece uma fonte de subsistência para mais de 35 milhões de pescadores costeiros. Em Angola, a prática da pesca artesanal é realizada por diversas comunidades localizadas ao longo da extensão costeira. A atividade pesqueira é uma modalidade do uso do espaço aquático, terrestre e com interferências da natureza e fenômenos atmosféricos. No entanto, as organizações rurais, assim como os demais setores da economia, vêm sendo premiados pela competição e efetuando novas técnicas produtivas. A exploração dos recursos naturais, em alguns casos, tem natureza puramente econômica, de modo a atender os anseios do sistema capitalista, pelo qual promove interesses desiguais entre os atores sociais praticantes. Os diferentes interesses propiciam disputas entre os distintos personagens envolvidos, com a finalidade de dominar os locais que resguardam recursos naturais e implantar suas atividades. Para a geografia, o território é uma categoria de análise que permite a compreensão dos conflitos das relações estabelecidas entre os atores sociais. Sob este enfoque, o estudo objetiva avaliar e propor uma possível gestão compartilhada do território da pesca com outros atores sociais na disputa pela exploração dos recursos naturais. Para fins metodológicos, serão usados dados documentais e a aplicação de entrevista semi-estruturada, e pesquisa participante por meio de observação. Entretanto, o direito do território é negado às comunidades tradicionais, que estão comumente sujeitas a disputas com as diversas formas de materialização do capital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pesca Artesanal; Território; Gestão de Conflitos; Conflito Ambiental; Disputas.

<sup>1</sup>Universidade Araraquara- Uniara/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

## CERTIFICAÇÃO E TITULAÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS: A PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ETNODESENVOLVIMENTO

Adriana dos Santos Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho objetiva apresentar notícias preliminares da dissertação de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a qual tem por objetivo discutir como a burocratização na certificação e titulação de comunidades quilombolas, implica numa precarização na acessibilidade e promoção de políticas públicas que contribuam para o etnodesenvolvimento. Insta salientar, que apesar da titulação definitiva da propriedade de remanescentes de quilombos ser um direito constitucionalmente previsto, hodiernamente, houve um decréscimo e lentidão no que tange à implementação da política pública. Outrossim, a não certificação e/ou titulação dos territórios quilombolas impactam diretamente no acesso a políticas públicas destinadas para garantir a segurança alimentar e nutricional, geração de renda, ações afirmativas, organização do trabalho e etc, em suma, primam por uma insustentabilidade social. Destarte, propõe-se uma revisão de literatura, com embasamento teórico em Little (2002); Silva (2013), Sen (2000), Rodrigues (2015), Trecanni (2006) e uma pesquisa quali-quantitativa, na qual intenta-se analisar e discutir alguns dados que envolvem o processo de certificação e titulação no Brasil. Portanto, justifica-se, pois promover políticas públicas voltadas para o etnodesenvolvimento para este público viabiliza o desenvolvimento socioespacial sustentável da territorialidade e da identidade. Conclui-se, então que o reconhecimento identitário do direito à terra para comunidades quilombolas, não trata, tão somente de uma política de reparação histórica em que preserva-se a territorialidade para o povo de forma definitiva, mas contrario sensu, garante uma sustentabilidade social, como política intergeracional, na qual o etnodesenvolvimento deverá ser observado para garantia e efetivação de direitos humanos ora salvaguardados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas; Quilombos; Etnodesenvolvimento.

<sup>1</sup>Advogada OAB-SP no 476119; Bolsista pela CAPES; Professora de Português como Língua estrangeira e Língua de acolhimento; Coordenadora Pedagógica voluntária do Vila Internacional Brasil (COORDENAPLAC); Mestranda em Direito no Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD-UNIRIO); Mestranda em Filologia e Língua Portuguesa no Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP); Pós-Graduada em História da África; História e cultura do Brasil; Direito Administrativo e Econômico; Pós-Graduada em Educação Digital (UNEB); Bacharela em Direito; Licenciada em Letras - Português e Português como Língua Estrangeira (UFBA).

X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE

9 a 11 de novembro de 2022



## SESSÃO 5 B1 - SEGURANÇA ALIMENTAR, FOME E SAÚDE / TRANSGÊNICOS E AGROTÓXICOS

COORDENAÇÃO: LUIZ MANOEL DE MORAES CAMARGO  
ALMEIDA; MARCELO MAZETTA LUCAS; MARIA EMÍLIA LISBOA  
PACHECO





## PROGRAMA ALIMENTA BRASIL: UM MERCADO INSTITUCIONAL SOB UMA AGENDA NEOLIBERAL

Vanilde Ferreira De Souza-Esquerdo<sup>1</sup> ; Helena Lelli Rihga<sup>2</sup>;  
Ricardo Serra Borsatto<sup>3</sup>; André de Camargo Macedo<sup>4</sup>

**RESUMO:** O Programa Alimenta Brasil (PAB) foi criado pelo governo de Jair Messias Bolsonaro em substituição ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Mesmo resguardando os objetivos centrais do programa antecessor: atender populações em estado de insegurança alimentar e fortalecer a produção da agricultura familiar, o PAB emerge repleto de incertezas quanto a sua operacionalização e contando com mudanças institucionais distintas. Assim, este trabalho consiste em uma análise descritiva-exploratória sobre a concepção do PAB, em contraste com o PAA, e a execução de ambos programas durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. Para tanto, utilizamos duas técnicas de coleta de dados: a pesquisa documental sobre os marcos institucionais do PAA e do PAB; e o levantamento de dados secundários em plataformas de transparência. Os resultados evidenciaram que o PAB não detém finalidades que foram importantes no PAA e, além disso, resguarda o visceral desmantelamento acometido pelo PAA durante às últimas gestões governamentais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mercados Institucionais; Agricultura Familiar; Políticas Públicas e Segurança Alimentar.

<sup>1</sup>Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI), Unicamp, Campinas/SP.

<sup>2</sup>Centro de Ciências da Natureza, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, campus Lagoa do Sino, Buri/SP.

<sup>3</sup>Centro de Ciências da Natureza, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, campus Lagoa do Sino, Buri/SP.

<sup>4</sup>Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI), Unicamp, Campinas/SP.

**AGRICULTORAS(ES) FAMILIARES DA FEIRA INTERINSTITUCIONAL AGROECOLÓGICA:  
GUARDIÃES DA SOCIOBIODIVERSIDADE E PROMOTORAS(ES) DA SOBERANIA E DA  
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Ariandeny Silva de Souza Furtado<sup>1</sup>; Antonieta de Sousa Santos<sup>2</sup>;  
Leoneide Pereira Batista<sup>3</sup>; Tania Maria Sarmento<sup>4</sup>;  
Wagner Lins Lira<sup>4</sup>; Roberto Feijão<sup>5</sup>

**RESUMO:** O processo de produção dos alimentos da Feira Interinstitucional Agroecológica (FIA) que acontece em Goiânia/GO desde 2019, perpassa as práticas ecológicas e os saberes-fazeres locais em seus diferentes sentidos, vivências e significados com o predomínio dos modos de produção artesanal que preservam a sociobiodiversidade. As(os) agricultoras(es) são protagonistas na utilização de arranjos comunitários eficientes de uso e manejo de recursos naturais e das técnicas agronômicas. Estas técnicas estão descritas nas Fichas Agroecológicas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e nas narrativas da Dona Antonieta de Sousa Santos “[...] se não tiver o besourão tem que ser manual a polinização... tem que pegar o algodão... Mas aqui graças a Deus tem muita abelha Europa!!!” Do Roberto Feijão “o esterco da galinha e do gado ficam curtinho por um bom tempo, pois têm muita amônia” e da Leoneide Pereira Batista “eu uso vinagre com detergente, para acabar com as lagartas”. Todas(os) as(os) agricultoras(es) familiares da FIA encontram-se em transição agroecológica, sendo este um dos caminhos para a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). O maior desafio é continuarem (re)existindo tecendo as práticas ecológicas e transcendendo aos impactos socioambientais do Sistema Agroalimentar Industrial, principalmente na exposição aos agrotóxicos da vizinhança e a ausência das políticas públicas, bem como a escassez dos recursos financeiros, humanos e da assistência técnica. O que condiz com a necessidade de fortalecer a luta dos movimentos populares pela implantação/implementação de políticas públicas e a democratização da ciência cidadã pró efetivação dos Direitos Humanos que versam pela SSAN.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociobiodiversidade; Soberania Alimentar; Agricultura Familiar; Sistema Agroalimentar Industrial.

<sup>1</sup>Nutricionista - SIASS IF Goiano/IFG e doutoranda do PPGADT/UFRPE.

<sup>2</sup>Agricultora Familiar do Grupo Mulheres Guerreiras de Canudos.

<sup>3</sup>Agricultor Familiar do Grupo Agricultoras(es) Familiares da Estrada de Ferro.

<sup>4</sup>Docente - UFRPE e PPGADT/UFRPE.

<sup>5</sup>Agricultora Familiar do Grupo Mulheres Guerreiras de Canudos.

## DAS CAVERNAS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS AO LONGO DO TEMPO

Lavínia Jardim<sup>1</sup>; Flávia Cristina Sossae<sup>1</sup>; Maria Lúcia Ribeiro<sup>1</sup>

**RESUMO:** O poder curativo das plantas é tão antigo quanto o surgimento da espécie humanae, desde o início, as primeiras civilizações compreenderam que algumas plantas continham substâncias que ao serem utilizadas em doentes apresentavam efeitos benéficos. Ainda hoje, séculos depois, o homem moderno, por meio de procedimentos e tecnologias, vem aperfeiçoando o uso das mesmas, e introduzindo-as em seus cuidados terapêuticos; contudo, ainda há o uso de forma indiscriminada, o que pode significar riscos à saúde. Neste contexto, dada a importância das plantas medicinais para a sobrevivência da humanidade, durante sua evolução, o presente estudo objetivou demonstrar a relevância das mesmas ao longo da história. Para tal, por meio de revisão da literatura, dados foram coletados nas bases SciELO, Google Acadêmico, ScienceDirect, e ReBraM, no período de 1995 a 2022, investigando-se a trajetória das plantas medicinais, desde a pré-história até a sua inserção no SUS. Verificou-se que, atualmente, 80% da população de países em desenvolvimento dependem unicamente das plantas medicinais para tratamentos de saúde, devido ao seu baixo custo, ampla distribuição e alta taxa de eficiência. Portanto, é imprescindível que políticas públicas incentivem o resgate dos saberes tradicionais a respeito da utilização dos recursos vegetais, pois, tais práticas são essenciais à preservação da vida. Assim sendo, conclui-se que a inserção de plantas medicinais no SUS, através da Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse do Sistema Único de Saúde (RENISUS), é fundamental, uma vez que, proporcionam melhorias na qualidade de vida das pessoas por meio de práticas medicinais gratuitas e seguras, já que, as plantas contidas na RENISUS têm suas propriedades farmacológicas confirmadas cientificamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Plantas medicinais; SUS; RENISUS.

<sup>1</sup>Pós -Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente , UNIARA, Araraquara/SP.



## A OBRIGATORIEDADE DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELOS MUNICÍPIOS COM A VERBA PROVENIENTE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Bruna Kern Cabral<sup>1</sup>; Lorenzo Borges De Pietro<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo utiliza como ponto de partida a diminuição de verbas e vetos de reajustes orçamentários realizados pelo Governo Federal ao Programa Nacional de Alimentação Escolar no marco temporal dos últimos quatro anos. A importância em abordar esse assunto se dá em virtude de se tratar de uma política pública relevante, que privilegia em especial a aquisição e repasse de alimentos frutos da agricultura familiar local, garantindo não somente a segurança alimentar e nutricional dos estudantes no âmbito escolar, mas também o desenvolvimento rural e as práticas sustentáveis de agricultura. Com efeito, a Lei no 11.947/2009 estabeleceu a vinculação de 30% das verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a aquisição de gêneros alimentícios frutos da agricultura familiar local. Essa medida elevou a qualidade nutricional da alimentação adquirida pelos municípios, uma vez que substituiu a maior parte dos alimentos de baixo teor nutricional e industrializados por produtos naturais e nutricionalmente seguros. Além disso, de acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, a renda de agricultores familiares que participam do programa teve um aumento significativo. Diante disso, merece destaque referir, que no ano de 2022 o Brasil ingressou novamente no mapa mundial da fome, com 33.1 milhões de pessoas enfrentando a insegurança alimentar. A vista disso, se entende que priorizar a aquisição de alimentos frutos da agricultura familiar acabaria por reduzir estes números, especialmente no âmbito escolar, que é o objeto deste estudo, uma vez que reduziria o impacto que essas medidas de contenção causam no referido programa, na alimentação ofertada nas escolas e conseqüentemente na renda dos agricultores familiares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa Nacional de Alimentação Escolar; Agricultura Familiar; Insegurança Alimentar.

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas.



## IMPACTOS DOS PROGRAMAS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E PROTEÇÃO SOCIAL AOS BENEFICIÁRIOS DE ARARAQUARA-SP

Marcelo Mazeta Lucas<sup>1</sup>; Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida<sup>2</sup>

**RESUMO:** Um dos grandes desafios contemporâneos, enfrentados pelos governos ao redor do mundo, é garantir que a população, especialmente a de baixa renda e/ou em situação de vulnerabilidade social, tenha acesso a alimentos produzidos. Por isso, os gestores públicos têm direcionado seus esforços no planejamento e implementação de políticas públicas e programas sociais que garantam a segurança alimentar e nutricional para essa população. Diante disso, esta pesquisa busca analisar a política municipal de segurança alimentar e nutricional, e de proteção social, do município de Araraquara-SP, no período de 2017 a 2024, a fim de investigar se tem gerado bons resultados no seu objetivo de garantir segurança alimentar e nutricional à população de baixa renda e/ou em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa será desenvolvida ancorada pelo delineamento observacional transversal, considerando as dimensões de: intersectorialidade, participação social, atores e arenas de construção dos processos de discussão, e buscando a percepção dos beneficiários, população em geral e gestores municipais acerca das políticas e programas elencados. As análises terão caráter quali-quantitativo. Serão elaborados grupos focais com os beneficiários dos programas sociais elencados, questionários para serem aplicados à população em geral e entrevistas semiestruturadas para serem realizadas com os gestores da administração pública municipal, responsáveis pelos programas sociais elencados. Espera-se, ao final do estudo, apontar indicadores que revelem a efetividade das políticas e programas municipais em relação à garantia de segurança alimentar e nutricional da população de baixa renda e/ou em situação de vulnerabilidade social, além de fornecer subsídios para tomada de decisão dos gestores públicos da área.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas; Segurança Alimentar e Nutricional; Proteção social; Araraquara.

<sup>1</sup>Doutorando pelo PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Universidade de Araraquara - UNIARA.

<sup>2</sup>Docente no PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Universidade de Araraquara - UNIARA.

**X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE**

**9 a 11 de novembro de 2022**



## **SESSÃO 5 B2 - SEGURANÇA ALIMENTAR, FOME E SAÚDE / TRANSGÊNICOS E AGROTÓXICOS**

**COORDENAÇÃO: MARIA LÚCIA RIBEIRO; PAULO BRACK;  
WANDERLEI ANTONIO PIGNATI**



## DESERTOS VERDES: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS SOBRE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E DE POVOS ORIGINÁRIOS

José Maria Gusman Ferraz<sup>1</sup>; Ivonete Gonçalves Souza<sup>2</sup>;  
Orioswaldo Queda<sup>1</sup>; Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>1</sup>

**RESUMO:** Por trás da elevação do PIB regional existe uma perversidade refletida na alteração na paisagem, no número de atividades agrícolas, concentração da terra, redução no número de empregos no campo, da agricultura familiar, refletindo na perda da cultura local no êxodo e precarização da vida. E o que fica para o país é um rastro de destruição, subsidiado pelo grande capital aumentando a concentração de riqueza e a exclusão para os afetados. Isto, com financiamento do Estado, e do capital internacional, redução e isenção de impostos inclusive para a exportação, enquanto falta alimento para a população. Impossível imaginar um país agroexportador com 30 milhões de famintos. Estas atividades, conduzem o país a uma reprimarização do setor produtivo. A estruturação dos territórios se reflete na seletividade do capital transnacional que orientam de forma subordinada orientam, controlam e inserem subordinadamente a América Latina e o Brasil no conjunto do mercado mundial pela perspectiva da comoditização do agro. O monocultivo de árvores se torna notadamente perverso em regiões do ES e sul da Bahia, onde empresas do setor de celulose com um passivo ambiental e social enorme continuam a expandir e incentivar grileiros da região a impactar comunidades quilombolas e de povos originários, impedindo sua sobrevivência como cidadãos e comunidades inteiras. O rápido crescimento dos clones de árvores e o uso de eucaliptos transgênico tem acelerado o uso de agrotóxicos e a exaurir os mananciais, fato comprovado por contaminação de lavouras, pessoas e seca de nascentes e córregos da região. Esta expansão agora ameaça as comunidades do Mato Grosso e Maranhão, acirrando ainda mais os impactos sobre as diversas comunidades incluindo as quebradeiras de coco de babaçu.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transgênicos; Plantio de monocultivo arbóreos; Comunidades tradicionais.

<sup>1</sup>Docente no PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Universidade de Araraquara - UNIARA.

<sup>2</sup>ENSP/FIOCRUZ.

## QUANDO UM BAIRRO PODE SER UM MUNDO: A PRÁTICA DA AGRICULTURA URBANA E AS POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO AMBIENTAL E COMUNITÁRIA

Otávio Henrique de Carvalho<sup>1</sup>; Zildo Gallo<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho faz parte da pesquisa de Doutorado que está em andamento e tem como objetivo principal discutir a prática da agricultura urbana no Jardim Cristo Rei, Vila Xavier, município de Araraquara. A partir dessa experiência, pretende-se estudar e analisar os processos de alterações do espaço, as mudanças de caráter ambiental através da percepção da comunidade que vive em seu entorno. A partir das práticas de agricultura urbana, como a compostagem, é possível desenvolver processos de educação ambiental e fortalecer os vínculos: dos indivíduos com o bairro e entre a população local. Para atingir os objetivos propostos num primeiro momento será realizado a revisão bibliográfica sobre o tema, posteriormente, um levantamento sobre o histórico do bairro a partir da pesquisa em documentos oficiais sobre o bairro e a cidade de Araraquara. Por fim, serão realizadas entrevistas não estruturadas com os moradores do bairro, uma conversa aberta e não diretiva com o objetivo de compreender melhor a história do bairro a partir da perspectiva dos moradores. As entrevistas servirão como instrumento que preencherá as lacunas que surgirão ao longo da reconstituição histórica da ocupação da região, visto que é conhecida as deficiências e a negligência das políticas de salvaguarda e memória em nosso país e em nossa cidade. Com isso, objetiva-se contribuir para um equilíbrio entre as atividades econômicas e desenvolvimentistas exercidas pela cidade e uma melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Araraquara; Agricultura urbana; Meio ambiente; Alterações espaciais; Integração comunitária.

<sup>1</sup>Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara/SP.

## IMPACTOS DO USO DE AGROTÓXICOS NA SAÚDE HUMANA E AMBIENTAL: O CASO DE ARARAQUARA

Elisa Racy Carlini<sup>1</sup>; Vera L. S. Botta Ferrante<sup>1</sup>;  
Maria Lúcia Ribeiro<sup>1</sup>; Larissa Sapiensa Galvão Leal<sup>1</sup>

**RESUMO:** Cientistas e movimentos socioambientalistas alertam, há tempos, sobre os perigos do uso de agrotóxicos, utilizados nas lavouras brasileiras, na saúde humana e ambiental. Os danos provocados pela ingestão de alimentos contaminados já podem ser observados em pesquisas científicas, com tendência de piora. No município de Araraquara (SP), por ser um território historicamente pressionado pelo agronegócio, a chuva de agrotóxicos, por meio da pulverização aérea e terrestre, vem poluindo os ecossistemas e produzindo riscos à saúde coletiva. Pela importância e urgência do tema, esse estudo está investigando as questões que se relacionam com o tema da saúde e uso de agrotóxicos nas práticas agrícolas da monocultura, analisando-as sob a perspectiva da dinâmica territorial, ou seja, os impactos do uso sobre o conjunto da área que envolve a produção da cultura canavieira. Para isso, está sendo realizado: i) diagnóstico da utilização desses agrotóxicos na região; ii) verificação da evolução do uso dentro de uma série histórica de 35 anos; iii) levantamento dos casos associados à contaminação por agrotóxicos no município e na região; e iv) relação entre o aumento do uso com o aumento dos casos de doenças associadas à contaminação por agrotóxicos dentro dos assentamentos, comparando com os casos da região. A análise dos dados será realizada em duas etapas: i) análise estatística por meio de software apropriado, utilizando dados primários, coletados pelos pesquisadores, e secundários, disponibilizados por órgãos públicos; e análise sociológica e geográfica, visando a compreensão das dinâmicas territoriais existentes nos assentamentos e no município de Araraquara. Assim, a pesquisa pretende buscar a compreensão de que para reverter esse quadro é preciso que haja uma reincorporação das questões do meio ambiente nas políticas de saúde, pensando as externalidades do capitalismo, que superexploram os recursos naturais, abocanham os lucros e socializam os prejuízos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agrotóxicos; Cana-de-Açúcar; Saúde Pública; Saúde Coletiva; Contaminação Ambiental.

<sup>1</sup>Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Universidade de Araraquara- UNIARA.

## SEGURANÇA JURÍDICA NO SANEAMENTO BÁSICO

Helem Naara Machado<sup>1</sup>; Sandra Imaculada Maintinguer<sup>1</sup>

**RESUMO:** Os serviços de saneamento básico são como uma locomotiva, as diretrizes estabelecidas nos Marcos legais são como trilhos, por onde esses serviços devem caminhar até alcançar o destino final pretendido, ou seja, a universalização destes serviços até em 2033. Dentro desse contexto, a Segurança Jurídica seria uma passagem, que garante a todos os passageiros a prestação de serviço sem interrupções. Assim a hipótese é que o reflexo da universalização do saneamento traz segurança jurídica para o investidor, garante a segurança jurídica para população usuária dos serviços e para o Estado na sua economia. Nesse sentido, o objetivo foi estudar o princípio de Segurança Jurídica dentro do contexto da universalização do saneamento básico e expandir a sua interpretação, utilizando a pesquisa bibliográfica como principal condutor de informação para fundamentar as teorias a serem implantadas. Concluiu-se que a universalização está interligada com a segurança jurídica no setor econômico e jurídico dos negócios, garantindo a eles a continuidade e a confiabilidade e aos usuários dos serviços a dignidade no modo de viver previstos na constituição.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Jurídica; Universalização; Saneamento Básico.

<sup>1</sup>Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Universidade de Araraquara- UNIARA.

## RASTREAMENTO DE TECNOLOGIAS ENVOLVENDO ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS VOLTADOS À AGRICULTURA FAMILIAR

Torres Marília Cavalcanti<sup>1</sup>; Fernanda Duarte dos Santos de Carvalho<sup>1</sup>;  
Tainara da Silva Granja<sup>1</sup>; Andréia Gomes de Holanda Pereira<sup>1</sup>; Laira Luana da Costa Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** Com o passar dos anos a engenharia genética ganhou destaque em função do desenvolvimento da produção agrícola e da otimização do uso de seus insumos. Neste cenário, muitas questões são discutidas em relação a organismos geneticamente modificados – OGMs que são vistos como alternativas na redução da fome, capazes de acelerar o melhoramento genético e a consolidação biotecnológica, porém pouco relacionados aos processos produtivos do agricultor familiar e as aplicações biotecnológicas disponíveis a estes. O estudo teve como objetivo rastrear tecnologias envolvendo OGMs voltados a utilização na agricultura familiar. Foram rastreados os pedidos de patentes nos bancos de dados do European Patent Office (EPO), World Intellectual Property Organization (WIPO) e Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI), utilizou-se os descritores “GMOs AND Family Farming” e foram considerados os depósitos entre 2018 a 2022. Foram obtidos 132 documentos de patentes. O WIPO foi a base de dados com maior número de pedidos com 182 resultados, o EPO com 55 e o INPI zero registros. Das 182 patentes, viu-se que 112 documentos são de origem dos Estados Unidos, não houveram depósitos relacionados ao Brasil. Para dados do WIPO, 2020 foi o ano com maior número de depósitos e 64% dos pedidos estão relacionados a Seção C: Química e metalurgia. Para o EPO o maior número de depósitos foi em 2021, 64% dos pedidos estavam contidos na seção A (necessidade humana) com destaque para a subseção A01: agricultura; silvicultura; pecuária e caça. Observou-se a Bayer como a maior depositante. É vista uma variedade de invenções passíveis a serem aplicadas diante a agricultura familiar como alternativa de melhoria, porém vê-se um predomínio de países estrangeiros na exploração dessas ferramentas nos últimos anos.

**PALAVRAS-CHAVE:** OGMs; Prospecção; Agricultor Familiar; Biotecnologia.

<sup>1</sup>Universidade Federal do Vale do São Francisco.



**PAPEL DOS AGENTES IMPLEMENTADORES NAS COMPRAS PÚBLICAS DE PRODUTOS  
ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS NO PROGRAMA NACIONAL  
DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE**

Keilla de Cássia Teixeira<sup>1</sup>; Ricardo Serra Borsatto<sup>2</sup>; Gilberto Rodrigues Liska<sup>2</sup>

**RESUMO:** O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, considerado um dos maiores e mais abrangentes na área de alimentação escolar no mundo, é também, um programa de compras públicas com capacidade de incentivar, em nível local, a produção, a comercialização e o acesso a uma alimentação saudável, além de ser um importante instrumento público com potencial em promover a transição orgânica e agroecológica, entre os agricultores familiares. Entretanto, os baixos índices de aquisição de alimentos provenientes desse sistema produtivo indicam o pouco aproveitamento das potencialidades do programa. Neste sentido, este trabalho, inspirado pela abordagem da burocracia de nível de rua, desenvolvida por Lipsky (2019), busca trazer à centralidade da análise, a atuação dos agentes implementadores do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a fim de compreender o espaço de discricionariedade e as condições de trabalho desses atores, responsáveis pela implementação do programa, enfatizando o processo de compras públicas de produtos orgânicos e/ou agroecológicos. Para tanto, terá como recorte empírico para o estudo, as 49 escolas da rede pública de Pouso Alegre, município situado na região Sul de Minas Gerais. Serão coletados dados referentes aos gastos com aquisição de produtos da agricultura familiar agroecológicos e/ou orgânicos, entre 2016 a 2020, de cada âmbito federativo e realizada, também, entrevistas semiestruturadas com os agentes que atuam na linha de frente das compras públicas. Espera-se com esse levantamento e análise, contribuir para a melhoria da execução do programa, assim como, reparar dificuldades enfrentadas em seu processo, como aquisição de produtos orgânicos e/ou agroecológicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alimentação Escolar; Segurança Alimentar e Nutricional; Compras públicas; Agricultura Familiar; Burocracia de nível de rua.

<sup>1</sup>Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos.

<sup>2</sup>Professor Adjunto do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal de São Carlos.

X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE

9 a 11 de novembro de 2022

## SESSÃO 6 B - EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

COORDENAÇÃO: FLÁVIA CRISTINA SOSSAE; GISLAINE  
CRISTINA PAVINI; MÔNICA CASTAGNA MOLINA



## EDUCAÇÃO DO CAMPO E CAPITAL HUMANO: AS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS DE ASSENTADOS DA FAZENDA IPANEMA, IPERÓ/SP

Eline Gomes de Oliveira Zioli<sup>1</sup>; Cláudio Ferraz Zioli<sup>1</sup>

**RESUMO:** O capital humano indica o grau de capacitação de uma comunidade, para realizar trabalhos qualificados, uso de tecnologias, inovação e liderança, portanto, a educação viabiliza processos produtivos mais complexos e qualificados, além da tomada de melhores decisões. A produção do conhecimento está ligada com o desenvolvimento das sociedades e organizações por meio da industrialização. Compreensão que manteve a população do campo enquanto grupo marginalizado, vivendo em meio a miséria, longe dos direitos básicos e fundamentais. Nesse sentido, esse trabalho objetivou analisar as experiências escolares vividas pelos moradores do assentamento Ipanema em Iperó/SP, que precisaram se deslocar do assentamento para frequentar escolas no município. Analisando as experiências escolares dos assentados é possível identificar a importância do entorno e contexto social na produção do conhecimento. Ao final dessa pesquisa, pode-se identificar que as dificuldades enfrentadas pelas crianças do assentamento não se limitaram apenas ao enfrentamento da distância percorrido para chegar à escola. Mas, também as manifestações preconceituosas dos moradores e educadores das escolas frequentadas, por suas famílias fazerem parte do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e morarem em um assentamento rural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capital humano; Assentamento rural; Educação do campo.

<sup>1</sup>Docente do Instituto Federal de São Paulo – Câmpus Boituva. Doutora em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Aplicadas ao Desenvolvimento Sustentável (NEADS).



## APICULTURA NA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA DO CAMPO: CAMINHOS E SABERES AUTOBIOGRÁFICOS

Maria da Penha Alves<sup>1</sup>; Diógenes Valdanha Neto<sup>1</sup>

**RESUMO:** A apicultura é uma prática social crescente no mundo rural brasileiro com importância econômica, ecológica e social. Considerando a condição da primeira autora de apicultora profissional com histórico de vida camponês, objetivou-se neste estudo compreender alguns dos principais marcos na vida de uma apicultora que direcionaram sua formação profissional, compreender quais (tipos de) saberes são mobilizados na formação de uma apicultora, e discutir como a prática social da apicultura pode inspirar processos educativos na Educação do Campo. A metodologia utilizada foi de base qualitativa, especificamente o estudo do tipo autobiográfico. Foi elaborado um roteiro de questões para orientar a construção da autora de uma narrativa sobre sua vida e os conhecimentos adquiridos em sua prática. Essa fala foi gravada e transcrita. Os dados revelam que na vida da apicultora é possível destacar que os principais marcos que direcionaram sua formação profissional foram a descoberta de uma leucemia e sua relação afetiva com o mundo rural, desejando passar mais tempo de sua vida nele. Dentre os muitos saberes mobilizados em sua formação, com relação ao mundo natural e o currículo de ciências da educação básica, destacam-se os estágios de desenvolvimento das abelhas e aspectos de sua ecologia, morfologia e comportamento. Além disso, a prática social da apicultura também fomentou o desenvolvimento de uma consciência das questões ambientais e um engajamento por parte da pesquisadora em ações de conservação e educação ambiental – muitas vezes utilizando as abelhas como modelo de sua prática. Os dados aqui expressos podem auxiliar no desenvolvimento de práticas de ensino de ciências na Educação do Campo ao se abordar conteúdos direta ou indiretamente relacionados à apicultura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação em Ciências; Ensino de Biologia; Educação do Campo; Autobiografia.

<sup>1</sup>Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba/MG.



**PROGRAMA INSTITUCIONAL MULHERES DO IFSP – 2021:  
A FORMAÇÃO EM AGRICULTORA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA NO BAIRRO  
DE GEORGE OETER**

Flávio Aparecido Pontes<sup>1</sup>; Samanta Ongarato Gil<sup>1</sup>; Julia Kovalczyk Branco<sup>1</sup>

**RESUMO:** Apresentamos resultados parciais do programa institucional mulheres do IFSP, curso de formação continuada em agricultora familiar de base agroecológica, como parte das atividades executadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), por meio de sua Pró-reitoria de Extensão (PRX), fomento à projetos vinculados ao Programa Mulheres do IFSP, com recursos Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), nos termos do Termo de Execução Descentralizada no. 13/2020/DPMRS/MDH. No campus Boituva as atividades do curso tiveram início em agosto de 2022 e vão até dezembro de 2022, estão matriculadas 26 mulheres do bairro George Oeterer no município de Iperó, o curso acontece graças aos esforços da parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social, durante o curso as alunas estão tendo aulas de formação básica e específicas voltadas a produção agroecológica, com algumas adaptações por se tratarem de alunas do meio urbano, predominando o incentivo as hortas urbanas, a partir da formação espera-se que as mulheres mais que receberem a formação, consigo articular parcerias para a implantação de hortas que contribuam para a segurança alimentar das famílias, possa contribuir com o incremento da renda familiar, mas principalmente que dê as mulheres condições de melhor qualidade de vida frente a superação da vulnerabilidade social em que vivem, permitam a elas o empoderamento e melhoria de sua autoestima. No mês de agosto foi realizada cerimonia de aula magna com a participação de todas as alunas e seus familiares, o que permitiu além da parte formativa um conagraçamento entre as famílias e servidores envolvidos no projeto.

**PALAVRAS-CHAVE:** IFSP; SNPM; Agricultura Familiar.

<sup>1</sup>IFSP - Campus Boituva - NEADS.

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA NO CAMPO: UMA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO/BA

Inaiara Alves Rolim<sup>1</sup>; Luciana Silva Oliveira<sup>2</sup>; Shirley Gonçalves de Souza<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo é fruto de uma reflexão a respeito de como as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos – EJA na escola do campo e tem como ponto de partida a compreensão de que a EJA demanda um projeto político e pedagógico que concebe a educação aliada do processo de construção de uma sociedade mais justa, democrática e humana, cujo objetivo é materializar a identidade da EJA, na cidade ou no campo. Este estudo foi construído segundo os princípios da abordagem qualitativa, é do tipo bibliográfico e embasa-se na experiência do município de Serra do Ramalho/BA no âmbito da oferta e da garantia de acesso à escola do campo pelos estudantes jovens e adultos que não concluíram seu processo de escolarização. Pensar a respeito das políticas públicas para os estudantes da EJA no campo exige que se reflita sobre a função e as finalidades específicas dessa modalidade de ensino, que se caracteriza como ato política e de reconhecimento de direitos. Este estudo evidenciou que o município de Serra do Ramalho vem atuando na garantia do direito à educação pelos estudantes da EJA por meio da realização de projetos de contratação de professores, disponibilização de material escolar e pedagógico, merenda escolar e suporte as escolas no turno noturno. No que concerne à EJA da escola do campo, as políticas públicas devem ser construídas de maneira que possibilite um processo educacional em que a realidade dos sujeitos seja contemplada no planejamento escolar, favorecendo aos estudantes o desenvolvimento das habilidades da leitura da palavra escrita e do mundo que o rodeia para que, dessa forma, possa atuar na transformação de seu meio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação de Jovens e Adultos - EJA; Políticas Públicas para a EJA; Escola do Campo.

<sup>1</sup>Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB.

<sup>2</sup>Secretaria Municipal de Educação/SMECD.

**X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE**

**9 a 11 de novembro de 2022**



## **SESSÃO 7 B1 - COMERCIALIZAÇÃO, MERCADOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**COORDENAÇÃO: DANIEL TADEU AMARAL; ALESSANDRA  
SANTOS NASCIMENTO**



## DESAFIOS NA GESTÃO DE UMA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO DA SABORES NATUREZA

Bruna Manteiga Bastos<sup>1</sup>; Carlos Evilásio Martin Filho<sup>1</sup>;  
Flavio Aparecido Pontes<sup>1</sup>; Vera Lucia Silveira Botta Ferrante<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste o estudo de caso, cujo foco foi a gestão de uma agroindústria familiar situada na cidade de Boituva. Uma agroindústria familiar pode ser considerada como uma pequena unidade de terra onde existem atividades de processamento de produtos primários agrícolas em outros produtos direcionados ao consumidor final, que muitas vezes são produzidos no próprio local e todas as suas atividades de processamento são gerenciados pelo produtor local, que geralmente se constitui no dono da terra. Por ser uma agroindústria familiar, as dificuldades são muito mais eminentes com relação a uma agroindústria tradicional seja na aquisição de créditos estatais ou na presença de mercado que possuem, dos transportes e conservação de seus produtos além das instabilidades de mercado e clima em que resultam em um impacto muito mais significativo para uma agroindústria familiar. Com isso o objetivo do nosso trabalho em analisar os principais problemas de gestão desta agroindústria e propor um modelo de plano de negócios e gestão que ilustre a atual situação da empresa e as atividades que devem ser realizadas para que o negócio tenha mais sucesso. Quanto a metodologia, trata-se de um estudo de caso com uma pesquisa descritiva, na qual através da pesquisa bibliográfica e de entrevistas e coleta de dados, pelo quais foi possível identificarmos uma série de problemas de planejamento e gestão, destacamos aqui a falta de planejamento, ligada ao descontrole financeiro da empresa como principais desafios, que a partir da confecção de um plano de negócios, apresentamos um leque de opções a serem seguidas em um horizonte temporal de três anos possibilitando a empresa melhorar seus resultados e auferir maior lucratividade. Dentre essas possibilidades o uso de ferramentas como análise SWOT, diagrama de Ishikawa

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Comercialização; Gestão; Organização Social.

<sup>1</sup>IFSP - Campus Boituva - NEADS.

<sup>2</sup>Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Universidade de Araraquara- UNIARA.





## TRAJETÓRIA DO PNCF E DO PAA NOS ASSENTAMENTOS BANCO DA TERRA EM ANGATUBA/SP

Ronaldo Wilson de Godoi<sup>1</sup>; Henrique Carmona Duval<sup>2</sup>;  
Vera Lucia Silveira Botta Ferrante<sup>3</sup>; Leandro de Lima Santos<sup>4</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho faz uma análise do PNCF e do PAA nos assentamentos Banco da Terra, no município de Angatuba/SP, região sudoeste do estado de São Paulo. Os principais objetivos foram analisar as especificidades destes assentamentos e como o desmonte do PAA está afetando o desenvolvimento das famílias assentadas. A pesquisa investigou também a origem e a trajetória dessas famílias, suas formas de organização e as ações realizadas pela prefeitura municipal de Angatuba. A metodologia abrangeu pesquisa bibliográfica, levantamento e sistematização de dados secundários referentes ao programa no município de Angatuba/SP e trabalho de campo para obtenção de informações primárias com as famílias assentadas. O PAA vinha se apresentando como uma das melhores alternativas ao escoamento da produção, mas a partir de meados do ano de 2017 seu decréscimo vem afetando negativamente indicadores como a diversificação da produção, os canais de comercialização e a renda das famílias. Em um quadro mais amplo de desmantelamento das políticas públicas para a agricultura familiar, no qual se somam as perspectivas do programa de titulação dos assentamentos, os resultados desta pesquisa contribuem para a compreensão de um processo que coloca em risco a segurança alimentar das famílias assentadas e a continuidade dos próprios assentamentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa Nacional de Crédito Fundiário; Programa de Aquisição de Alimentos; Agricultura Familiar; Sistema produtivo.

<sup>1</sup>Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente na Universidade de Araraquara - UNIARA, Administrador pelo CCN/UFSCar, Universidade Federal de São Carlos, Campus Lagoa do Sino.

<sup>2</sup>Professor Adjunto do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal de São Carlos, Campus Lagoa do Sino e Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara.

<sup>3</sup>Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Universidade de Araraquara- Uniara.

<sup>4</sup>Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, campus Lagoa do Sino).



## OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO MEIO AMBIENTE E SOLUÇÕES PARA MITIGAR A PROBLEMÁTICA

Larissa Maffeis Peres<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo informar sobre os impactos negativos gerados no meio ambiente em decorrência da indústria têxtil, reflexo do consumo desenfreado dos recursos naturais, levando estes à escassez, trazendo desequilíbrio a todo ecossistema. Como forma de minimizar os danos causados, existe em contrapartida do “fast fashion” (moda rápida) o “slow fashion” (moda lenta), que traz uma nova perspectiva de peças que já existem e teriam como destino final os aterros sanitários. Os brechós estão cada vez mais ganhando espaço no mundo da moda e inovando no mercado da moda sustentável, neste projeto traremos a “collab” do Brechó Flor de Lótus e do Estúdio Oca 101, onde encontraram peças com pequenas avarias que perdiam o valor e transformaram em peças novas através do “upcycling”, lançando a coleção “Energia da Mata” onde irão plantar uma muda de Árvore para cada peça vendida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Slow fashion; Brechós; Têxtil.

<sup>1</sup>Universidade Federal de São Carlos Campus Lagoa do Sino.



## TEM ORGÂNICOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR? - OBSERVAÇÕES A PARTIR DE UM ESTUDO TRANSVERSAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Josiane Aragão De Oliveira<sup>1</sup>; Luisa Mafra Juliano Barros<sup>1</sup>;  
Wolney Felipe Antunes Junior<sup>1</sup>; Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo<sup>1</sup>

**RESUMO:** A questão ambiental, centrada nos debates acerca das mudanças climáticas, é uma preocupação crescente na sociedade e envolve os diferentes setores da economia, como a agropecuária. Aliar, portanto, a produção de alimentos aos cuidados com o meio ambiente se faz necessária. Considerando a agricultura familiar como o lócus ideal para uma produção mais sustentável, bem como o papel das políticas públicas (como as de compras públicas) nesse processo, o objetivo deste trabalho foi verificar, em um contexto de municípios paulistas, se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm incluído a aquisição de alimentos orgânicos. Selecionamos 33 municípios referentes às 11 Regiões Intermediárias de São Paulo e coletamos os dados (referentes aos anos de 2018 e 2019) a partir de solicitações às prefeituras. Da amostra inicial, 17 prefeituras forneceram os dados referentes ao PNAE nos anos de 2018 e 2019. Em 2018, apenas 6 municípios adquiriram alimentos orgânicos produzidos pela agricultura familiar, enquanto em 2019 foram 5. Entre os municípios que adquiriram alimentos orgânicos, os de maior porte populacional adquiriram, proporcionalmente, maiores quantidades de alimentos orgânicos do que os municípios de menor porte, assim como concentraram as compras em itens minimamente processados e não perecíveis, tais como sucos e arroz.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Sustentável; Compras Públicas; Agricultura Familiar; PNAE;

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Campinas - Unicamp/Faculdade de Engenharia Agrícola - Feagri.

**X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE**

**9 a 11 de novembro de 2022**

## **SESSÃO 7 B2 - COMERCIALIZAÇÃO, MERCADOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**COORDENAÇÃO: FLÁVIO AP. PONTES; HELENA CARVALHO  
DE LORENZO**



**COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS MERCADOS INSTITUCIONAIS  
GARANTEM O RECONHECIMENTO DOS AGRICULTORES FAMILIARES COMO  
PROMOTORES DE SUA PRÓPRIA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)?**

Francine de Camargo Procópio<sup>1</sup>; Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco<sup>2</sup>

**RESUMO:** Desde 2014 registra-se um desmonte por parte do estado das políticas públicas voltadas aos agricultores familiares, em especial, aquelas relativas aos mercados institucionais. Nessa pesquisa, buscou-se analisar o papel das políticas públicas no reconhecimento dos agricultores como promotores de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) mesmo se considerando a presença cada vez menor do estado nesses processos. Foram utilizadas entrevistas em profundidade, além de questionários semiestruturados com agricultores, com instituições envolvidas e com entidades beneficiárias, na efetivação dessas políticas além de informações coletadas nos bancos de dados oficiais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) no que diz respeito ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A pesquisa ocorreu em dois assentamentos rurais do município de Itapetininga/SP sendo eles o Carlos Lamarca e o 23 de Maio. Verificou-se que as políticas públicas de mercado institucional contribuíram para o reconhecimento dos agricultores familiares assentados como promotores da própria segurança alimentar e nutricional não se registrando esse reconhecimento nas localidades onde esses agricultores estão inseridos. Entretanto, fica claro na pesquisa a grande importância e contribuição das políticas públicas voltadas aos mercados institucionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Políticas Públicas; Comercialização; Segurança Alimentar E Nutricional.

<sup>1</sup>Doutora em Engenharia Agrícola, Feagri/Unicamp.

<sup>2</sup>Feagri/ Unicamp e UFSCar Araras.



## O DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS COM O COOPERATIVISMO E OS MERCADOS INSTITUCIONAIS

Luan Vinicius da Silva<sup>1</sup>; Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>1</sup>; Oriowaldo Queda<sup>1</sup>; José Maria Gusman Ferraz<sup>1</sup>  
Flávia Cristina Sossae<sup>1</sup>; Antonio Wagner Pereira Lopes<sup>1</sup>; Gislaine Cristina Pavini<sup>1</sup>

**RESUMO:** Os mercados institucionais são importantes instrumentos de geração de renda aos assentados da reforma agrária da região de Araraquara/SP. Porém, para se ter acesso, se faz necessário a organização em cooperativas e/ou associações. Com a participação dos assentados nas organizações, além da inserção dos produtos nos programas institucionais, eles conseguem acessar com maior facilidade os créditos rurais, via cooperativa e diminuir os custos de produção, comprando os insumos de forma coletiva. O presente trabalho tem o objetivo de analisar a inserção da produção das associações e cooperativas dos assentamentos da região de Araraquara/SP nos programas institucionais sob a ótica da geração de renda às famílias assentadas. A metodologia apoia-se no levantamento de dados secundários através de ampla fonte de pesquisa, tais como: ATAS de reuniões das associações e cooperativas, chamadas públicas dos programas de compras institucionais, contratos estabelecidos entre as prefeituras e associações e cooperativas, cadernetas de campo do ITESP, além de uma sólida base de informações de grande magnitude, colhidos pelo NUPEDOR ao longo dos últimos 35 anos. Com isso, busca-se constituir um banco de dados sobre os programas institucionais de aquisição dos produtos das associações e cooperativas dos assentamentos da região, elencando os aspectos sociais (número de famílias beneficiadas, prioridades na aquisição dos alimentos), econômicos (valores executados, formas de pagamento), produtivos (gêneros alimentícios demandados, volume, características, dentre outros) e sua relação com a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar das famílias assentadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programas institucionais; Assentados; Associações e Cooperativas.

<sup>1</sup>Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Universidade de Araraquara- UNIARA.



## ESTRATÉGIAS DE (RE)PRODUÇÃO SOCIAL E ESTILOS DE AGRICULTURA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS DO CONTESTADO, EM CAÇADOR/SC

José Antônio Louzada<sup>1</sup>; Marcelo Antônio Conterato<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar as estratégias e estilos de agricultura, que orientam as famílias assentadas, da região do Contestado, município de Caçador, Santa Catarina (SC), para sua produção e reprodução social. Para tal, buscou-se tecer um fio condutor a partir das elaborações teóricas, conceituais e metodológicas com base na abordagem dos “estilos de agricultura”. Ademais, recorreu-se a uma revisão de literatura dos temas discutidos e consulta aos dados secundários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional 10 de Santa Catarina (INCRA/SC SR-10), mais especificamente, os dados do Sistema Integrado de Gestão Rural de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIGRA). Desse modo, esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa e quantitativa, caracterizando-se como uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva. A análise dos dados permitiu a compreensão das inter-relações e conexões das estratégias e estilos de agricultura. Em síntese, as estratégias e estilos das famílias expressam uma diversificação pela convergência de atividades agrícolas e não agrícolas, além do papel que a educação exerce para qualificar e aumentar a escala de produção das famílias assentadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão Agrária; Desenvolvimento Rural; Diversificação; Assentamentos rurais; Educação.

<sup>1</sup>Engenheiro Agrônomo, Mestre em Extensão Rural (PGExR/UFSM) e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).

<sup>2</sup>Professor Doutor do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) e do PGDR/UFRGS.

## ESTRATÉGIAS PARA A MANUTENÇÃO DA FEIRA ORGÔNICA “DA ROÇA PARA A MESA” DURANTE A PANDEMIA

Larissa Sapiensa Galvão Leal; Henrique Carmona Duval<sup>2</sup>;  
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>1</sup>; Luiz Gustavo Ennes Pizzai<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo faz um balanço das ações de um projeto de extensão em agroecologia, por meio do qual foi criada, em 2016, a feira Da Roça pra mesa: feira de alimentos orgânicos e artesanais, no município de Araraquara/SP. Ao passo que atravessamos os diferentes tempos da pandemia de Covid-19, o projeto se reinventou para continuar a cumprir seus objetivos de fomentar a transição agroecológica das famílias assentadas envolvidas e manter a oferta de alimentos orgânicos para os consumidores. Para o levantamento dos dados deste trabalho foram acompanhadas as vendas semanais de cada participante da feira no período anterior à pandemia, portanto até março de 2020, e posteriormente, até o mês de fevereiro de 2022. Vários desafios foram colocados à continuidade da produção, da certificação e do atendimento ao público. Foram muitas as dificuldades enfrentadas, mas as diversas estratégias utilizadas possibilitaram a manutenção da feira e a conquista da confiança dos consumidores antigos e de novos consumidores. Além de produtos orgânicos de qualidade e preço justo direto do produtor, a feira é também um espaço agradável ao ar livre onde é possível a interação entre os feirantes e frequentadores, com as medidas de prevenção contra a covid-19.

**PALAVRAS-CHAVE:** Produção orgânica; Circuito curto; Logística de entrega; Solidariedade.

<sup>1</sup>Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Universidade de Araraquara - UNIARA.

<sup>2</sup>Universidade Federal de São Carlos Campus Lagoa do Sino.



X SIMPÓSIO SOBRE REFORMA  
AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MUNDO RURAL E  
PRECARIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EVENTO PRESENCIAL E ON-LINE

9 a 11 de novembro de 2022



## SESSÃO 8 B - GÊNERO E GERAÇÃO NO MEIO RURAL

COORDENAÇÃO: ALEXANDRA FILIPAK; LARISSA SAPIENSA  
GALVÃO LEAL; S; THAUANA PAIVA DE SOUZA GOMES





## DA AMA, DO CHEIRO AO RAMAS: A FORMAÇÃO DE REDE DE APOIO E FORTALECIMENTO DE MULHERES ASSENTADAS

Thauana Paiva de Souza Gomes<sup>1</sup>; Larissa Sapiensa Galvão Leal<sup>2</sup>; Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>2</sup>; Maria Lúcia Ribeiro<sup>2</sup>; Elisa Racy Carlini<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho é resultado de um ciclo de pesquisadoras do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR). Trata-se de um processo de pesquisa/ação/extensão que se transformou em uma Rede de Apoio a Mulheres assentadas do Monte Alegre Girassóis-RAMAS Girassóis, nos quais, resultaram em ações impactando no processo socioeconômico e formativo do grupo. A partir do levantamento de inventários, identificação e catalogação de espécies de plantas medicinais e produtos típicos produzidas por mulheres nos assentamentos de Araraquara/ SP, desenvolveu-se a necessidade de fomentar o processamento e comercialização dos produtos a partir de valorização e difusão dos conhecimentos, das espécies e dos saberes em relação as plantas medicinais. Resultando na formação de grupo de apoio multidimensional às mulheres do campo. Como metodologia de pesquisa utilizada destacamos: visitas técnicas, reuniões focais para levantamento das demandas, observação de campo, inventários produtivos. Além de estratégias tecnológicas de comunicação como WhatsApp. Como resultado da pesquisa destaca-se a valorização da produção orgânica e agroecológica, troca de conhecimentos tradicionais relacionados tanto as plantas medicinais como à forma de produção de produtos artesanais, bem como, o fortalecimento e empoderamento feminino, retomadas de espaços produtivos. Tais aspectos tem tornado pontos importantes no processo de estruturação de ações tanto em aspectos sociais, culturais quanto de trabalhos e renda.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ervas medicinais; Uso Tradicional; Inventário; Produtores Rurais.

<sup>1</sup>Professora e coordenadora Nacional do curso de Teologia EAD do grupo Estácio - Universidade Estácio de Sá.

<sup>2</sup>Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Universidade de Araraquara - Uniara.

## QUINTAIS PRODUTIVOS: EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES ASSENTADAS EM TERRITÓRIOS DE MONOCULTURA

Gabriela de Menezes Freitas<sup>1</sup>; Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>1</sup>;  
Flávia Cristina Sossae<sup>1</sup>

**RESUMO:** Os quintais localizam-se no entorno das residências nos assentamentos rurais, sendo considerados produtivos quando expressam uma diversidade de espécies vegetais e animais de pequeno porte, muitas vezes presentes nesses espaços. São locais de resistência em meio a crescente prática da monocultura, sendo importantes na expressão da liberdade e permitindo a escolha da família por quais alimentos produzir para o consumo, o que pode contribuir com a segurança alimentar. Os quintais produtivos também auxiliam na manutenção dos conhecimentos tradicionais que são transmitidos por gerações, além de apresentarem uma estreita relação com o processo de transição agroecológica. O protagonismo da mulher na manutenção do local é evidente, transparecendo casos de invisibilidade e de sobrecarga na jornada de trabalho vivenciada por elas. Diante disso, o objetivo deste trabalho é identificar e analisar os quintais produtivos de dois assentamentos rurais localizados na região central do Estado de São Paulo, a fim de verificar de forma qualitativa o papel fundamental das mulheres rurais e a biodiversidade presente nesses ambientes por meio dos princípios da etnobotânica. A metodologia utilizada será a Bola de Neve, através da participação direta com utilização de fotodocumentação, elaboração de croquis e diários de campo. Como resultados, busca-se demonstrar a importância dos quintais produtivos no convívio familiar e na melhoria da qualidade de vida das assentadas, assim como a questão de gênero, de forma a valorizar e estimular as práticas de cultivo e manutenção dessa tradição.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamento rural; quintais produtivos; Mulheres; Agroecologia; Conhecimentos tradicionais.

<sup>1</sup>Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Universidade de Araraquara - Uniara.

## PROGRAMA PARA FORMAÇÃO DE MULHERES AGRICULTORAS DE BASE AGROECOLÓGICA DO IFSP: AS EXPERIÊNCIAS DO CAMPUS BOITUVA

Júlia Kovalczyk Branco<sup>1</sup>; Samanta Ongaratto Gil<sup>2</sup>; Eline Gomes de Oliveira Zioli<sup>3</sup>

**Resumo:** A agricultura familiar representa apenas 24% da área plantada no Brasil, mesmo representando 85% das propriedades rurais e empregando 12,3 milhões de brasileiros (IBGE, 2006). Além da sua importância econômica e redutora do êxodo rural, a segurança alimentar do país depende da agricultura familiar, que é responsável pela produção de 70% do feijão, 87% da mandioca, 59% do plantel de suínos e 58% do leite que são consumidos no Brasil. Nesse sentido, a realização do curso de formação inicial continuada para agricultoras familiares de base agroecológica, objetiva a formação/capacitação de mulheres que sejam capazes de executar e qualificar técnicas, visando à eficiência produtiva e econômica das atividades agropecuárias familiares, assumindo postura empreendedora com consciência de seu papel social e ambiental como agente de transformação, considerando os princípios de cidadania e de formas sustentáveis de produção preconizados pela agroecologia. O foco do curso é a formação de mulheres, tendo em vista que ao longo da história a mulher sempre desenvolveu importante papel junto à família, na educação dos filhos e nos afazeres no campo, arando, carpindo, auxiliando na colheita e plantio (PASTÓRIO; ROESLER, 2014). Assim, a participação da mulher em espaços produtivos, como a agricultura, avança para uma percepção subjetiva de reconhecimento por elas mesmas, se percebendo como conhecedoras e manipuladoras do processo de produção em suas propriedades rurais familiares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres Agricultoras; Agricultura Familiar; Formação Inicial Continuada.

<sup>1</sup>Discente do Instituto Federal de São Paulo – Câmpus Boituva. Bolsista de extensão do Núcleo de Estudos e Pesquisas Aplicadas ao Desenvolvimento Sustentável (NEADS).

<sup>2</sup>Docente do Instituto Federal de São Paulo – Câmpus Boituva. Doutoranda em Agronegócios na UFRGS. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Aplicadas ao Desenvolvimento Sustentável (NEADS).

<sup>3</sup>Docente do Instituto Federal de São Paulo – Câmpus Boituva. Doutora em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Aplicadas ao Desenvolvimento Sustentável (NEAD).



## A EDUCAÇÃO SOCIAL NA TRAJETÓRIA DO GRUPO MOBI

Juliana Do Carmo Jesus Pio<sup>1</sup>; Aloisia Rodrigues Hirata\* ;

**RESUMO:** O grupo Mulheres Organizadas Buscando Igualdade (MOBI) reúne agricultoras familiares do município de Poço Fundo-MG, produtoras do “Café Feminino”. O objetivo deste estudo foi compreender as contribuições das ações de educação social desenvolvidas pela rede de instituições apoiadoras do grupo MOBI para sua organização, fortalecimento e processos de aprendizagem. A pesquisa de abordagem qualitativa foi realizada em 2019 utilizando como instrumento de coleta de dados: análise documental, observação participante, grupo focal e entrevistas semiestruturadas. A teoria da Pedagogia Social possibilitou a análise das contribuições das ações de educação social na trajetória do grupo. Essa análise revelou que as práticas de educação social vivenciadas foram imprescindíveis para as conquistas do grupo e representaram uma construção conjunta do conhecimento. Este artigo é resultado de uma dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão da Universidade Federal de Lavras (UFLA).

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres; agricultoras familiares; aprendizado.

<sup>1</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.